



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)

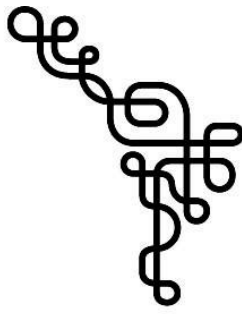
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FRONTEIRA EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE TEÓRICA DAS RELAÇÕES
TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE FOZ DO IGUAÇU E CIUDAD DEL ESTE

Nathalia Viana Benites

Foz do Iguaçu

2025



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

FRONTEIRA EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE TEÓRICA DAS RELAÇÕES
TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE FOZ DO IGUAÇU E CIUDAD DEL ESTE

Nathalia Viana Benites

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Relações
Internacionais ao Programa de Pós-Graduação
stricto sensu em Relações Internacionais da
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana.

Orientador: Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo

Foz do Iguaçu

2025

NATHALIA VIANA BENITES

FRONTEIRA EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE TEÓRICA DAS RELAÇÕES
TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE FOZ DO IGUAÇU E CIUDAD DEL ESTE

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Relações
Internacionais ao Programa de Pós-Graduação
stricto sensu em Relações Internacionais da
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Doutor Mamadou Alpha Diallo
UNILA

Prof. Doutor Marcelino Lisboa
UNILA

Prof. Doutor Micael Alvino da Silva
UNILA

Prof. Doutora Manoela Marli Jaqueira
UDC

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2025.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste mestrado representa não apenas o encerramento de um ciclo acadêmico, mas também a concretização de um sonho que só foi possível graças ao apoio e incentivo incondicionais da minha família, cuja presença e confiança foram fundamentais em cada etapa desta jornada. Expresso minha profunda gratidão ao meu orientador, professor Mamadou Alpha Diallo, por sua orientação excepcional, cuja dedicação e conhecimento foram imprescindíveis para a construção deste trabalho. Agradeço também aos professores Micael Alvino da Silva e Manoela Marli Jaqueira pelos valiosos direcionamentos que enriqueceram minha pesquisa e nortearam meu percurso investigativo. Por fim, registro meu reconhecimento ao professor Marcelino Teixeira Lisboa, cuja aula na Especialização em Relações Internacionais inspirou e despertou em mim o interesse pelo tema desta dissertação.

Educar é mostrar a vida a quem ainda não
a viu.

Rubem Alves

RESUMO

Este estudo analisa o ponto de conexão fronteiriço entre Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai), localizados na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. O objetivo é identificar, com base em teorias de tipologias de análise de fronteiras, o tipo de relação fronteiriça que se estabelece nessa região. A abordagem conceitual baseia-se na tipologia de Tito Oliveira e Wong-González, apresentada na obra *Território sem Limites* (2005). A questão central da pesquisa é: como a tipologia de Tito Oliveira e Wong-González pode ser aplicada para compreender as dinâmicas fronteiriças entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este? Em primeiro lugar, realiza-se uma análise bibliográfica para explorar conceitos gerais e reflexões sobre fronteira, trabalhando com perspectivas teóricas sobre Estado e Nação, dinâmicas de transfronteirização, regionalização e integração. Em um segundo momento, o estudo foca na relação bilateral entre Brasil e Paraguai. Por fim, a terceira etapa do estudo apresenta o estudo sobre tipologias de fronteiras e o capítulo analítico.

Palavras-chave: Fronteira; Ciudad del Este; Foz do Iguaçu; Tipificação.

RESUMEN

Este estudio analiza el punto de conexión fronterizo entre Foz do Iguaçu (Brasil) y Ciudad del Este (Paraguay), ubicado en la Triple Frontera entre Brasil, Paraguay y Argentina. El objetivo es identificar, con base en teorías de tipologías de análisis de fronteras, el tipo de relación fronteriza que se establece en esta región. El enfoque conceptual se basa en la tipología de Tito Oliveira y Wong-González, presentada en la obra *Território sem Limites* (2005). La pregunta central de la investigación es: ¿cómo se puede aplicar la tipología de Tito Oliveira y Wong-González para comprender la dinámica fronteriza entre Foz do Iguaçu y Ciudad del Este? En primer lugar, se realiza un análisis bibliográfico para explorar conceptos generales y reflexiones sobre fronteras, trabajando con perspectivas teóricas sobre Estado y Nación, dinámicas de transfronterización, regionalización e integración. En un segundo momento, el estudio se centra en la relación bilateral entre Brasil y Paraguay. Finalmente, la tercera etapa del estudio presenta el estudio sobre tipologías de fronteras y el capítulo analítico.

Palabras clave: Frontera; Ciudad del Este; Foz do Iguaçu; Tipificación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Tríplice Fronteira	29
Figura 2- Ponte da Amizade sobre o Rio Paraná, ligando o Brasil ao Paraguai.....	55
Figura 3- Início da Construção da Ponte nos Anos 50	56
Figura 4- Operários que Trabalharam na Construção Ponte da Amizade no Início dos Anos 60	57
Figura 5- Construção Ponte da Amizade não Datada	57
Figura 6- Arco Com a Treliça de Aço para o Escoramento da Parte Central do Concreto	58
Figura 7- Um dos Operários que Trabalhou na Obra, Ari Ojeda, posa para Registro no Fim dos Anos 60.....	58
Figura 8- Ponte da Amizade na Década de 60 após Conclusão da Obra.....	59
Figura 9- Ponte da Amizade nos Anos 70.....	59
Figura 10- Circuitos Espaciais de Fronteira	62
Figura 11- Integração Formal e Funcional	81
Figura 12- Sacoleiros da Década de 80	83
Figura 13- Mototaxis Atravessando o Puente de La Amistad Rumo ao Brasil	86
Figura 14- Dia de Fluxo no Ano de 2022	87
Figura 15- Fila para atravessar a ponte.....	90
Figura 16- Estrutura de controle alfandegário	95
Figura 17- Controle Migratório	96
Figura 18- Aduana Paraguaia	97
Figura 19- Aduana Paraguaia	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Empresas de Capital Brasileiro do Paraguai. Exportações para o Brasil por Setor- 2013 (Em Milhões de Us\$).....	52
Gráfico 2- Exportações Paraguaianas não Tradicionais: Mundo vs. Brasil (Milhões de US\$).....	53
Gráfico 3- Fluxo de Veículos por Hora	84
Gráfico 4- Fluxo Total de Veículos que Atravessou a Ponte Internacional da Amizade nos Dois Sentidos, Por Categoria, Observado no Dia 14 de Outubro de 2023 (Unidades)..	85
Gráfico 5- Fluxo de pessoas por dia	88
Gráfico 6- Fluxo total de pessoas que atravessaram a ponte internacional da amizade como ocupantes em veículos, no sentido Brasil-Paraguai, em todos os dias da pesquisa (unidades).....	88
Gráfico 7- Fluxo total de pessoas que atravessaram a ponte internacional da amizade como ocupantes em veículos, no sentido Paraguai-Brasil, em todos os dias da pesquisa (unidades)	89
Gráfico 8- Países de origem dos entrevistados (%).....	91
Gráfico 9- Região de hospedagem.....	91
Gráfico 10- Percentual de entrevistados que se hospedaram em Foz do Iguaçu ou Ciudad Del Este.....	92
Gráfico 11- Total de horas que os entrevistados permaneceram no Paraguai (%)	92
Gráfico 12- Forma de trabalho	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FUNDAMENTOS DO ESTUDO DE FRONTEIRAS	13
1.1 PERSPECTIVAS SOBRE ESTADO E NAÇÃO.....	13
1.2 CONCEITOS E CONTEXTOS DE FRONTEIRA	18
1.3 TRANSFRONTEIRIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO.....	24
2 A RELAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E PARAGUAI.....	29
2.1 A TRÍPLICE FRONTEIRA: BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI	29
2.2 RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-PARAGUAI	41
2.3 CONEXÕES ENTRE FOZ DO IGUAÇU E CDE	55
3 TIPOLOGIAS DE FRONTEIRA	68
3.1 CLASSIFICAÇÕES E CONCEITOS.....	68
3.2 FRONTEIRA FUNCIONAL E FRONTEIRA FORMAL	71
3.3 FRONTEIRA MORTA.....	75
3.4 FRONTEIRA VIVA	77
3.5 FRONTEIRA BUROCRÁTICA.....	78
3.6 TERRITÓRIO PERIGOSO	79
4 TIPOLOGIA DE TITO APLICADA À FRONTEIRA DE FOZ-CDE	81
4.1 A FUNCIONALIDADE DA FRONTEIRA FOZ-CDE.....	82
4.2 ESTRUTURA FORMAL DA FRONTEIRA.....	94
4.3 ANÁLISE COM BASE NA TIPIFICAÇÃO DE TITO OLIVEIRA.....	101
4.3.1 A Fronteira entre FOZ-CDE sob a Perspectiva Burocrática	101
4.3.2 A Fronteira Estudada sob a Ótica da Fronteira Viva.....	102
4.3.3 A fronteira entre Foz e CDE pode ser considerada uma fronteira perigosa?	105
CONCLUSÃO.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117

INTRODUÇÃO

As regiões de fronteira se caracterizam por diversas complementaridades, o que as torna subsistemas abertos, com pouca influência das burocracias estatais. A dinâmica vivida nesses espaços é impulsionada por necessidades e vontades que muitas vezes escapam às limitações impostas pelo escopo legal (Oliveira, 2005, p. 377).

É nessa perspectiva que se fundamenta a base de pensamento deste trabalho, a partir do trecho textual que despertou o interesse e motivou a presente investigação. A fronteira analisada compreende o espaço formado entre a cidade de Foz do Iguaçu, município localizado no extremo oeste do Paraná (Brasil), e Ciudad del Este, cidade paraguaia situada no extremo leste do país, às margens do rio Paraná.

O foco deste estudo é o ponto de conexão fronteiriço formado por Foz do Iguaçu (BRA) e Ciudad del Este (PY), localizadas na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. O objetivo é verificar, com base em teorias de tipologias de análise de fronteiras, que tipo de relação fronteiriça se estabelece nesse espaço. A análise se apoia na tipologia desenvolvida por Tito Oliveira e Wong-González, apresentada na obra *Território sem limites*, publicada em 2005.

O problema de pesquisa proposto neste trabalho se expressa na seguinte pergunta: dentro dos critérios de formalidade e funcionalidade, como pode ser caracterizada a fronteira Brasil Paraguai na região das cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este?

Parte-se da hipótese de que as relações entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu são predominantemente caracterizadas por interações comerciais, com ênfase nos fluxos econômicos informais. Essas dinâmicas configuram uma região classificada, segundo a tipologia referida, como de alta funcionalidade, em razão da intensidade das atividades econômicas, e de alta periculosidade, devido aos riscos associados às práticas informais e suas consequências.

A relevância da pesquisa está em oferecer uma análise técnica da fronteira em questão, construindo uma tipologia que incorpora elementos centrais das dinâmicas cotidianas estabelecidas entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, com o intuito de possibilitar uma compreensão mais precisa das relações sociais, econômicas e políticas nessa área.

Entre os objetivos específicos, o trabalho buscou compreender, em termos teóricos, as técnicas e os fatores utilizados na análise de fronteiras, com ênfase na contribuição de Tito Oliveira. Também foi objetivo específico investigar o processo

histórico de construção das relações entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Por fim, pretendeu-se analisar a situação da faixa de fronteira conectada pela Ponte da Amizade, à luz da tipologia teórica abordada no capítulo sobre tipologias.

A metodologia adotada combina pesquisa bibliográfica com base em referenciais teóricos relacionados às temáticas abordadas, análise de matérias jornalísticas, consulta à legislação e interpretação de relatórios quantitativos elaborados por instituições atuantes na fronteira. A partir de uma abordagem dedutiva, buscou-se compreender de que forma os conceitos teóricos se aplicam à realidade da região fronteira entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu.

O trabalho está dividido em quatro momentos. O primeiro capítulo trata de estabelecer as bases conceituais do estudo sobre fronteiras. Inicialmente, são apresentadas diferentes perspectivas teóricas sobre Estado e nação, elementos fundamentais para compreender como as fronteiras são pensadas, construídas e legitimadas ao longo do tempo. Em seguida, o capítulo discute a conceitualização e a contextualização histórica das fronteiras, com especial atenção às dinâmicas de transfronteirização e aos processos de integração regional, buscando demonstrar que as fronteiras não são apenas linhas fixas, mas espaços de interação, disputa e transformação constantes.

O segundo capítulo aborda a relação bilateral entre Brasil e Paraguai, Este capítulo apresenta a complexidade geopolítica, econômica e social desse território, enfatizando a interdependência histórica entre Brasil e Paraguai. São analisadas as dinâmicas das relações entre os dois países, desde os aspectos diplomáticos até as interações cotidianas, com destaque para a conexão intensa entre as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, que formam um corredor fronteiro marcado por fluxos diversos e constantes.

O terceiro capítulo é dedicado à apresentação de diferentes tipologias e análises de fronteira, com base em referenciais teóricos que classificam esses espaços segundo suas funções e características. São explorados conceitos como fronteira formal, funcional, viva, morta, burocrática e perigosa, visando fornecer instrumentos analíticos para compreender a realidade diversificada das zonas de fronteira. Já no capítulo analítico, aplica-se a tipologia desenvolvida por Tito Oliveira à realidade específica da fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, investigando se essa pode ser considerada, por exemplo, uma fronteira viva, burocrática ou perigosa.

1 FUNDAMENTOS DO ESTUDO DE FRONTEIRAS

O estudo das fronteiras é um campo que abrange aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais, sendo fundamental para compreender as dinâmicas de interação entre territórios e ambientes em áreas de limites geográficos. Este capítulo tem como objetivo delinear os principais conceitos e teorias sobre fronteiras, fornecendo uma base para a análise das relações fronteiriças na região de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Serão abordadas perspectivas históricas e contemporâneas sobre o papel das fronteiras, destacando sua evolução de barreiras territoriais para espaços de interação, cooperação e, em alguns casos, tensão.

1.1 PERSPECTIVAS SOBRE ESTADO E NAÇÃO

Em toda a história da humanidade, é possível visualizar transformações sociais, territoriais, culturais, econômicas, políticas e entre outras áreas inerentes à vida humana e cidadã que alteraram paradigmas e formas de viver. Algumas mudanças forjaram uma nova configuração geográfica ampla, seja por extensões, anexações e delimitações que, sendo o objetivo inicial ou não, induziu o nascimento do que no presente conhecemos como fronteira.

Mesmo por senso comum, é concebível associar estas definições geográficas como sendo fruto de uma longa batalha social que visava, dentre vários objetivos, a soberania e o poder (se é que podem ser analisados de forma separada).

De acordo com Raffestin, um Estado só pode ser considerado existente quando determinada população ocupa um espaço delimitado e exerce soberania e poder sobre ele, pois não existe Estado sem uma análise populacional, territorial e sobre autoridade. Conforme preconiza o autor, o território é formado a partir da construção do espaço geográfico com uma determinada sociedade, definido como uma expressão da apropriação e também das relações de poder que ocorrem dentro deste espaço geográfico entre os indivíduos que o compõem, o autor afirma então que, o espaço é anterior ao território em si (Raffestin, 1993 [1980]).

Território, entendido como a base geográfica em que se assenta o Estado, compreende o solo, o subsolo, o espaço aéreo, o domínio marítimo e as águas interiores. A jurisdição territorial do Estado também alcança espaços que propriamente não integram o território, tais como as embaixadas do país no exterior, os navios privados com pavilhão do país quando em águas internacionais, as aeronaves privadas matriculadas no país quando em espaço

aéreo internacional e as aeronaves e embarcações de natureza pública ou a serviço de seu país onde quer que se encontrem. Povo significa a comunidade humana que se mantém conectada ao Estado a partir do vínculo da nacionalidade, desconsiderados os estrangeiros residentes no território, integrantes tão somente da população, e acrescidos os nacionais residentes no exterior. Soberania é o poder estatal que assegura ao Estado, no plano interno, a qualidade de autoridade máxima em seu território e, no plano externo, independência e igualdade nas relações com outros Estados, cujo exercício tem por limite o território. (Vargas, 2017, p. 39).

A citação de Vargas reflete como as fronteiras desempenham um papel importante na construção e manutenção dos Estados modernos. Ao longo da história, as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais têm esculpido os contornos dos territórios nacionais, estabelecendo linhas que, embora muitas vezes arbitrarias, são carregadas de significados profundos. A reflexão de Raffestin sobre a existência do Estado reforça a ideia de que as fronteiras não são apenas demarcações físicas, mas também representam a materialização da soberania e da identidade nacional. Elas simbolizam a capacidade de um povo exercer controle sobre um espaço delimitado, expressando sua autoridade e consolidando sua presença no cenário internacional.

Além disso, a jurisdição territorial do Estado, que se estende por múltiplas dimensões – solo, subsolo, espaço aéreo e águas interiores – ressalta a complexidade da soberania estatal. O conceito de soberania, que vai além do mero controle territorial, implica a autoridade suprema no plano interno e a independência nas relações internacionais. As fronteiras, portanto, são não apenas barreiras físicas, mas também zonas de interação e, frequentemente, de conflito entre os Estados. A compreensão das fronteiras como espaços dinâmicos contribui para a abordagem dos desafios contemporâneos de governança global e as tensões inerentes à territorialidade, refletindo sobre como o poder e a identidade são negociados e expressos no mundo moderno.

Na linguagem acadêmica do dia a dia, termos como país, pátria, nação e Estado são frequentemente usados de forma intercambiável. No entanto, é necessário distinguir os conceitos. Aparentemente, os termos país e pátria compartilham uma origem antiga e estão ligados à conexão que associa identidade de grupos familiares a um local específico (colocar fonte). As emoções e representações relacionadas à terra natal refletem o patriotismo antigo, que ainda persiste nas nações modernas e pode ser um vínculo significativo entre as antigas estruturas de organização coletiva e as concepções nacionais modernas. Por outros lados, os conceitos de nação e Estado estão interligados e representam formas predominantes de organização política e validação cultural na atualidade (Albuquerque, 2005).

Em contraste, nação e Estado representam conceitos políticos e culturais que moldam a organização moderna.

Se por um lado o sentido de limite do território explicita uma função desagregadora da fronteira, caracterizada pelo distanciamento e pelo “estranhamento” em relação ao outro, por outro lado a “nova” acepção estabelece a fronteira como um lugar, como um espaço de convívio de uma comunidade imaginada evidenciando certa função gregária da fronteira em um tipo distinto de relação com a alteridade, marcada pela aproximação e pelo “entranhamento” do outro (Vargas, 2017, p. 45).

Sobre as divergências entre os termos, o Estado é uma entidade política única no mundo contemporâneo e foi interpretado por vários seguimentos acadêmicos, tal como pela sociologia, ciência política e também de filósofos. Albuquerque, por sua vez, adota a visão de que o Estado é uma entidade que detém o monopólio da violência legítima e da arrecadação de impostos em um território claramente definido, sendo uma instituição de dominação legal. Segundo ele, o Estado se formou através da tensão entre grupos separatistas e elites políticas e culturais. A dominação do Estado é efetivada por meio de uma estrutura administrativa juntamente com a organização de exércitos permanentes. Essas forças militares foram responsáveis pela expansão e proteção das fronteiras, bem como pelo processo de pacificação e unificação interna (Albuquerque, 2005).

Essa visão que o autor apresentou sobre o Estado como uma entidade de dominação legal com monopólio da violência e da arrecadação de imposto oferece uma perspectiva importante sobre a formação e a manutenção do poder estatal. A tensão entre grupos separatistas e elites políticas sublinha a natureza conflituosa e negociada da construção do Estado, em que a criação de exércitos permanentes e a organização administrativa são essenciais para a consolidação do território e da soberania.

Os Estados, como estruturas políticas baseadas em processos de expansão e contração sobre territórios, funcionam como organizações de poder. O prestígio e a honra internacional são adquiridos pelas elites dominantes de cada nação, de acordo com as lutas de poder entre os Estados (fonte). Grandes entidades políticas tendem a preferir vizinhos menores e mais fracos, que possam ser dominados ou incorporados. Para as entidades políticas menores, a presença de um país vizinho mais forte é sempre uma ameaça potencial ou explícita à soberania. No cenário do Cone Sul, o Brasil é enxergado como potência sul americana que estende seus interesses políticos sobre nações vizinhas mais vulneráveis sob alguns pontos de vista, tais como o econômico, social e entre outros, como o Paraguai e a Bolívia, por exemplo (Albuquerque, 2005).

O conceito de nação passou por várias interpretações ao longo do tempo, com suas raízes no Império Romano, a expressão “natio”, que em latim significa “algo que nasceu”, era usada de forma depreciativa para se referir a pessoas de outros países. Durante a Idade Média, adquiriu conotação de comunidade de procedência. Esta percepção de Nação foi caracterizada de várias formas por acadêmicos que estudavam nacionalidade nos séculos XIX e XX. Os principais pensadores (tais como Ernest Renan (1997), Ernest Gellner (1997) e Benedict Anderson (2008)) da nação descartaram as chamadas classificações objetivas que estabeleciam conexões com raça, idioma, religião ou fronteiras geográficas. Estes escritores destacaram a variedade de contextos de âmbito nacional que reconheceram a relevância dos conceitos de solidariedade, comunhão e sensação de pertencimento na formação do conceito de nação (Albuquerque, 2005).

Benedict Anderson volta seu olhar para o conceito de Nação de uma forma mais abstrata, focando-se na ideia de imaginar a nação antes de tratar da trajetória política do nacionalismo. Ele sugere que esse processo iniciado na Europa só se tornou possível com o declínio de três estruturas de pensamento que limitavam a capacidade humana de conceber comunidades distintas: a concepção de tempo, que antes se baseava em uma visão divina na qual passado e futuro se encontravam no presente, na crença de que a verdade emanava de uma língua sagrada e a organização social centrada em um monarca, considerado divino e acima de qualquer mortal (Anderson, 2008).

Ao longo do tempo, fatores como mudanças econômicas, avanços científicos e sociais, e o desenvolvimento de meios de comunicação rápidos contribuíram para a perda do domínio de certos pensamentos. Anderson argumenta, de início, que isso permitiu uma forma mais individualizada de se imaginar em comunidade. No entanto, a ideia de nação só se concretizou com o avanço do capitalismo tipográfico no século XV, que investiu nas línguas vernáculas europeias. Esse movimento padronizou diversos dialetos em uma língua impressa padrão através de livros e jornais, criando as condições para a comunidade imaginada da nação (Anderson, 2008).

Não é fácil determinar com exatidão quando nasce a nação moderna, devido ao seu caráter imaginativo e difícil de controlar. Entretanto, segundo (Anderson, 2008), tanto a nação quanto o nacionalismo, definido como um profundo amor pela nação, têm suas origens no continente americano, especificamente nas antigas colônias espanholas e inglesas. Vale ressaltar que o nacionalismo só se torna possível a partir do momento em que a nação pode ser imaginada e, durante o período do “irredentismo” americano, essa

capacidade de imaginar a nação já estava presente, advinda de processos anteriores que ocorreram na Europa (Anderson, 2008).

Para fins acadêmicos, é possível vislumbrar que as ideias de Estado-nação e de identidade nacional surgiram no final do século XVIII. O nacionalismo moderno que foi fenômeno na época mencionada está relacionado às vivências dos crioulos americanos no contexto colonial. A ação dos crioulos, que acontecia de forma dispersa e sem um planejamento centralizado, acabou contribuindo para o surgimento de conceitos que no século seguinte foram vistos como modelos a se seguir. Nessa toada, para que esses conceitos fossem entendidos e adotados, era necessário primeiramente imaginar a nação, assim, nesse contexto, dois fatores foram fundamentais: a influência dos jornais, resultado da expansão do capitalismo tipográfico nas Américas nos séculos XVIII e as viagens dos trabalhadores crioulos pelo território colonial (Anderson, 2008).

Os periódicos regionais do Império Espanhol na América ajudaram os territórios a se reconhecerem de forma distinta, permitindo os leitores se imaginarem individualmente, apesar da falta de tecnologia e do “isolamento histórico”. Isso iniciou uma focalização comunitária que abriu caminho para os nacionalismos locais no final do século, fortalecidos pelas viagens dos crioulos, que compartilhavam um certo sentimento de inferioridade em relação aos espanhóis, situação que limitava consideravelmente suas perspectivas de progressão em seus ofícios. Esse sentimento compartilhado, de solidariedade e de fraternidade entre os crioulos, atrelado à sua origem americana, foi importantíssimo para todo o desenvolvimento do sentimento (Anderson, 2008).

O autor argumenta que, embora as condições econômicas e as influências do iluminismo e do liberalismo fossem importantes para os nacionalismos independentistas nas Américas, elas não explicam totalmente sua eclosão e individualização. A nação, uma vez imaginada, foi guiada pela atuação política de diversos grupos contra as Metrôpoles, mostrando que a visão dele é mais voltada para os sentimentos psicológicos que a nação desencadeia, explorando como é possível se imaginar de diversas maneiras voltando-se para as experiências internas e a complexidade da psique humana dentro de um contexto social.

Partindo para uma visão de nacionalismo mais moderna, Albuquerque o define como:

(...) uma poderosa força ideológica de produção de um discurso homogêneo para todos os cidadãos de uma determinada nação. Ele produz um sentimento de pertencimento e comunhão acima das desigualdades e diferenças sociais.

No próprio contexto da primeira guerra mundial (1914-18), os trabalhadores de todo o mundo não se uniram contra as potências imperialistas. Ao contrário, lutaram contra os trabalhadores e aos lados dos burgueses em nome da pátria e do sentimento nacional. Essa igualdade simbólica do pertencimento nacional contribui para a legitimidade política dos governantes e para superar crises políticas no interior dos Estados nacionais (Albuquerque, 2005, p. 41).

Todos estes conceitos ajudam a compreender toda a extensão e peculiaridade de trabalhar com fronteiras, pois dão uma ideia conceitual sobre as várias camadas de elementos físicos e “imaginários” que compõem os desdobramentos fronteiriços.

1.2 CONCEITOS E CONTEXTOS DE FRONTEIRA

A fronteira internacional é frequentemente percebida, no entendimento popular, como uma demarcação natural. As pessoas costumam visualizar um rio ou uma montanha como um indicativo natural de separação entre nações, estados e cidades. Mesmo que não haja familiaridade com as fronteiras internacionais na educação básica, por exemplo, aprende-se na escola através dos mapas sobre contingências geográficas que estabelecem os limites naturais dos países. No que diz respeito às fronteiras do Brasil com países vizinhos, os brasileiros aprendem com os livros didáticos que não há conflito de fronteira e que o território do país está consolidado desde o Oiapoque ao Chuí (Albuquerque, 2005).

A visão comum de que as fronteiras internacionais são demarcações naturais, como rios e montanhas, é uma simplificação que ignora a complexidade real das divisões territoriais. Esse entendimento, muitas vezes moldado pela forma em que o ensino é passado para as pessoas, promove uma imagem de estabilidade e coesão territorial que, no caso do Brasil, contribui para a formação de uma identidade nacional sólida. No entanto, essa percepção não leva em conta as dinâmicas políticas e históricas que constantemente moldam e redefinem as fronteiras, deixando de lado uma realidade muito mais complexa e fluida.

A fronteira comporta, ainda, outra dimensão, podendo ser compreendida sob um novo prisma: mais do que apenas apartar, ela tem o condão de aproximar, de unir povos vizinhos. Para além de sua caracterização como limite territorial, a fronteira pode ser compreendida como um lugar, um espaço vivenciado em comum por pessoas de nacionalidades diversas que nela desenvolvem suas atividades cotidianas. Como consequência desse amálgama, a fronteira acaba por se caracterizar como um espaço de socialização atípico, único, simultaneamente um prolongamento e um contraponto aos distintos espaços nacionais que lhe dão forma (Vargas, 2017, p. 35).

Fronteiras não são apenas linhas de separação, mas também pontos de encontro e interação entre diferentes culturas e povos. Conforme destacado por Vargas (2017), as fronteiras funcionam como espaços vividos onde diversas comunidades se encontram e interagem, formando zonas de integração social. Esta dualidade, onde a fronteira atua tanto como barreira quanto como ponto de união, evidencia o quanto sua existência é demasiadamente dinâmica e importante na formação das identidades regionais e locais. As fronteiras são muito mais do que simples demarcações geográficas; são áreas de significativa interação humana.

Embora seja comum usar as palavras fronteira, divisa e limite de forma intercambiável, elas possuem diferenças importantes de serem conceituadas. A fronteira refere-se a uma área, faixa ou região entre dois países, representando um espaço mais amplo de interações sociais de ambos os lados do limite. A extensão nem sempre é precisa e pode variar diante de determinadas situações. O que ocorre é que muitas vezes os Estados nacionais estabelecem legalmente uma faixa de fronteira como uma área de segurança nacional, no Brasil, a título de exemplo, é estabelecido que uma zona de fronteira compreende 150 km a partir do milite, já no Paraguai, são 50km (conforme levantamento realizado em 2004 (Golin, 2002).

Por outro lado, o limite internacional é conhecido como linha de fronteira. O limite é um conceito abstrato e invisível, resultado de um tratado jurídico internacional. A divisa é o que torna esse limite invisível na geografia, o que é enxergado sob a ótica de marcos visíveis, a demarcação e a implementação de controles alfandegários e instituições militares que monitoram a entrada de mercadorias e também de indivíduos (Golin, 2002).

Fronteiras nacionais, embora pareçam simbolizar a estabilidade das nações com territórios definidos, estão em constante movimento. Elas são impulsionadas por fluxos migratórios, estratégias geopolíticas, influências econômicas e culturais de certos países sobre outros e várias formas de circulação de mercadorias em áreas fronteiriças. Os limites políticos e jurídicos das soberanias nacionais, por outro lado, são territórios de conflitos, barreiras e passagens (Albuquerque, 2005).

Segundo Martins (1997), fronteira é, essencialmente:

[...] o lugar da alteridade e isso que faz dela um lugar singular. À primeira vista é o lugar de encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como o índio de um lado e os civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro (Martins, 1997).

Tito Oliveira afirma que para tratar de fronteiras é preciso conceber os meios geográficos, analisar o uso e a fluidez de cada território, prestando atenção em pontos como fluxos econômicos, conjugações sociais, jurídicos, utilização de sistemas de engenharia, movimentação de pessoas e a política norteadora. Pois, para o autor, a fronteira não pode ser vista de forma unitária, mas sim como algo amplo cheio de especificidades, fluxos e conexões (Oliveira, 2005).

A fronteira serve como um espaço de interação entre diferentes culturas, promovendo a socialização e conferindo coesão à comunidade local. Esse ambiente permite o desenvolvimento de múltiplas identidades, fator essencial para a unicidade de uma comunidade nacional. O estabelecimento de identificações na fronteira é crucial para a formação de uma comunidade fronteiriça imaginada, caracterizada por suas peculiaridades que a diferenciam das comunidades nacionais ao redor. A "identificação" envolve reconhecer semelhanças e é o processo pelo qual indivíduos ou grupos se tornam semelhantes, seja no pensamento ou na realidade (Vargas, 2017).

A Fronteira Geopolítica refere-se ao modo como o Estado se apropria e exerce controle e dominação por meio de informação, força militar e/ou de fiscalização tributária. Nesse contexto, o poder heteronômico do Estado, que possui o privilégio de criar o espaço e o monopólio sobre a territorialização e a concessão de infraestruturas de circulação (Raffestin, 1993 [1980]).

A fronteira da fluidez é evidenciada pela relação única entre um espaço voltado ao comércio e outro voltado ao turismo. Essa singularidade resultou tanto no fortalecimento da presença estatal quanto no aumento dos fluxos ilícitos e das redes clandestinas de comércio. A necessidade de fluidez também gera diversas externalidades, tanto positivas quanto negativas desses fluxos. Uma análise que se baseia na fluidez territorial revela a predominância do fato econômico em uma região de fronteira que se mostra muito urbanizada (França, 2016).

A fronteira enquanto lugar diz respeito ao limite do humano, da civilização e da alteridade. Ela marca a distinção entre o “nós” e “os outros”, estendendo-se para além das representações normativas. Destaca-se a cartografia da ação social, que compreende as táticas e estratégias do “outro”, resultando em uma representação espacial que difere daquela preconizada para os espaços públicos da modernidade (Ribeiro, s/d).

Historicamente, o termo “fronteira” faz referência ao que está à frente, de acordo com sua origem etimológica. Inicialmente, não estava relacionado a um conceito jurídico ou político, surgindo de forma espontânea na vida social e diminuindo os limites do

território habitado. Com o desenvolvimento das civilizações e a ocupação de áreas anteriormente dedicadas à subsistência, as fronteiras passaram a se tornar pontos de interação e ganharam relevância política. Ainda assim, elas não representavam um limite fixo ou o fim de uma unidade política, mas sim o começo de um território que o Estado pretendia ocupar (França, 2016).

Não é surpreendente que as fronteiras tenham sido uma preocupação constante dos Estados no que tange, principalmente, na criação e controle de veículos. De maneira semelhante, o sistema de Estados nacionais buscou alinhar o conceito de limite com o de fronteira, resultando em uma convergência que fez com que os termos passassem a ser usados como sinônimos. No entanto, essa correspondência conceitual precisa ser considerada à luz dos novos rearranjos do poder políticos e econômico e da reconfiguração do espaço global. Mudanças como o surgimento de novos modelos de regionalismo (como o Mercosul por exemplo), o aumento de organizações internacionais e transnacionais e as redes criadas pela revolução tecnológica em comunicação e informação, têm espaços de interação rapidamente redefinidos que não coincidem com as fronteiras territoriais dos Estados nacionais. Diante da dificuldade atual em prever com segurança as tendências para os Estados, o papel das fronteiras volta a ser planejado, ganhando novas perspectivas de estudo (Machado, 2000).

Na literatura sobre limites e fronteiras políticas internacionais, há uma variedade de classificações que buscam distinguir diferentes tipos de fronteiras e suas particularidades. Uma das mais conhecidas é a distinção entre fronteiras naturais e artificiais, que foi amplamente debatida ao longo da primeira metade do século XX. Mesmo com o reconhecimento crescente de que todas as fronteiras, inclusive as fronteiras naturais, são o resultado de convenções bilaterais ou de imposições unilaterais (França, 2016).

Segundo o autor, regiões como a Tríplice Fronteira do Mercosul encontram-se isoladas dos núcleos nacionais do Estado em que se encontram, angariando deficiências, como por exemplo, de redes de comunicação e de comunicação, tal como as searas políticas e econômicas que se mostram pouco representativas. Essa ausência de instituições que poderiam instituir cooperação entre os países em regiões de fronteira tem se desenvolvido de forma informal ou através de acordos tácitos entre as autoridades locais dos países de fronteira (França, 2016).

A noção de Estado-Nação da atualizada se baseia na defesa do território e das fronteiras. A fricção entre a territorialidade dos Estados é perceptível a qualquer pessoa

que cruze fronteiras tradicionais da grande maioria dos países do mundo. Também é sentido pelas pessoas que transitam por essas localidades a relação de conflito entre os centros de poder político, cultural, social e econômico e as regiões que se localizam nas áreas limites dos territórios nacionais. Essas tensões ganham força no processo de integração regional do Mercosul, que por vezes aparenta ser inconcluso e contraditório, tendo em vista que ao mesmo tempo que existem arranjos de integração regional para que haja uma maior interconexão entre os países, existe a transfronteirização na região da Bacia do Prata e outras extensões de fluxos populacionais, sociais, econômicos, que compartilham uma estrutura comum e que engloba arranjos institucionais interestatais que disputam e se sobrepõem a acordos bi, tri ou multilaterais. Outrossim, existe a ótica de que as decisões de escala regional e transfronteiriça se posicionam em desequilíbrio com os centros de poder nacionais que localizam-se muito distante da fronteira (Filho & Rückert, 2013).

Os habitantes dessa transfronteira sejam argentinos, paraguaios ou brasileiros, vivenciam contradições e ambiguidades advindas da lógica territorialista (controles rígidos de fronteiras e burocracia, por exemplo), também constroem e participam de múltiplas redes de solidariedade, de interação e interdependência econômica, cultural, política e mesmo afetiva de caráter transfronteiriço. As identidades e aspirações dos habitantes da região são reconstruídas e re-significadas na convivência e no cotidiano da trans-fronteira (França, 2016, p. 101).

Com base nos escritos acima, as fronteiras vão além de meros traços que dividem territórios, elas são também zonas de contato e intercâmbio cultural, onde ocorre a interação entre diferentes comunidades, moldando identidades regionais e locais. Essa coexistência de separação e integração revela as fronteiras como áreas de transformação cultural e social, enriquecendo o cotidiano e promovendo uma diversidade de identidades. Embora frequentemente utilizados como sinônimos, os conceitos de fronteira, divisa e limite possuem significados distintos: a fronteira é um espaço de trocas culturais e econômicas, a divisa é um marco geográfico concreto, enquanto o limite é uma abstração jurídica. Essa diferenciação ajuda a entender como as nações organizam a segurança e as relações entre seus territórios e povos.

A linha de fronteira, ou limite internacional, surge de acordos que estabelecem marcos físicos e simbolizam o controle e a soberania dos Estados. Esses marcos representam tanto a separação quanto a convivência entre nações, ao mesmo tempo em que funcionam como pontos de tensão e de interação cultural e econômica. Em constante mutação, as fronteiras respondem a fluxos migratórios, econômicos e culturais, refletindo

as mudanças globais e a complexidade das relações internacionais, onde os limites nacionais enfrentam a crescente fluidez das realidades transnacionais.

A fronteira é, por excelência, um espaço de diversidade e encontro entre diferentes realidades, onde coexistem o contato e o conflito com o “outro”. Esse espaço tão plural, como observado por Tito Oliveira, precisa ser compreendido em toda a sua amplitude e suas conexões econômicas, sociais, jurídicas e políticas. Ver a fronteira como algo homogêneo reduz sua complexidade, pois ela incorpora diversos fluxos que continuamente moldam seu papel nas relações internacionais.

Nas áreas de fronteira, desenvolvem-se múltiplas identidades e uma coesão comunitária singular, que enriquece o cenário cultural local. Esse processo de socialização e identificação mútua entre culturas vizinhas forma uma identidade única que desafia a homogeneidade das nações e favorece a integração regional. No contexto geopolítico, a fronteira também é um instrumento de controle do Estado, exercido por meio de regulamentações e presença militar, ilustrando a imposição do domínio estatal sobre o espaço, limitando a natural fluidez dessas regiões de transição.

A necessidade de permeabilidade nas fronteiras incentiva o comércio e o turismo, criando um cenário econômico que prospera graças à flexibilidade dos limites, embora também gere externalidades positivas e negativas. Esse contexto revela a tensão entre a presença do Estado e a informalidade, compondo um ambiente dinâmico que alterna entre controle estatal e liberdade econômica.

Além disso, a fronteira simboliza a transição entre a civilização e a alteridade, marcando a distinção entre o espaço humano e social e oferecendo uma alternativa às convenções normativas dos espaços públicos. Historicamente, as fronteiras não eram delimitadas juridicamente, mas representavam o avanço do território. Com o desenvolvimento das civilizações, esses espaços adquiriram importância política e jurídica, passando a representar não um fim, mas o começo de um território sob domínio estatal. Essa transformação histórica levou os Estados a buscar a convergência entre os conceitos de limite e fronteira, em um esforço de estabilizar as interações territoriais. Contudo, as novas dinâmicas globais, que incluem reconfigurações econômicas, tecnológicas e políticas, demandam que as fronteiras sejam reinterpretadas para acomodar as complexas interações internacionais.

Na concepção moderna de Estado-Nação, a defesa territorial é central, e as fronteiras simbolizam claramente as disputas de poder. No entanto, em blocos regionais como o Mercosul, as fronteiras se tornam zonas de integração repletas de contradições. A

tensão entre a centralidade dos centros de poder nacional e as áreas fronteiriças reflete o desafio de conciliar interesses locais com objetivos globais. Nas regiões de fronteira, como a Tríplice Fronteira, os habitantes enfrentam o controle territorial, mas também constroem redes de convivência e solidariedade que transcendem as barreiras estatais, reconstruindo continuamente suas identidades e relações em seu cotidiano transfronteiriço.

1.3 TRANSFRONTEIRIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO

O conceito de regiões transfronteiriças e o processo de transfronteirização estão em constante evolução, refletindo a tentativa de esclarecer os processos atuais em diferentes contextos macro e microrregionais. Isso exige uma variedade de análises, dada a diversidade das realidades fronteiriças específicas ao redor do mundo. Esses conceitos podem ser vistos como diferenciações territoriais, ou seja, formas distintas de organização territorial que emergem no cenário contemporâneo de reestruturação territorial (Filho & Rückert, 2013).

A transfronteirização envolve um conjunto de processos que visam o aproveitamento e a valorização de uma fronteira. Este limite territorial é responsável por separar dois sistemas distintos, sejam eles políticos, econômicos ou socioculturais. A ideia central é que essa separação não deve ser vista apenas como uma barreira, mas sim como uma oportunidade para desenvolver novas formas de interação e cooperação entre os sistemas em questão (Guilbert & Ligrone, 2006).

Esse conceito de transfronteirização se materializa quando os habitantes de ambos os lados da fronteira conseguem transcender essa divisão. Eles passam a incorporar a fronteira em suas estratégias de vida de maneira multifacetada, aproveitando as oportunidades oferecidas pela proximidade. Assim, a fronteira deixa de ser uma linha de separação rígida e passa a ser um espaço dinâmico de troca e desenvolvimento, enriquecendo as estratégias de vida dos residentes dos dois lados (Guilbert & Ligrone, 2006).

O conceito de transfronteirização é especialmente relevante em um mundo cada vez mais globalizado, onde as fronteiras tradicionais se tornam menos rígidas e mais permeáveis. Esse processo permite que as regiões fronteiriças se transformem em áreas de interação e cooperação, refletindo uma dinâmica de interdependência e integração. Para entender essas regiões, é essencial uma abordagem detalhada que leve em

consideração as especificidades locais, uma vez que cada fronteira é moldada por contextos históricos, econômicos, políticos e culturais únicos. Portanto, analisar essas regiões requer uma perspectiva multifacetada que reconheça as diversas interações presentes.

Ademais, o processo de transfronteirização evidencia a importância das escalas na análise territorial. A relativização das escalas, impulsionada pelos processos de reestruturação iniciados nos anos 1980, ressalta a complexidade das relações entre economia, Estado e sociedade. Ao ultrapassar as fronteiras nacionais, a transfronteirização sublinha a necessidade de estratégias políticas e econômicas capazes de lidar com a nova configuração territorial emergente. Essa nova perspectiva oferece oportunidades para o desenvolvimento de políticas mais integradas e eficazes, que considerem a interconectividade e a interdependência das regiões fronteiriças, promovendo assim um desenvolvimento mais harmonioso e cooperativo.

Além dos Estados, outros atores, como empresas, ONGs e redes, podem adotar estratégias de desenvolvimento que valorizem a vizinhança regional. Esses atores aplicam o regionalismo em suas iniciativas, aproveitando a proximidade para promover colaboração e crescimento regional. Desse modo, o regionalismo se manifesta em diversas formas, contribuindo para um ambiente de cooperação e desenvolvimento nas regiões fronteiriças (Richard, 2014).

A expressão "integração regional" refere-se ao processo pelo qual territórios inicialmente pouco conectados se unem gradualmente, formando uma região distinta do restante do mundo. Esse conjunto resulta em algo mais complexo e integrado do que a mera soma de suas partes. Segundo diversos especialistas, existem dois tipos principais de integração regional (Richard, 2014). Segundo o autor:

É preciso distinguir o processo e o estado das coisas e dizer a partir de qual limiar um conjunto pode ser considerado como integrado. No entanto, a definição de integração regional como processo é um pouco problemática. Ela designa, por exemplo, a ascensão nos níveis da escala do regionalismo (controlada pelos governos) definidos por Bela Balassa: fórum regional, área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união monetária, união política (Balassa, 1961). Passar de um nível a outro pressupõe um aprofundamento das interações entre as unidades espaciais componentes do conjunto considerado (Richard, 2014, p. 45).

B. Hettne e F. Söderbaum (1998; 2000 apud Richard, 2014, online) adotam uma abordagem dinâmica baseada no construtivismo social e no "new regionalism approach". Eles identificaram diferentes níveis de integração regional ao observar os

comportamentos dos diversos atores envolvidos, considerando tanto processos de cima para baixo quanto de baixo para cima. Assim, reconheceram a formação de regiões funcionais moldadas por práticas sociais e instituições públicas. Dessa forma, a integração regional é entendida como um processo gradual pelo qual uma área, independentemente do seu tamanho, é preenchida com substâncias sociais, econômicas, institucionais, políticas, culturais e identitárias, tornando-se um sistema distinto e eventualmente percebido como tal.

Embora implícito, pode-se inferir que esses autores consideram um conjunto como integrado ao atingir a fase final do processo, como a união econômica e política proposta por Balassa, ou o estado regional e sociedade regional segundo Hettne e Söderbaum (1998; 2000 apud Richard, 2014, online). Essa abordagem oferece algumas vantagens (Richard, 2014):

Ela é dinâmica. A região definida pode ter limites imprecisos e instáveis que são definidos tanto pelas práticas sociais como pela ação das instituições públicas (governos, etc.). A ideia de limites imprecisos e móveis faz aqui eco à noção de fuzzy borders aplicada pelos especialistas em Relações Internacionais aos limites externos da UE. Eles admitem assim que a região UE é cercada de territórios periféricos que apresentam níveis de integração desiguais. Ela é abrangente, pois não se limita apenas a um setor. No entanto, esse ponto não é decisivo se considerarmos a região como um conjunto funcional, ou seja, um sistema: podemos falar de região econômica, por exemplo. Nesse caso, podemos qualificar a expressão falando de uma integração regional econômica ou mesmo de uma integração regional parcial. Ela não pressupõe que a região seja necessariamente um agregado de Estados. A região pode ser um território transfronteiriço que cobre todo ou somente uma parte do território de diversos países contíguos. Ela não pressupõe um determinado tamanho de região. Isso implica em um aperfeiçoamento do vocabulário para se distinguir os tipos de regiões integradas. Podemos assim distinguir diversos níveis geográficos de integração. A integração regional se aplica aos conjuntos infraestatais, a integração mesoregional aos territórios transfronteiriços que cobrem totalmente ou parcialmente dois países contíguos. A integração macroregional designa, enfim, a formação de uma região integrada a partir de diversos Estados contíguos (Richard, 2014, p. 47).

Os conceitos de regiões transfronteiriças e de transfronteirização apresentam nuances distintas, mas também convergem em certos pontos. Filho e Rückert (2013) exploram como essas regiões refletem processos contemporâneos de reestruturação territorial, sublinhando que tais áreas são resultado da relativização das escalas iniciada nos anos 1980. Esse fenômeno conduz à perda de integração entre economia nacional, Estado e sociedade, característica do período pós-guerra fordista-keynesiano-wilsoniano (Filho CP, 2013). Assim, a transfronteirização não deve ser vista apenas como barreira, mas como uma oportunidade de interação e cooperação entre diferentes sistemas

políticos, econômicos e socioculturais (Guilbert & Ligrone, 2006). Essa transformação de fronteira em espaço dinâmico de troca é acentuada pela globalização, que torna as fronteiras menos rígidas e mais permeáveis, permitindo novas formas de cooperação e interdependência.

Além disso, a abordagem de Guilbert e Ligrone (2006) se alinha com a perspectiva de Filho e Rückert ao enfatizar que a transfronteirização enriquece as estratégias de vida dos habitantes de ambos os lados da fronteira, criando oportunidades de desenvolvimento. A relevância desse conceito é destacada no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, onde a análise detalhada das especificidades locais das fronteiras é essencial. Esse processo sublinha a importância das escalas na análise territorial e a necessidade de políticas que considerem a nova configuração territorial emergente, promovendo um desenvolvimento harmonioso e cooperativo.

Richard (2014) amplia essa discussão ao introduzir o conceito de regionalismo, que se refere a ações inovadoras de atores individuais ou coletivos visando reduzir barreiras aduaneiras entre Estados geograficamente próximos. O regionalismo é visto como uma ideologia política, econômica e gerencial que prioriza a proximidade regional, influenciando a formulação de estratégias de ação que promovem novas formas de interação e cooperação. Além de Estados, outros atores, como empresas e ONGs, adotam o regionalismo para fomentar colaboração e crescimento regional.

O conceito de integração regional é outro ponto de convergência, embora com abordagens variadas. Richard (2014) e autores como Hettne e Söderbaum (1998; 2000) destacam que a integração regional vai além da simples soma das partes, formando uma região distinta. Eles identificam a integração como um processo dinâmico e gradual que engloba questões sociais, econômicas, institucionais, políticas, culturais e identitárias, tornando a área um sistema interdependente. Richard (2014) destaca que a integração regional pode ocorrer em diversos níveis, desde intraestatais até macrorregionais, refletindo a complexidade das interações e a necessidade de uma abordagem abrangente que não se limite a setores específicos.

Diante do exposto, fica evidente que os conceitos de regiões transfronteiriças e transfronteirização são fundamentais para compreender as novas dinâmicas territoriais em um mundo cada vez mais conectado. A transfronteirização transcende a ideia de fronteiras como meras barreiras, transformando-as em espaços dinâmicos de interação, cooperação e desenvolvimento. Esse fenômeno reflete uma crescente flexibilização das delimitações geopolíticas, impulsionada pela globalização e pela reestruturação territorial contemporânea. Ao mesmo tempo, a integração regional surge como um processo gradual

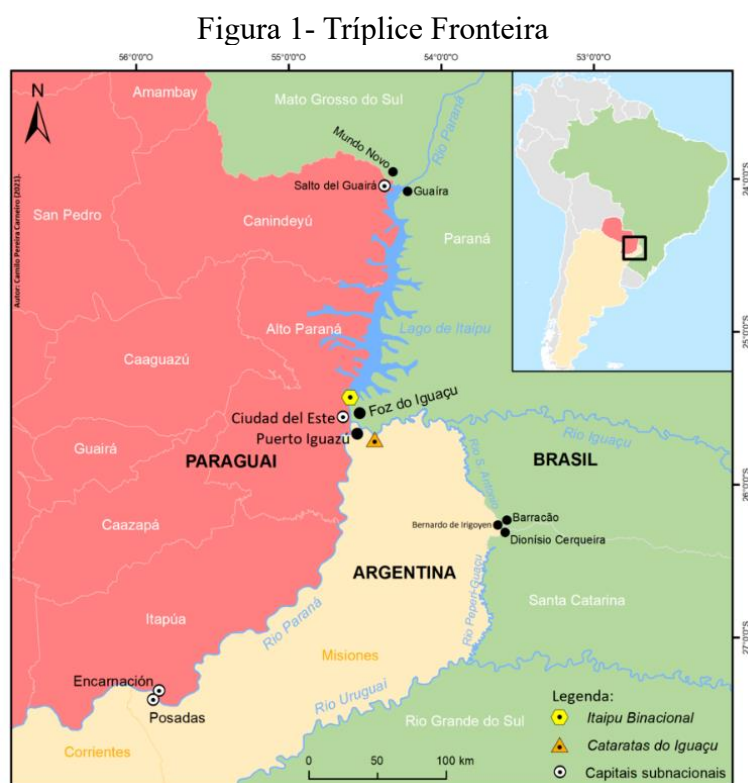
e multifacetado, que envolve não apenas Estados, mas também atores como empresas, ONGs e redes sociais, configurando novas formas de organização territorial.

2 A RELAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E PARAGUAI

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma revisão bibliográfica sobre as relações bilaterais entre Brasil e Paraguai, com ênfase nas dinâmicas que envolvem a Tríplice Fronteira. Serão envolvidos, de forma sintética, os fluxos comerciais, as migrações, as relações de trabalho e o turismo que caracterizam essa região. Além disso, o foco recairá sobre a relação específica entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, analisando as interações que definem o cotidiano e os vínculos econômicos, sociais e culturais entre essas cidades duas fronteiriças.

2.1 A TRÍPLICE FRONTEIRA: BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI

Para iniciar este capítulo, importa trazer o mapa da Tríplice Fronteira para visualização da região que será estudada nesta sessão:



Fonte: Carneiro (2021)

Uma região pode ser caracterizada como um recorte de espaço que detém suas peculiaridades, tais como homogeneidade relativa ou coesão funcional ou simbólica, cuja característica intrínseca é justamente o que a torna única (Filho C. P., 2013).

Algumas fronteiras formam um aglomerado urbano que se estende sobre o limite internacional, se enraizando por dois ou mais territórios de Estados distintos e fronteiriços e, segundo o autor, essas aglomerações devem ser chamadas de regiões transfronteiriças. Nesse cenário, a relação fronteiriça possui o que ele chama de “polo urbano”, que nada mais é do que a principal centralidade da região. Essa zona central se localiza em uma área suburbana do território nacional e, ao mesmo tempo, em território estrangeiro. Esses arranjos espaciais formam uma região transfronteiriça (Reitel, 2006).

(...) a existência de uma região transfronteiriça deve estar enraizada na consciência das pessoas (mesmo que o contorno não seja minuciosamente determinado), sendo considerados elementos de ligação: as raízes culturais comuns e os símbolos da região. Por outro lado, aspectos histórico-culturais podem ser percebidos pela população como fatores de separação (Filho C. P., 2013, p. 80).

Considero importante trazer essa citação inicial para introduzir as noções sobre a Tríplice Fronteira trabalhada nesta pesquisa, uma vez que os núcleos urbanos de conexão entre Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Argentina os tornam singulares a ponto de haver conformações espaciais e sociais que convergem sempre para sua conexão e interdependência.

Silva (2022) buscou respostas sobre como a Tríplice Fronteira saiu de “um lugar remoto” para um dos lugares mais complexos da América Latina no início do século 21. O autor começa sua argumentação revisitando os antecedentes históricos, incluindo o período colonial e as primeiras atividades econômicas lucrativas, como a extração de erva-mate e madeira, além das iniciativas de colonização e ocupação nos territórios brasileiro e argentino ao longo da fronteira. No período colonial, tanto Portugal quanto Espanha tinham outras prioridades e, mesmo após as independências, demorou para a região adquirir importância econômica. Isso só aconteceu após a Guerra da Tríplice Aliança, em 1870, sobretudo com a introdução do barco a vapor, que facilitou a navegação no Rio Paraná. A exploração dos recursos naturais intensificou o trânsito de pessoas na área de confluência entre Brasil, Argentina e Paraguai, mas não resultou em ocupação permanente. No Brasil, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1889), e na Argentina, os

Parques Nacionais Iguazú (1934) e do Iguaçu (1939), foram iniciativas visando à ocupação permanente dessas regiões (Silva, 2022).

No início do século 20, a construção de estradas de ferro e portos conectou o Paraguai à Argentina, estabelecendo Posadas como um importante centro comercial. No contexto das complexas relações internacionais sul-americanas, as políticas de aproximação entre Brasil e Paraguai levaram ao desenvolvimento de uma rede de infraestrutura destinada à integração física dos dois países. A política adotada pelo Paraguai, que incluía a promoção da imigração brasileira, resultou na reconfiguração do leste do país. Durante esse período de cooperação, os projetos dos parques nacionais tanto na Argentina quanto no Brasil, além da construção da ponte da Amizade, indicavam um potencial aumento na atividade turística (Silva, 2022).

Historicamente, a formação da Região da Tríplice Fronteira pode ser dividida em duas fases distintas. A primeira vai do fim do século XIX até aproximadamente os anos 1950, e é marcada pela expansão territorial promovida pelos Estados e o estabelecimento das primeiras cidades e a criação das principais rotas terrestres de acesso. A segunda Fase, entre o final dos anos 1950 e a década de 1990, caracteriza-se por um forte investimento em infraestrutura, que impulsionou o desenvolvimento regional e inseriu a Tríplice Fronteira no contexto global pós-Guerra Fria (Gimenez, Lisboa, Silva, & Diallo, 2018).

No final dos anos 1950, a Tríplice Fronteira começou a se consolidar com a construção de rodovias de acesso e o estabelecimento de cidades, que ainda possuíam infraestrutura limitada, povoamento e urbanização nas fases iniciais. Esse período marca o fim de uma etapa de ocupação territorial. A partir dos anos de 1960, os investimentos em infraestrutura trouxeram transformações que definiram a região como uma verdadeira área de fronteira, estabelecendo as bases que moldariam a configuração atual da Tríplice Fronteira no século XXI, com identidade própria (Gimenez, Lisboa, Silva, & Diallo, 2018).

Para Carneiro Filho,

Os processos de transfronteirização na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai podem ser classificados em dois tipos: dominantes e secundários. Os processos dominantes se desenvolveram inicialmente, ligados ao turismo das Cataratas e, na sequência, por meio das frentes pioneiras e da construção de Itaipu. A partir da década de 1980, somaram-se a esses processos o turismo de compras e o contrabando. Por sua vez, os processos secundários passaram a ser desenvolvidos por atores como os trabalhadores pendulares, os funcionários públicos, o IBAMA, movimentos sociais, etc (Filho C. P., 2013, p. 80).

Para o autor, fatores como cultura e identidade podem apresentar-se como impedimentos mais sérios do que a própria construção institucional, tendo em vista que contrapõem os formatos tradicionais de compreender um território (através da homogeneidade por exemplo). Para o autor, a região transfronteiriça compreendida pela Tríplice Fronteira entre Brasil-Argentina-Paraguai engloba símbolos fortes de identificação e que forjam uma identidade transfronteiriça, tais como a o rio Paraná, as Cataratas do Iguazu, a Itaipu, a bandeira do MERCOSUL e a Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA).

Segundo Micael A. Silva,

Existe uma evidente importância das relações entre Brasil-Paraguai para o desenvolvimento econômico e social da região como um todo. Afirmar isso significa reconhecer que, embora a referência possa ser abstrata, a abordagem transnacional para a compreensão da Tríplice Fronteira faz sentido à medida em que esse fenômeno teve capacidade para deslocar o eixo de referência regional de Posadas para a Ponte da Amizade. Ainda que não houvesse a construção da Itaipu ou o comércio de Ciudad del Este, a rede de estradas e pontes construídas entre os três países os ligaria de tal forma que essa região seguiria sendo um importante polo logístico na América do Sul (Silva, 2022, p. 106).

No final dos anos 1950, a Tríplice Fronteira já possuía rodovias e cidades estabelecidas, embora as estradas ainda não fossem pavimentadas e a urbanização estivesse apenas começando. Esse período marcou o fim de uma fase de ocupação geográfica. Nos anos 1960, investimentos em infraestrutura deram início à formação da região de fronteira, que moldou a realidade atual da Tríplice Fronteira. Apesar da existência de dinâmicas sociais, econômicas e políticas anteriores, foi nesse período que a região começou a tomar sua forma moderna (século XXI) (Gimenez, Lisboa, Silva, & Diallo, 2018).

A formação de uma identidade regional da Tríplice Fronteira necessariamente levaria em conta sua natureza exuberante, assim como as atividades econômicas existentes em seus núcleos urbanos, que apresentam complementaridades e semelhanças que servem para identificar os limites de seu território. Iguazu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este, áreas contíguas com alto grau de interação com a economia local deveriam compor o território de uma eventual região transfronteiriça na hipótese de, no futuro, o MERCOSUL vir a adotar uma política para a fronteira nos moldes que existe na União Europeia (Filho C. P., 2013, p. 90).

Alguns autores analisam os processos e os atores da transfronteirização, é o caso de Filho (2013), utilizando a literatura produzida por Schweitzer (2000).

Segundo o autor, a Itaipu Binacional desempenha um papel central na transfronteirização da Tríplice Fronteira. Além de ser uma atração turística de destaque e uma significativa fonte de receita, exerce uma influência política e social substancial na região. Em sua sede, são realizadas atividades de concepção, planejamento e controle que abrangem uma vasta área, incluindo suas instalações e empresas associadas. A atuação de Itaipu afeta diversos aspectos da vida econômica, política e social, não apenas em Foz do Iguaçu, mas em toda a Tríplice Fronteira (Filho C. P., 2013).

Fora da esfera governamental, merece destaque a atuação dos atores associados às dinâmicas de importação e comercialização de produtos de triangulação - que podem ser objeto de uma transformação primária ou vendida diretamente no comércio de Ciudad del Este. O trabalho desses atores conduzidos na formação do terceiro polo mundial do turismo de compras. Muitos dos responsáveis por essa fachada são de etnia chinesa ou árabe. transfronteiriça regional) e ao mesmo tempo específico nós de redes de distribuição, transformação e comercialização que se prolongam em escala mundial e possuem seus principais nós nos países do Sudeste Asiático (Filho C. P., 2013, p. 82).

Essas duas esferas – a atuação de Itaipu Binacional e a dos agentes econômicos locais – revelam uma interação complementar nas dinâmicas transfronteiriças da Tríplice Fronteira. Enquanto Itaipu impulsiona a integração estrutural e política da região, os comerciantes de Ciudad del Este expandem essa integração por meio do intenso fluxo de mercadorias e do comércio diversificado. Juntas, essas atividades estabelecem um ambiente onde se entrelaçam interesses distintos, conectando redes locais e globais que fazem da região um centro estratégico de intercâmbios e interdependência econômica, social e cultural.

Abaixo, um quadro representativo sobre os processos que envolvem cada localidade e suas dinâmicas regionais e transfronteiriças:

Quadro 1- – Atores Presentes na Tríplice Fronteira Segundo Origem e Escala dos Processos

ORIGEM DOS ATORES	ESCALA DOS PROCESSOS				
	Local e transfronteiriço local	Regional e transfronteiriço regional	Nacional e transfronteiriço nacional	Binacional e MERCOSUL	Extra-regional

LOCAL	<ul style="list-style-type: none"> - Municipalidades - Partidos políticos e sindicatos - Câmaras de Comércio - COMTUR - CODEFOZ - Transmigrantes (comércio de fronteira, trabalho, serviços) - Com. chinesa e árabe 	<ul style="list-style-type: none"> - CDR/Itaipu - COMTUR - AMOP - Coletividades chinesa e árabe - Fundação Iguassu 	<ul style="list-style-type: none"> - Importadores e Câmaras de Comércio de Ciudad del Este e Foz do Iguaçu - COMTUR - CDR/Itaipu 	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas locais ligadas ao comércio e montagem de produtos de triangulação 	<ul style="list-style-type: none"> - Centros locais das redes de tráfico de drogas
REGIONAL	<ul style="list-style-type: none"> - Organismos descentralizados e empresas públicas (AP, MI e PR) - Polícias (MI e PR) - Partidos políticos - Sindicatos de trabalhadores - Movimento dos Sem Terra (BR e PY) 	<ul style="list-style-type: none"> - Instituto de Meio Ambiente (PR) - Instituto Paranaense de Desenvolvimento - CRECENEA / CODESUL - Movimento dos Sem Terra - Brasiguaios 	<ul style="list-style-type: none"> - CRECENEA / CODESUL - Movimento dos Sem Terra 	<ul style="list-style-type: none"> - CRECENEA / CODESUL 	
NACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> - Forças de segurança e organismos descentralizados e de controle - APN e IBAMA - PROSOFA / Banco Mundial - Empresas de turismo e cadeias hoteleiras - STN e EMBRATUR - Turistas nacionais (Cataratas, negócios, compras) 	<ul style="list-style-type: none"> - Forças de segurança - APN e IBAMA 	<ul style="list-style-type: none"> - Turistas nacionais de passagem 	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas de transporte internacional de mercadorias 	
BINACIONAL E MERCOSUL	<ul style="list-style-type: none"> - Itaipu Binacional - RET/Iguassu 	<ul style="list-style-type: none"> - Itaipu Binacional - RET/Iguassu 	<ul style="list-style-type: none"> - Bacia do Prata 	<ul style="list-style-type: none"> - Bacia do Prata 	<ul style="list-style-type: none"> - Bacia do Prata
EXTRA-REGIONAL	<ul style="list-style-type: none"> - Redes de comércio de triangulação - Grandes grupos econômicos - Redes de tráfico de drogas - Turistas internacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - União Europeia / Polo Iguassu - DEA - Grandes grupos econômicos 			
Siglas dos organismos do setor público e de organizações internacionais					
AP – Departamento do Alto Paraná MI – Provincia de Misiones PR – Estado do Paraná AMOP – Associação de Municípios do Oeste Paranaense CODEFOZ - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu		CDR/Itaipu – Conselho de Desenvolvimento Regional dos municípios limieiros do Lago de Itaipu CRECENEA/CODESUL – Conselho Regional de Comércio Exterior e Conselho de Desenvolvimento da Região Sul APN – Administración de Parques Nacionales RET – Reunión Especializada de Turismo do MERCOSUL COMTUR – Conselho Municipal de Turismo		PROSOFA – Programa de Desarrollo Social de Areas de Frontera IBAMA – Inst. Brasileiro do Meio Ambiente STN – Secretaria de Turismo de la Nación Oeste Paranaense DEA – Drug Enforcement Agency	

Fonte: Schweitzer, 2000. Adaptação: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

Segundo o autor, com base na tabela acima, alguns processos dessa escala transfronteiriça local e regional se destacaram através de seus atores principais. Ele elenca:

- a) As prefeituras das três cidades gêmeas, por desenvolverem projetos juntas;

- b) Os trabalhadores transmigrantes pendulares (como por exemplos os comerciantes, camelôs, motoristas, sacoleiros e entre outros, como atores de transfronteirizações do cotidiano);
- c) As empresas de turismo, que contribuem para o deslocamento de um grande número de turistas (e trabalhadores da área do turismo), responsáveis pelos deslocamentos entre os países da Tríplice Fronteira;
- d) O MST, que interagi com os trabalhadores rurais de todos os lados da fronteira;
- e) E das ligações criminosas que, infelizmente, se mobilizam nos três lados que formam a Tríplice Fronteira, que por sua vez fornece ocupação e renda para muitas pessoas (Filho C. P., 2013).

O autor destaca, por meio de uma análise detalhada, os principais atores que impulsionam os processos de integração transfronteiriça na Tríplice Fronteira. As prefeituras das cidades envolvidas exemplificam a cooperação institucional ao implementar projetos conjuntos, enquanto os trabalhadores transmigrantes, como camelôs e sacoleiros, trazem à tona a dinâmica cotidiana de circulação entre as fronteiras, refletindo uma interdependência econômica informal. As empresas de turismo, por sua vez, facilitam o fluxo turístico na região, beneficiando tanto trabalhadores quanto o comércio local. A atuação do MST também revela a conexão dos trabalhadores rurais dos três países, reforçando uma rede de apoio mútua entre as comunidades fronteiriças. No entanto, o autor aponta que essa integração regional inclui também a atuação de redes criminosas, que exploram as especificidades da região para gerar ocupação e renda, embora por meio de práticas ilícitas. Esses diferentes atores, com suas atividades formais e informais, formam um mosaico de interações que caracterizam a complexidade social e econômica da Tríplice Fronteira.

Schweitzer (200) citado por Filho (2013), desenvolveu algumas representações em gráfico que facilitam a leitura dos processos transfronteiriços que ocorrem nos três lados da Tríplice Fronteira. O autor tinha como objetivo desenhar as diferentes escalas e a intensidade dos processos transfronteiriços.

No primeiro gráfico, o autor demonstra a intensidade do comércio internacional formados por produtos de reexportação e triangulação. Em contraponto, em menor medida representa-se os turismos de compras mais constantes e os de maior intensidade na Tríplice (ocorridos entre Brasil e Paraguai). No mesmo gráfico, está representada a dinâmica do contrabando e da comercialização de bens de consumo final, como a soja e os alimentos, tal como a migração de paraguaios para o Brasil. As díades entre Argentina

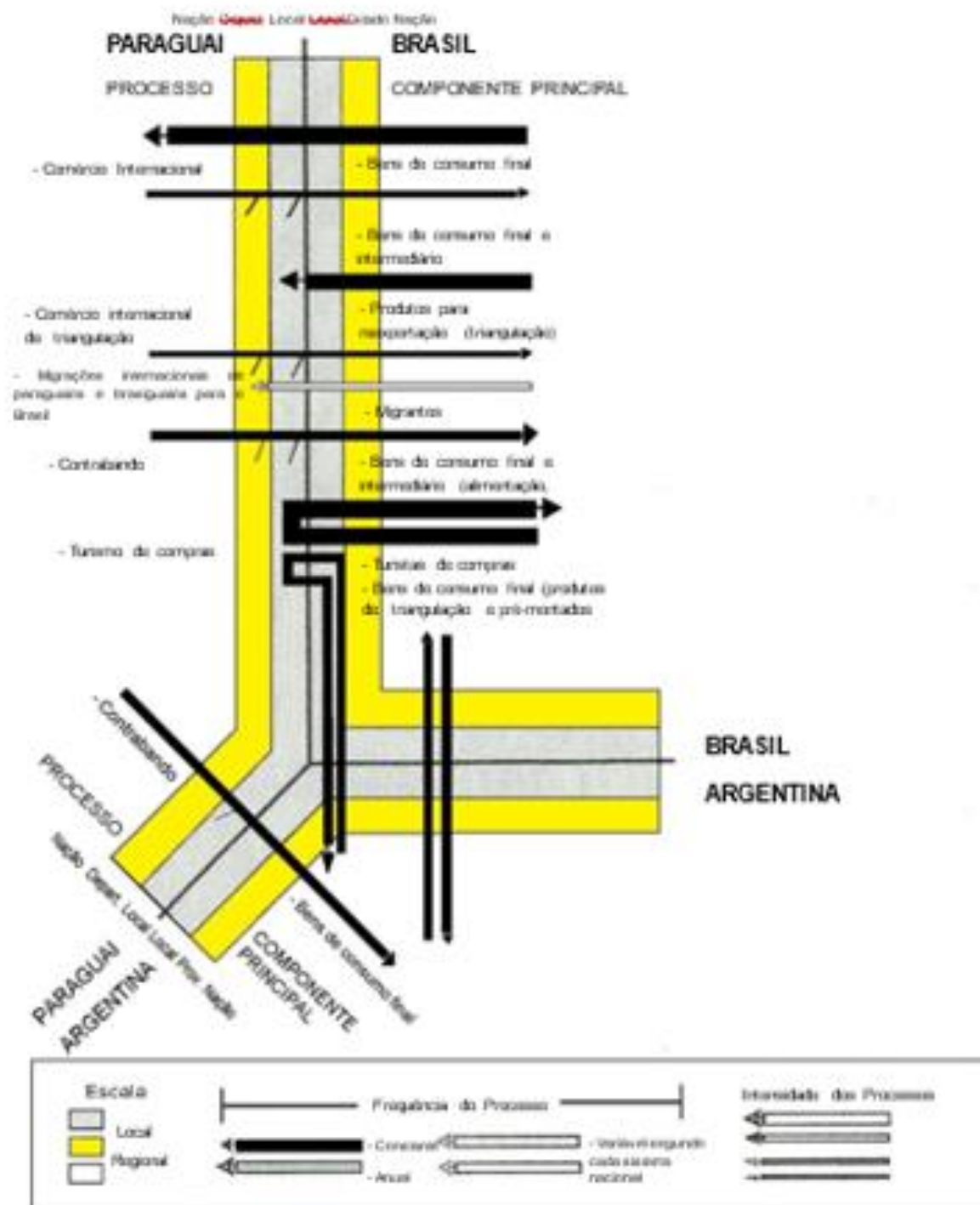
e Paraguai, e Brasil com a Argentina mostram-se voltadas para a comercialização de bens de consumo final apresentam menor intensidade do que as relações entre Brasil e Paraguai.

A imagem apresenta um diagrama que ilustra os processos de interação transfronteiriça entre Paraguai, Brasil e Argentina na Tríplice Fronteira. O esquema destaca fluxos de pessoas e mercadorias, bem como a frequência e intensidade desses processos ao longo das fronteiras. A interação é organizada em duas escalas, representadas por faixas amarelas (escala local) e cinza (escala regional), indicando que alguns processos ocorrem em níveis locais, enquanto outros possuem impacto regional.

No lado esquerdo do diagrama, vemos os principais processos que envolvem o Paraguai, incluindo comércio internacional, triangulação de mercadorias, migrações e contrabando. As setas e faixas que conectam o Paraguai ao Brasil e Argentina indicam a direção e intensidade dos fluxos. Por exemplo, o comércio internacional de triangulação envolve a exportação e reexportação de produtos, enquanto as migrações são marcadas por fluxos de trabalhadores pendulares.

No centro da imagem, os componentes principais de cada processo são listados, detalhando os bens de consumo final e intermediário que circulam entre os países. Por exemplo, há fluxos regulares de bens de consumo final, como alimentos e produtos eletrônicos, que passam do Paraguai para o Brasil e da Argentina para o Brasil. Além disso, o diagrama mostra a movimentação de turistas de compras, que se deslocam em busca de bens triangulados e pré-montados.

Corema 1 – Dinâmica fronteiriça na Tríplice Fronteira BRA-ARG-PAR: processos transfronteiriços em escala nacional - exceto turismo das Cataratas



Fonte: Schweitzer, 2000. Adaptação: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

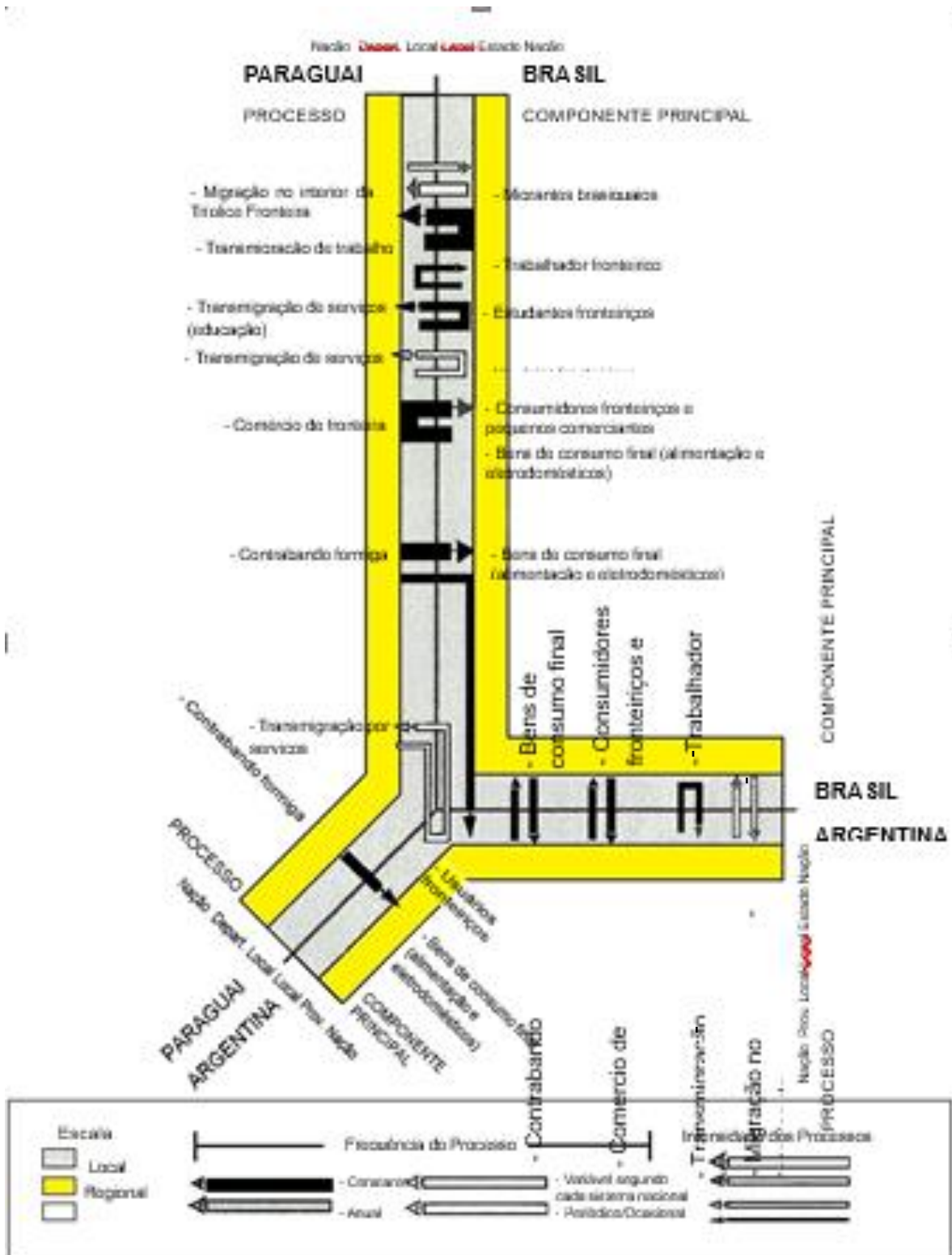
A imagem abaixo apresenta um diagrama que explora os processos de interação transfronteiriça entre Paraguai, Brasil e Argentina, focando em diferentes fluxos de pessoas e bens que ocorrem na Tríplice Fronteira. Ela está organizada em duas principais escalas – local, representada em amarelo, e regional, em cinza – que indicam o alcance geográfico de cada processo, refletindo a complexidade das interações que envolvem os três países.

No lado esquerdo, sob o título “Processo”, estão listados diversos tipos de transações e mobilidades, como migração, transmigração de trabalho, transmigração de serviços (incluindo educação), comércio de fronteira, contrabando e turismo de compras. Esses processos revelam a diversidade das atividades que conectam as comunidades ao longo das fronteiras e indicam como as pessoas e mercadorias se movimentam entre os países, seja de maneira formal ou informal.

No centro do diagrama, na coluna “Componente Principal”, são detalhados os atores envolvidos e os bens principais que transitam na região. Por exemplo, o Brasil recebe migrantes e trabalhadores fronteiriços, enquanto há um fluxo de bens de consumo final, como alimentos e eletrodomésticos, que atravessa as fronteiras. Além disso, consumidores fronteiriços e pequenos comerciantes participam do comércio local, que se sustenta na alta demanda por esses produtos, impulsionada pelo diferencial de preços e pela disponibilidade de mercadorias na região.

A legenda, na parte inferior, esclarece os símbolos utilizados para indicar a frequência e a intensidade dos processos. Linhas com diferentes espessuras representam a intensidade, enquanto setas distintas indicam a frequência – se o fluxo é constante, variável, anual ou periódico. Esse detalhamento permite compreender a regularidade e o impacto de cada tipo de movimento na dinâmica transfronteiriça, revelando que a Tríplice Fronteira é uma zona de alta circulação, onde as atividades econômicas e sociais se interconectam em um fluxo constante de intercâmbio e adaptação.

Corema 2 – Dinâmica fronteiriça na Tríplice Fronteira BRA-ARG-PAR: processos transfronteiriços em escalas regional e local.



Fonte: Schweitzer, 2000. Adaptação: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

As duas imagens ilustram diferentes aspectos dos processos transfronteiriços na Tríplice Fronteira entre Paraguai, Brasil e Argentina, mostrando como a região é um ponto estratégico de interação econômica, social e cultural. Na primeira imagem, são apresentados fluxos de comércio internacional, migração e contrabando, além do turismo de compras, que movimenta grande parte da economia local. Os processos de triangulação, ou seja, a entrada e reexportação de produtos, revelam a importância do Paraguai como ponto de entrada de mercadorias que serão redistribuídas para o Brasil e Argentina. Já o Brasil é destacado como o principal destino dos consumidores, enquanto a Argentina possui uma interação mais regional. A intensidade e frequência dos fluxos mostram que esses processos ocorrem de forma constante, regulada ou periódica, dependendo da demanda e dos contextos nacionais.

A segunda imagem complementa a primeira ao focar em processos locais de interação, como a transmigração de trabalho e serviços, o comércio de fronteira e o contrabando, enfatizando o cotidiano das populações que vivem na região. A escala local, destacada em amarelo, abrange atividades como o comércio informal e os serviços educacionais que conectam os três países, além de ilustrar o impacto dos fluxos de pessoas, como trabalhadores e estudantes fronteiriços. Ambas as imagens revelam que a Tríplice Fronteira é um ambiente dinâmico, marcado pela coexistência de atividades formais e informais, que não apenas fortalecem a economia local, mas também mantêm a região como um ponto de interação constante entre diferentes realidades e culturas. Juntas, as duas representações reforçam a complexidade das interações e a interdependência que caracteriza essa região estratégica.

A análise da Tríplice Fronteira revela como a região se tornou um ponto estratégico de interações complexas, tanto no âmbito econômico quanto cultural, impulsionada por uma rede de atividades formais e informais. Com uma história marcada pela exploração de recursos naturais e pela expansão territorial dos Estados envolvidos, a área foi gradualmente moldada por investimentos em infraestrutura, principalmente a partir dos anos 1950. Esse desenvolvimento trouxe consigo uma identidade própria para a Tríplice Fronteira, caracterizada pela coexistência de múltiplos interesses e pela interdependência entre Brasil, Argentina e Paraguai, o que fortaleceu as relações transnacionais e a integração entre os países.

Além disso, a presença de elementos simbólicos e culturais comuns, como as Cataratas do Iguaçu e a Itaipu Binacional, reforçam a identificação coletiva entre os habitantes da região. Ao mesmo tempo, a Tríplice Fronteira se beneficia de uma rede de

comércio diversificado, com Ciudad del Este desempenhando papel central na movimentação de mercadorias, enquanto Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú recebem turistas e trabalhadores que promovem intercâmbios culturais e econômicos. Assim, a Tríplice Fronteira surge como um exemplo de como a interdependência econômica e as relações culturais compartilhadas podem moldar uma região transfronteiriça com características únicas e grande relevância no cenário latino-americano.

2.2 RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-PARAGUAI

A Região fronteira oeste do Brasil com o Paraguai esteve factualmente isolada do restante do país, correlacionando-se mais a uma realidade republicana, com idioma predominantemente espanhol e de difícil acesso para os brasileiros que desejassem alcançar a região. Foi por meio de pactos de livre navegação firmados em 1856 e ampliados em 1858, entre Brasil e Paraguai, que pode ocorrer a integração entre essas áreas fronteiriças, ao restante do Brasil (Garcia, 2009).

Em 09 de janeiro de 1872, Brasil e Paraguai celebraram a assinatura do Tratado de limites, na capital Assunção. O tratado entrou em vigor em 26 de março do mesmo ano, os limites entre os dois países se estabeleceram conforme art. 1:

ARTIGO 1º

[...] O território do Império do Brasil divide-se com o da República do Paraguai pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguassú até o Salto Grande das Sete Quédas do mesmo rio Paraná;
Do Salto Grande das Sete Quédas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda;
Daí segue em linha recta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambahy;
Prosegue pelo mais alto desta Serra até a nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até sua foz na margem oriental do rio Paraguay;
Todas as vertentes que correm para Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para Sul e Oeste pertencem ao Paraguai.
A Ilha do Fecho dos Morros é domínio do Brasil (Brasil & Paraguai, 1872).

Através do Tratado de 1972, o Brasil garantiu a posse do território compreendido entre os rios Apa e Branco, que hoje fazem parte do Mato Grosso do Sul. Todavia, Argentina e Brasil possuíam conflitos pós-guerra que permeava as reivindicações territoriais que forjaram uma missão por parte da Argentina ao Rio de Janeiro que resultou na assinatura do acordo brasileiro-argentino sobre a paz entre os Estados (Vargas, 2017).

O Tratado Cotegipe-Loizaga, firmado entre Brasil e Paraguai em 1872, passou por modificações em 1874, mas foi rejeitado pelo Paraguai em 1881. Em 1877, Argentina, Brasil e Uruguai assinaram o Protocolo de Montevideú, que garantiu a independência e a integridade territorial do Paraguai. Posteriormente, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado em Assunção em 7 de junho de 1883, substituiu os tratados anteriores, mas também foi denunciado pelo Paraguai em 15 de setembro de 1897. Finalmente, buscando resolver questões de limites, Brasil e Paraguai celebraram o Tratado de Limites, complementar ao de 1872, no Rio de Janeiro em 21 de maio de 1927 (Vargas, 2017).

Segundo o acordo, os limites no trecho entre o rio Apa e Baía Negra foram definidos, utilizando o talvegue como critério de delimitação fluvial, inclusive para as ilhas. A Ata de Iguazu, assinada entre Brasil e Paraguai em Foz do Iguazu, em 22 de junho de 1966, estabeleceu que a energia elétrica gerada pelos desníveis do rio Paraná, do Salto Grande de Sete Quedas até a Foz do rio Iguazu, seria dividida igualmente entre os dois países. Cada nação teria preferência para adquirir essa energia a um preço justo, caso não fosse necessária para o consumo do outro país (Vargas, 2017).

Esse acordo, juntamente com o Tratado de Itaipu de 1973, permitiu a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional no rio Paraná, entre 1975 e 1982, além da criação de um lago artificial na fronteira comum (Vargas, 2017).

Para resolver lacunas do Tratado de 1927, Brasil e Paraguai firmaram o Protocolo adicional ao tratado de limites em Assunção, em 4 de dezembro de 1975, estabelecendo um reconhecimento recíproco (Vargas, 2017).

ARTIGO I

A República Federativa do Brasil reconhece o domínio territorial e a soberania da República do Paraguai sobre a ilha denominada “Isla Margarita”, pelo Paraguai e conhecida até agora como Ilha de Porto Murinho, ou Banco das Três Barras, pelo Brasil, de coordenadas aproximadas vinte e um graus, quarenta e um minutos, vinte e sete segundos e três décimos de Latitude sul (21° 41’ 27.3” S) e cinquenta e sete graus, cinquenta e três minutos, vinte e três segundos e seis décimos de Longitude oeste (057° 53’ 23.6” W).

ARTIGO II

A República do Paraguai reconhece o domínio territorial e a soberania da República Federativa do Brasil sobre a ilha denominada Ilha do Chapéu, pelo Brasil, e conhecida até agora como “Isla del Sombrero”, pelo Paraguai, de coordenadas geográficas aproximadas vinte graus, trinta e três minutos, trinta e oito segundos e nove décimos de Latitude sul (20° 33’ 38.9” S) e cinquenta e oito graus de Longitude oeste (058° 00’ 00.0” W) (Brasil & Paraguai, Protocolo adicional ao tratado de limites de 21 de maio de 1927, 1975).

Assim, a fronteira entre o Paraguai e o Brasil se desenvolve entre a foz do rio Apa e a foz do rio Iguaçu.

Ao analisar as perspectivas dos autores sobre a região fronteira entre Brasil e Paraguai, observam-se várias convergências em seus pensamentos. Um ponto de consenso é a importância da infraestrutura na promoção da integração regional. Tanto Filho (2013) quanto Reitel (2006) destacam que as regiões transfronteiriças são formadas por aglomerados urbanos que se estendem por limites internacionais, reforçados por investimentos em infraestrutura, como estradas e portos. Silva (2022) e Gimenez et al. (2018) complementam essa visão, ressaltando que o desenvolvimento de infraestruturas como a construção de rodovias e a usina de Itaipu foram fundamentais para a consolidação da Tríplice Fronteira.

Outro ponto de convergência entre os autores é a relevância dos fatores históricos e culturais na formação das regiões transfronteiriças. Filho (2013) e Silva (2022) concordam que aspectos históricos, como os antecedentes coloniais e os tratados assinados entre Brasil e Paraguai, foram cruciais para moldar a dinâmica da fronteira. Além disso, ambos ressaltam que símbolos culturais e identitários, como o rio Paraná e as Cataratas do Iguaçu, são essenciais para a construção de uma identidade transfronteiriça que transcende as fronteiras nacionais.

A cooperação econômica e social também é um tema recorrente nas obras dos autores. Filho (2013) e Silva (2022) apontam que a integração econômica, facilitada por tratados de livre comércio e acordos de navegação, tem desempenhado um papel central no desenvolvimento da região. A atuação de atores locais, como comerciantes e trabalhadores pendulares, é vista como vital para a manutenção das dinâmicas transfronteiriças. Essa cooperação econômica é reforçada por iniciativas como a Itaipu Binacional, que não só fornece energia elétrica, mas também impulsiona o desenvolvimento econômico e social da região, como ressaltado por Filho (2013).

A fronteira Brasil-Paraguai evoluiu de um contexto de isolamento para uma região integrada e interdependente, graças a uma série de tratados, investimentos em infraestrutura e cooperação econômica. Os autores analisados concordam na importância dos fatores históricos, culturais e infraestruturais para essa transformação, embora ofereçam perspectivas distintas sobre os desafios e as dinâmicas que caracterizam a transfronteirização. A Tríplice Fronteira, em particular, exemplifica como a integração regional pode ser alcançada através de esforços conjuntos, valorizando as peculiaridades locais e promovendo o desenvolvimento sustentável. Este estudo destaca a necessidade

de políticas públicas que considerem as complexidades e interdependências das regiões fronteiriças, promovendo um desenvolvimento harmonioso e cooperativo.

A história dos acordos de limites entre Brasil e Paraguai reflete a complexidade das relações diplomáticas e territoriais na América do Sul, especialmente em regiões de fronteira. Desde o Tratado de 1872, passando por diversos ajustes e tratados complementares, os dois países buscaram estabelecer uma delimitação clara de suas fronteiras, principalmente após os conflitos e incertezas gerados pela Guerra do Paraguai. Esses tratados não apenas definiram linhas fronteiriças, mas também abordaram questões de uso e aproveitamento dos recursos naturais compartilhados, como a energia hidrelétrica do rio Paraná, que culminou na construção da Usina de Itaipu. A definição e o reconhecimento mútuo de territórios e ilhas, como o Protocolo de 1975, também evidenciam o esforço contínuo para manter a estabilidade e a cooperação entre as duas nações.

A proximidade geográfica entre dois povos na fronteira cria um espaço comum onde diversas relações se desenvolvem naturalmente. Isso gera uma cultura singular e "fronteiriça" que se distingue das culturas nacionais. Essa integração não é uma simples "apropriação cultural"; trata-se de uma coexistência de elementos nativos presentes em ambos os lados da fronteira, que, embora possam parecer exóticos frente às culturas dominantes de cada país, fazem parte do cotidiano de ambos os povos (Vargas, 2017).

Esse processo de consolidação das fronteiras ilustra a importância de acordos diplomáticos e da negociação contínua para garantir a paz e a cooperação regional. A fronteira entre Brasil e Paraguai não é apenas uma linha de separação territorial, mas também um ponto de integração, facilitando a colaboração em infraestrutura, comércio e energia. O caso de Itaipu exemplifica como uma questão fronteiriça pode se transformar em uma oportunidade de desenvolvimento conjunto, beneficiando ambos os países e fortalecendo os laços entre as nações. Essa trajetória histórica nos lembra que a manutenção de relações pacíficas entre países vizinhos é essencial para a prosperidade e a segurança regional, especialmente em uma área estratégica como a fronteira Brasil-Paraguai.

O vínculo entre Brasil e Paraguai tem sido caracterizado por uma dinâmica de aproximação e distanciamento ao longo do tempo, especialmente após a Guerra do Paraguai. Esse conflito, que envolveu Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, deixou uma marca significativa na política externa brasileira, consolidando a preponderância militar e política do Brasil no Cone Sul. Durante o século XX, o Brasil

adotou uma postura de distanciamento em relação ao Paraguai, mantendo uma política de interação mínima, enquanto o Paraguai, por sua vez, enxergava no Brasil um aliado indispensável para o avanço de seus interesses nacionais (Moura, 2012).

A divisa entre Brasil e Paraguai passou a receber mais atenção com a imigração brasileira para o país vizinho no final dos anos 1950, imigração esta que foi impulsionada em meados das décadas de 60 e 70 devido à edificação da usina hidrelétrica de Itaipu e o acolhimento do governo paraguaio no que diz respeito aos brasileiros nas áreas fronteiriças (Albuquerque, 2005). Esse movimento de brasileiros integra a marcha para o oeste, que ocorreu especialmente no período do governo de Juscelino Kubitschek e o Regime Militar, com o propósito de povoar o oeste e o centro do Brasil. Do lado do governo paraguaio, por sua vez, houve a marcha para Este, ao longo da administração de Alfredo Stroessner (1954-89) (Machado A. A., 2010).

Essas duas políticas possuíam como principal meta povoar os territórios de fronteira, para estrategicamente possibilitar a expansão do capital, bem como o desenvolvimento nacional. A proporção internacional dessa política de Kubitschek arquitetava a projeção e influência dos interesses brasileiros na América Latina, compreendendo especialmente as políticas de cooperação com o Paraguai (Albuquerque, 2005). Conforme o autor, tal aproximação abriu portas para deslocar o interesse do país vizinho para a esfera de influência brasileira em contrariamente ao interesse da Argentina, pois tal mudança proporcionou mudanças no equilíbrio de poder na região. O governo paraguaio, por sua vez, possui o intuito de afastar a dependência que havia do governo argentino, bem como engendrar a possibilidade de reestabelecer equilíbrio em suas relações internacionais no contexto regional (Albuquerque, 2005).

Cervo descreve o mesmo raciocínio lógico utilizado em fronteiras territoriais, aplicado na marcha para o oeste realizada na imigração de brasileiros para o Paraguai. Ele traz uma vinculação entre a história das fronteiras e as constatações do capitalismo dependente, que incorpora novos territórios às demandas do sistema produtivo (Cervo & Clodoaldo, 2010).

A delimitação de produção, frequentemente relacionada à agricultura, e a ocupação originam-se nos centros urbanos tradicionais, carregando consigo tensões antigas que se manifestam de maneira mais acentuada nas fronteiras, onde a presença estatal é reduzida. O caso dos brasiguaios é simbólico, tendo em vista que transporta as inquietações internas para o âmbito internacional. Nesse cenário, as aflições brasileiras

se agregam às paraguaias, aumentando a possibilidade de conflitos na região (Cervo & Clodoaldo, 2010).

Outrossim, Pinheiro reafirma o entendimento de que a valorização da fronteira implica no reconhecimento da realidade geográfica. Isto porque, no que tange as relações internacionais, isso implica dar importância às relações com os países vizinhos. Todavia, ao longo da maior parte do tempo, as relações de destaque do Brasil estiveram direcionadas à Europa e aos Estados Unidos. Assim, a autora entende que a participação ativa e a promoção do multilateralismo por meio de organizações internacionais demoraram a se consolidar na América do Sul. Isso ocorreu principalmente devido à abordagem realista do Brasil em relação à região, que priorizava o equilíbrio de poder em detrimento dos mecanismos institucionais (Pinheiro, 2000). A autora entende que, embora tal dinâmica fosse favorável para o Brasil naquela localidade, esta acabava por configurar em um obstáculo para o desenvolvimento de intentos de assistência para a fronteira brasileira (Pinheiro, 2000).

Vale constatar ainda, que durante o Regime Militar, a relevância estratégica que o Paraguai possui para o Brasil ampliou. Contudo, à medida que as relações bilaterais se aprofundaram, os focos de desentendimento também se multiplicaram. Nos anos 1960, o Brasil ocupou uma faixa de fronteira de cerca de 20 km que se encontrava em disputa. Na época, o representante do governo paraguaio foi retirado da região, e os dois países estiveram à beira de um conflito. Tal circunstância apenas obteve resolução quando ambos chegaram a um acordo sobre a utilização conjunta do potencial energético das Sete Quedas, o que culminou no projeto de edificação da usina hidrelétrica de Itaipu (Albuquerque, 2005).

O plano nacional adotado pelo Paraguai durante as várias crises políticas que o país enfrentou até atingir uma relativa estabilidade, ocorrida durante o governo Stroessner, levou o Paraguai por um caminho diferente do Brasil e da Argentina, os quais optaram por uma abordagem desenvolvimentista. Até os anos de 1980, o Estado paraguaio era predominantemente agrícola e sobressaía-se como fornecedor de serviços e produtos estrangeiros nas regiões fronteiriças, lugar em que residem acerca de 70% de sua população (Albuquerque, 2005).

Albuquerque (2005) ainda pontua que, tal acontecimento resultou em uma profunda influência nas fronteiras brasileiras pelo país vizinho, tanto por meio de fluxos legais quanto ilegais, fossem eles originários do Paraguai ou apenas atravessando o território paraguaio para chegar ao Brasil. No que tange o quesito fundiário relacionada à

posse da terra foi outra fonte de inquietação, exemplificada pelo estatuto agrário de 1963, cujo qual autorizava a venda de terras de regiões fronteiriça para estrangeiros, incentivando o fenômeno dos brasiguaios e acentuando as hostilidades sociais na região. Em 2004, a lei de segurança fronteiriça alterou esse estatuto, não afetando os direitos já adquiridos, mas impactando incontáveis brasileiros que não estavam na posse de quaisquer títulos de propriedade ou não os tinham reconhecidos em seu nome (Albuquerque, 2005).

Em 2008, o Acordo de Cooperação Energética Bilateral com o Brasil tornou-se um ponto importante na campanha presidencial de Fernando Lugo, candidato de centro-esquerda que, ao vencer as eleições, pôs fim a um ciclo de sessenta anos de governo do Partido Colorado no Paraguai. Após intensas negociações e pressões do Paraguai, bem como um direcionamento da política externa brasileira para o fortalecimento da cooperação regional, o presidente Lula se reuniu com Lugo em Assunção. Em 25 de julho de 2009, ambos assinaram o acordo “Construindo uma Nova Etapa na Relação Bilateral”. Este acordo elevou o valor pago pelo Brasil ao Paraguai pela energia comprada, triplicando a receita da Administración Nacional de Electricidad para US\$ 360 milhões anuais. Além disso, o documento abriu a possibilidade para que outras concessionárias brasileiras, além da Eletrobrás, pudessem adquirir a energia paraguaia, encerrando o monopólio de compra anteriormente existente (Almeida & Toledo, 2015).

Em julho de 2012, uma crise política no Paraguai levou ao impeachment do presidente Lugo, aprovado pelo Senado em um processo rápido que durou apenas 24 horas, despertando reações de países vizinhos e organizações regionais. Esse evento rompeu quase duas décadas sem a aplicação de um impeachment na América do Sul, desde o caso da Venezuela em 1993. A destituição de Lugo foi influenciada por sua base parlamentar enfraquecida e pela incapacidade de seu governo em lidar com um conflito agrário envolvendo policiais e camponeses em Curuguaty, próximo à fronteira com o Brasil. Com 39 votos a favor e apenas 4 contrários, o Senado paraguaio decidiu pela remoção de Lugo, o que provocou uma resposta crítica do Brasil, que condenou a falta de garantias de defesa ao presidente no processo conduzido pelo Legislativo paraguaio. Como reação, o Brasil apoiou a suspensão do Paraguai do MERCOSUL e da UNASUL, justificando a medida como uma defesa da democracia, de acordo com os Protocolos de Ushuaia. A situação se tornou ainda mais tensa com a entrada da Venezuela no MERCOSUL logo após a suspensão do Paraguai, uma decisão tomada sem a aprovação deste último (Sennes, 2012).

O afastamento diplomático entre Brasil e Paraguai foi significativo após alguns acontecimentos políticos, tal como a entrada da Venezuela no Mercosul sem a contestação do Paraguai, que na época estava suspenso do bloco, criando um clima de desconforto entre os dois países. Mesmo sem apoiar sanções econômicas contra o Paraguai e mantendo investimentos de cooperação, o Brasil não conseguiu dissipar a insatisfação da elite paraguaia. No ano seguinte, o Paraguai seguiu com as eleições presidenciais conforme o calendário previsto, com o Brasil acompanhando o processo, que ocorreu de forma tranquila e culminou na eleição de Horácio Cartes, do Partido Colorado. Um dos resultados desse episódio foi a retomada do debate sobre a revisão dos termos do Tratado de Itaipu nas relações bilaterais (Esposito Neto & Paula, 2015).

O Tratado de Itaipu, assinado em 1973, simboliza essa complexa relação. De acordo com (Sennes, 2012) o tratado gerou controvérsias devido à percepção de uma postura impositiva por parte do Brasil, que, segundo críticos, teria dificultado o uso da usina como motor de desenvolvimento econômico para o Paraguai. A revisão do acordo, em 2009, realizada pelo presidente Lula em resposta às demandas do presidente Lugo, resultou em um aumento significativo do pagamento ao Paraguai pela energia (Almeida & Toledo, 2015).

Inspirados pela Ata das Cataratas (1966), o Tratado de Itaipu (1973) e seus anexos estabeleceram, após duras e intensas negociações, um complexo arcabouço jurídico-institucional para a construção e a operação dessa represa binacional. De acordo com o Tratado de 1973, Brasil e Paraguai possuem igualdade de direitos e de obrigações na gestão das riquezas geradas pela barragem. Para tanto, as autoridades dos dois países instituíram a empresa Itaipu Binacional. Os principais termos acordados são: o Brasil seria responsável pelos empréstimos e pelas obrigações, como a apresentação das garantias dos financiamentos internacionais; o Paraguai pagaria os custos referentes à sua parte da Usina, em energia; o preço da energia é estabelecido pelo custo, além das remunerações previstas, como o pagamento de royalties e a cessão de energia; os sócios têm a preferência na aquisição da energia; o pagamento é realizado em moeda forte; a revisão dos termos do tratado ocorrerá somente em abril de 2023. As obras foram realizadas pelo consórcio brasileiro-paraguaio UNICOM/ COMEMPA. Após anos de construção, as primeiras turbinas de Itaipu passaram a gerar energia elétrica em 1984. Em maio de 2007, ocorreu a finalização da última turbina prevista no projeto base (César, Neto, Macedo, & Boulos, 2015, p. 3).

Conforme aponta Espósito Neto (2015), a construção de Itaipu serviu a três objetivos centrais para o Brasil. Primeiro, possibilitou a "submersão" do território de "Sete Quedas" ou "Salto del Guairá", uma área em disputa entre Brasil e Paraguai, resolvendo uma questão de fronteira. Em segundo lugar, estabeleceu um poderoso elo

econômico entre os dois países, atraindo o Paraguai para a esfera de influência brasileira e diminuindo, assim, a presença e influência da Argentina na região. Por fim, Itaipu garantiu ao Brasil acesso a uma fonte abundante, renovável e econômica de energia, essencial para impulsionar setores industriais de alto consumo energético, como os de alumínio, celulose e papel (Esposito Neto & Paula, 2015).

Para o Paraguai, os objetivos eram igualmente estratégicos, mas com enfoque em benefícios econômicos de longo prazo. A construção de Itaipu representava uma oportunidade de crescimento econômico contínuo durante as obras e, posteriormente, uma importante fonte de receitas internacionais por meio dos royalties gerados pela cessão de energia. Além disso, Itaipu favoreceu a criação de um novo polo econômico na região ao redor da usina e fortaleceu os laços com o Brasil, ajudando a diminuir a dependência histórica que o Paraguai mantinha em relação à Argentina (Esposito Neto & Paula, 2015).

A fronteira entre Brasil e Paraguai apresenta atributos e elementos pontuais além das regiões densamente habitadas, que igualmente estão ligadas aos locais de movimentação intensa, tanto legal quanto ilegal, tornando essa área de fronteira altamente dinâmica (Gemelli, 2013). A autora afirma que esse modelo de comércio impulsiona do mesmo modo as práticas dos crimes de descaminho e contrabando, cujo quais agridem a economia do país por meio da evasão fiscal nas fronteiras com o Brasil, devido à disparidade de preços entre os produtos nos mercados paraguaio e brasileiro, apesar de não ter contribuído significativamente para o desenvolvimento econômico do Paraguai (Gemelli, 2013).

A vulnerável condição econômica do Paraguai, combinada com a concentração de parte da renda e das terras produtivas sob posse de brasileiros, chamados de brasiguaios, cria uma tensão no setor agrário entre os paraguaios que residem e vivem de atividades rurais, e os brasileiros pois acusam os brasileiros de apropriarem-se indevidamente de suas terras (Albuquerque, 2005). A desaprovação de que os agricultores são culpados pela ocupação de terras produtivas e pela violência na região também é uma realidade, porém, aqueles que são mais afetados nesse embate social são os brasileiros no Paraguai em situação de pobreza e os próprios camponeses, tendo em vista que diariamente enfrentam a repressão do governo paraguaio (Albuquerque, 2005).

Nesse sentido, a expansão gradual das propriedades rurais nas regiões fronteiriças do Paraguai resultou no deslocamento de muitos habitantes locais para áreas urbanas maiores, como Ciudad del Este, a procura de diferentes oportunidades econômicas. Para

o autor, essa movimentação migratória no país, impulsionou o mercado paralelo e clandestino, e acabou por atrair muitos jovens que vivenciavam uma realidade sem muitas perspectivas de crescimento no contexto em que estavam inseridos (Fogel, 2008).

Assim, por esta razão, na atualidade, os movimentos rurais do Brasil e da Argentina têm oferecido apoio aos paraguaios devido à expansão das propriedades de terra para além das regiões fronteiriças do Paraguai, compreendendo áreas mais centrais do país e de seus vizinhos. Cabe ressaltar que do ponto de vista paraguaio, observa-se que o tráfico de armas, drogas e outros produtos por exemplo; o aumento da plantação de soja por agricultores brasileiros; a administração da biodiversidade por agentes externos bem como a vigilância e pressão sobre a comunidade mulçumana por partes externas à região, são fatores que complicam a integração fronteiriça e resultam em desconfiança em relação ao Brasil (Fogel, 2008).

Além disso, é importante pontuar que as diferenças nas políticas alfandegárias findam em tensões no campo diplomático e, simultaneamente, estimulam a rentabilidade dos delitos transfronteiriços que impactam o Brasil. Esses representam os principais obstáculos enfrentados pelo Paraguai em zonas do território fronteiriço com o país vizinho. O Brasil, por sua vez, direciona sua preocupação ao tráfico de droga como a cannabis e a cocaína que entram em território nacional através do território paraguaio, sendo esta, a principal preocupação em relação a essa área fronteiriça (Fogel, 2008).

A pauta bilateral abrange uma variedade de temas, incluindo cooperação estratégica, desenvolvimento nas fronteiras, questões comerciais e esforços para extinguir a pobreza. Dessa forma, as áreas de segurança pública e os assuntos envolvendo as regiões das fronteiras têm grande possibilidade de desenvolvimento na agenda bilateral. Conforme entende Salla, a nível regional, o assentamento das conexões políticas e econômicas na América do Sul, abrangendo principalmente o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), implicou em grande parte no aumento das interações do Brasil com os países vizinhos (Salla, Alvarez, Hildebrand, & Rocha, 2014).

No contexto do MERCOSUL, um desafio relevante é a aplicação da Tarifa Externa Comum (TEC), bem como a supressão da bitributação. De forma bilateral, o Brasil e o Paraguai implementaram o Regime de Tributação Unificado em 2009, incorporado à legislação brasileira pela Lei nº 11.898/2009 (Salla, Alvarez, Hildebrand, & Rocha, 2014).

Seguindo a categorização de Santos e Barros, as interações entre os países fronteiriços são classificadas em três níveis. O primeiro sendo entendido como

significativo: são aqueles países onde há uma cooperação considerável de integração; o segundo por intermediário: cujo quais são aqueles países onde ocorre uma integração moderada ou incipiente; e por fim, o terceiro entendido como limitado: sendo aqueles países onde não há integração oficial ou ações conjuntas são inexistentes (Santos & Barros, 2016).

Os autores entendem que o Paraguai, por sua vez, é um país de nível "intermediário". Isto devido aos pactos realizados com o intuito de promover iniciativas de colaboração a fim de estabelecer uma agenda bilateral compartilhada, o enfoque está em questões de segurança e defesa (Santos & Barros, 2016).

Do ponto de vista paraguaio, existem alguns aspectos na relação bilateral entre este e o Brasil que, caso desenvolvidos ou discutidos de forma mais aprofundada, têm a capacidade de fortalecer a integração entre ambos os países, quais sejam: o comércio envolvendo a comunidade Arabo-islâmica existente na Ciudad del Este; a operação conjunta da Hidroelétrica Binacional de Itaipu (Fogel, 2008). Para Rhi-sausi e Oddone (2009), no contexto do MERCOSUL, merecem destaque o Grupo Ad Hoc sobre Integração Fronteiriça (GAHIF), estabelecido no ano de 2002, o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR), gerado em 2004, assim como o Grupo de Trabalho de Integração Fronteiriça (GTIF), instituído em 2007 (Rhi-Sausi & Oddone, 2009).

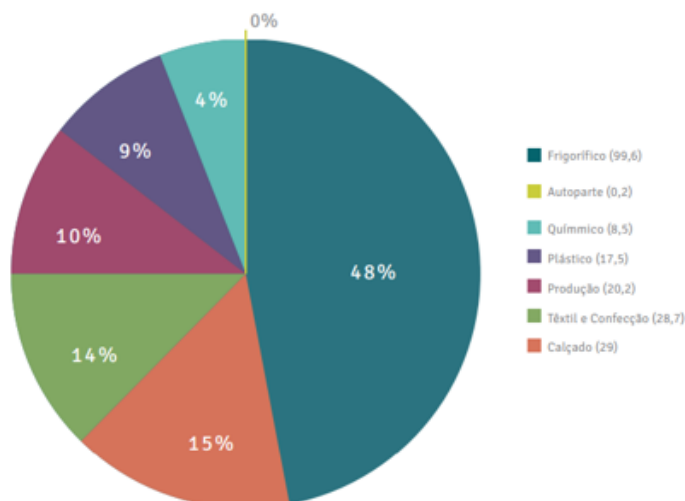
Os autores sublinham que, o propósito do Grupo Ad Hoc sobre Integração Fronteiriça (GAHIF) é promover um fluxo natural e harmônico nas relações dentro das comunidades fronteiriças dos Estados partes do Mercosul, abrangendo, dessa forma, diversos elementos de integração. O Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), por meio de seus comitês, busca fomentar uma percepção compartilhada sobre o desenvolvimento territorial no contexto da integração. Para eles, essa perspectiva deveria ser marcada por um crescimento balanceado, não só com sustentabilidade ambiental e coesão social de modo geral, mas também considerar as especificidades das regiões fronteiriças (Rhi-Sausi & Oddone, 2009).

Entre os anos de 2003 e 2013 além do impacto de Itaipu, houve um crescimento significativo no comércio e nos investimentos bilaterais entre Brasil e Paraguai. Esse aumento resultou no Paraguai ocupando a posição de sétimo maior superávit comercial do Brasil. A importância do Paraguai é especialmente notável para a indústria brasileira, sendo o quinto maior destino para suas manufaturas, ficando atrás apenas dos Estados

Unidos, Argentina, Holanda e México. O Paraguai também detém o segundo maior superávit comercial bilateral da indústria brasileira, superado apenas pela Argentina.

Abaixo, gráfico que possibilita a visualização da relação bilateral entre os países no quesito Exportações setorizadas:

Gráfico 1- Empresas de Capital Brasileiro do Paraguai. Exportações para o Brasil por Setor- 2013 (Em Milhões de US\$)



Fonte: Elaboração (César, Neto, Macedo, & Boulos, 2015) com base em Trepowski et al. (2014)

A imagem apresenta um gráfico de setores que detalha as exportações de empresas de capital brasileiro no Paraguai para o Brasil em 2013, distribuídas por setor e expressas em milhões de dólares. Observa-se que o setor de frigoríficos é o principal destaque, representando 48% das exportações, com um valor de US\$ 99,6 milhões. Esse dado indica a importância da indústria de alimentos e processamento de carne na relação comercial entre os dois países, sendo o setor mais significativo em volume de exportação.

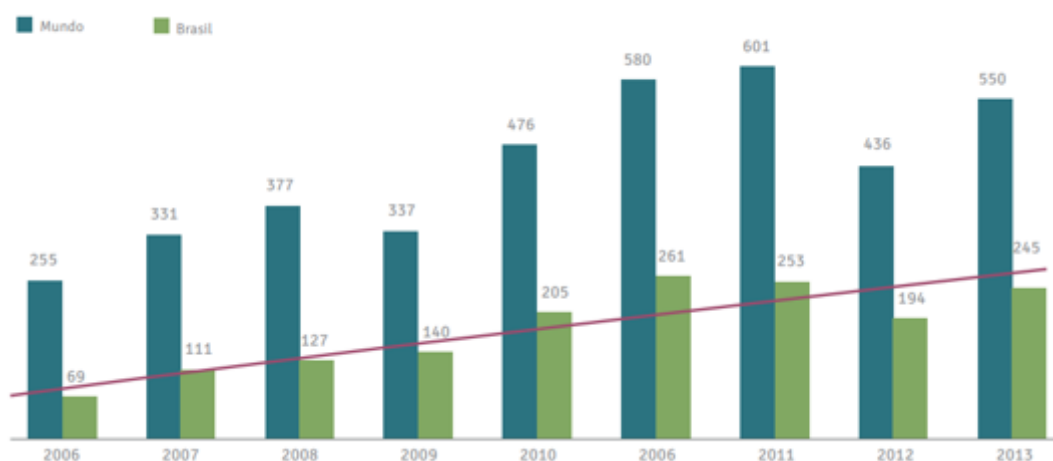
Outros setores também têm participação expressiva nas exportações. O setor de calçados aparece em segundo lugar, com 15% do total, equivalente a US\$ 29 milhões, seguido pelo setor têxtil e de confecção, que representa 14% das exportações, totalizando US\$ 28,7 milhões. Esses setores demonstram a relevância da indústria de manufatura leve no Paraguai, especialmente em produtos de moda e vestuário, que têm o Brasil como um importante mercado consumidor.

Os setores de produção (US\$ 20,2 milhões) e plástico (US\$ 17,5 milhões) também contribuem, representando 10% e 9% das exportações, respectivamente. O setor químico participa com 4% (US\$ 8,5 milhões), enquanto o setor de autopeças tem uma contribuição

mínima, com apenas 0,2% (US\$ 0,2 milhão). Esses dados refletem uma diversificação moderada nas exportações paraguaias para o Brasil, com uma forte dependência de setores específicos, como alimentos, calçados e têxteis, que dominam a pauta exportadora.

Ainda sobre as exportações paraguaias, agora em setor não tradicional, o gráfico:

Gráfico 2- Exportações Paraguaias não Tradicionais: Mundo vs. Brasil (Milhões de US\$)



Fonte: Elaboração (César, Neto, Macedo, & Boulos, 2015) com base em Trepowski et al. (2014)

O gráfico compara as exportações paraguaias de produtos não tradicionais para o mercado global e para o Brasil, em milhões de dólares, entre 2006 e 2013. As barras em verde representam as exportações destinadas ao Brasil, enquanto as barras em azul representam as exportações para o restante do mundo. Observa-se uma tendência geral de crescimento nas exportações de produtos não tradicionais do Paraguai ao longo desse período, tanto para o mercado global quanto para o Brasil, embora o mercado global apresente valores consideravelmente mais altos, o Brasil mostra-se em grande porcentagem de destino.

Entre 2006 e 2013, o valor das exportações para o mundo aumentou de US\$ 255 milhões para US\$ 550 milhões. Durante o mesmo período, as exportações para o Brasil passaram de US\$ 69 milhões para US\$ 245 milhões. Esses dados sugerem um aumento na diversificação do mercado paraguaio, com o Brasil sendo um destino importante, mas ainda representando uma parcela menor em comparação ao mercado global.

A partir de 2009, observa-se uma linha de tendência ascendente no gráfico, o que indica um crescimento constante nas exportações paraguaias. Em 2011, nota-se um pico

nas exportações para o mercado global, que chegaram a US\$ 601 milhões, enquanto as exportações para o Brasil ficaram em US\$ 261 milhões. Após esse pico, houve uma ligeira queda nas exportações para o mundo em 2012, com uma recuperação em 2013. As exportações para o Brasil também tiveram uma pequena queda em 2012, mas voltaram a crescer em 2013. Esses dados refletem um movimento de crescimento das exportações paraguaias de produtos não tradicionais, com o Brasil mantendo-se como um parceiro importante, embora o mercado mundial ainda represente uma parcela maior.

Assim, é possível perceber que as relações entre Brasil e Paraguai foram moldadas por uma trajetória histórica repleta de desacordos e acordos, refletindo uma teia de interações políticas, econômicas e diplomáticas. Esses episódios históricos contribuíram para a evolução da relação atual entre os dois países, onde as economias e os acordos políticos foram sendo desenvolvidos de maneira que permitiram um crescimento mútuo, respeitando as especificidades e interdependências de cada nação.

Esse desenvolvimento conjunto não só consolidou a cooperação bilateral, mas também promoveu um entendimento sobre as necessidades e potencialidades regionais, fortalecendo a integração nas áreas fronteiriças. A colaboração econômica, marcada por projetos como a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, e os diversos tratados de cooperação, exemplificam como ambos os países conseguiram alcançar benefícios através da parceria estratégica.

2.3 CONEXÕES ENTRE FOZ DO IGUAÇU E CDE

Para visualização da fronteira, imagem que possibilita a visualização de sua conexão:

Figura 2- Ponte da Amizade sobre o Rio Paraná, ligando o Brasil ao Paraguai



Fonte: Martins (2013, online)

A imagem aérea representa a Ponte Internacional da Amizade, que conecta as cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del Este, no Paraguai. A ponte se estende sobre o rio Paraná e é uma das principais ligações comerciais e turísticas entre os dois

países. Construída em 1965, a Ponte da Amizade simboliza a cooperação entre Brasil e Paraguai e se tornou um marco significativo na região da Tríplice Fronteira.

Ao fundo, é possível ver parte da área urbana de Ciudad del Este, com uma concentração de prédios e estabelecimentos comerciais que caracterizam a cidade como um importante centro de compras para brasileiros e turistas de toda a América Latina. O rio Paraná, que atravessa a paisagem, é um dos maiores da América do Sul, oferecendo uma via navegável crucial para o transporte e escoamento de mercadorias. O fluxo constante de veículos na Ponte da Amizade ilustra a intensa atividade econômica entre as cidades fronteiriças, com um comércio vibrante que atrai visitantes em busca de produtos a preços competitivos.

Foz do Iguaçu, cidade localizada no extremo oeste do Paraná (Brasil), e Ciudad del Este, um distrito no extremo leste do Paraguai às margens do rio Paraná, estão unidas por uma fronteira onde ocorre um intenso fluxo de pessoas e mercadorias. Essa interação é um reflexo das políticas de integração adotadas durante o período militar tanto no Brasil quanto no Paraguai. Essas políticas resultaram na construção da Ponte Internacional da Amizade em 1965 e da BR 277 em 1969, que fortaleceram os laços entre esses territórios. Como resultado, essas cidades são frequentemente chamadas de “cidades gêmeas” devido à sua profunda interconexão (Mattos G. C., 1990).

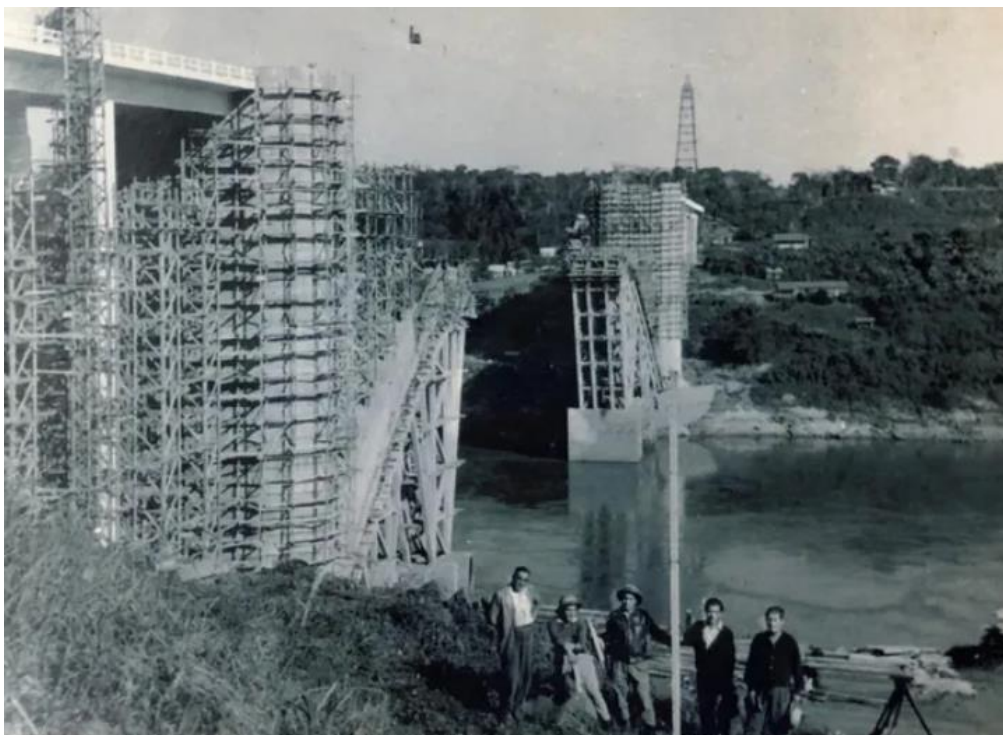
Abaixo, algumas imagens da construção da Ponte da Amizade:

Figura 3- Início da Construção da Ponte nos Anos 50



Fonte: Mascarenhas (2021).

Figura 4- Operários que Trabalharam na Construção Ponte da Amizade no Início dos Anos 60



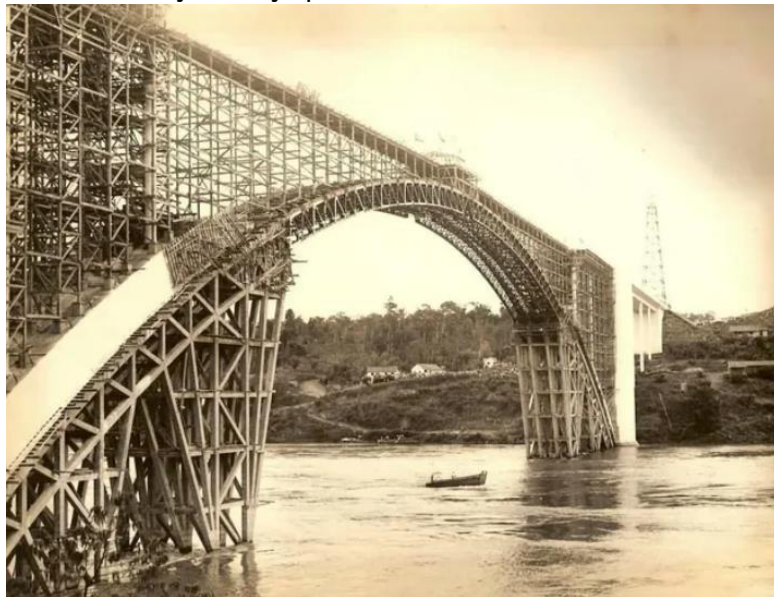
Fonte: Ari Ojeda/ Arquivo pessoal

Figura 5- Construção Ponte da Amizade não Datada



Fonte: Mascarenhas (2021).

Figura 6- Arco Com a Treliça de Aço para o Escoramento da Parte Central do Concreto



Fonte: Mascarenhas (2021).

Figura 7- Um dos Operários que Trabalhou na Obra, Ari Ojeda, posa para Registro no Fim dos Anos 60



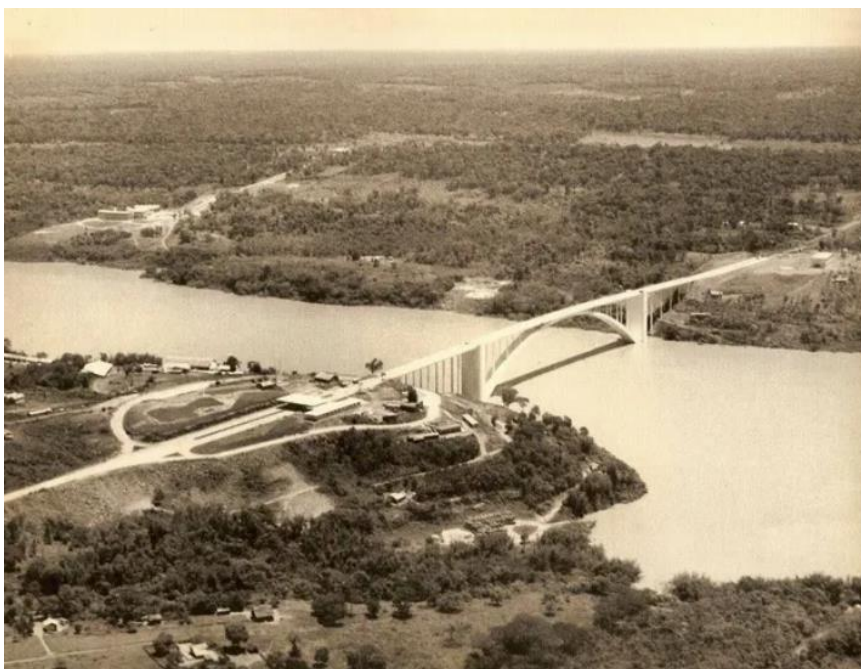
Fonte: Ari Ojeda – arquivo pessoal

Figura 8- Ponte da Amizade na Década de 60 após Conclusão da Obra



Fonte: Página Foz do Iguaçu e Cataratas Memória e Fotos Atuais¹

Figura 9- Ponte da Amizade nos Anos 70



Fonte: Mascarenhas (2021).

¹ Pagina do Facebook, intitulada Foz do Iguaçu e Cataratas Memória e Fotos Atuais. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/fozdoiguacufotos/?locale=pt_BR. Acesso em: 25 de janeiro de 2025.

Nesses contextos urbanos singulares, as pessoas atravessam a fronteira com diferentes objetivos. A vida na fronteira é marcada por cruzamentos e adaptações às leis governamentais, tanto internas quanto externas, que definem claramente as distinções entre cidadãos locais e estrangeiros em cada lado.

A integração territorial entre as duas cidades se manifesta através de arranjos populacionais de fronteira, moldados por processos de reconfiguração, complementariedade e cooperação técnica. A interdependência entre Brasil e Paraguai fortalece a solidariedade entre esses locais, desmantelando as tradicionais relações horizontais, tais como os acordos políticos e as relações comerciais e de convivência (Araújo, 2018). Este fenômeno é facilmente visualizado pelos residentes e transeuntes da região, ao considerar o desenvolvimento das cidades. Sem a existência de redes de acesso e a integração entre elas, é bem provável que ambas as cidades – e, por extensão, ambos os países – não teriam alcançado o nível de desenvolvimento e progresso que atualmente exibem.

A análise de Araújo destaca como a integração territorial transcende os limites políticos, promovendo uma simbiose entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. A reconfiguração e complementariedade mencionadas são visíveis nas relações diárias e infraestrutura compartilhada. A cooperação técnica e a solidariedade fortalecida exemplificam um modelo de desenvolvimento regional que não apenas impulsiona o crescimento econômico, mas também fomenta uma coesão social entre os povos das duas nações.

Este fato pode ser observado, por exemplo, na forma em que os produtos advindos da China são canalizados para o Brasil através do Paraguai, o que estimula o fluxo populacional na área de fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. A rota que liga a China, o Paraguai e o Brasil compreendem um sistema de produção situação no Sul da China, seguido pela importação de mercadorias realizada por imigrantes chineses e árabes no Paraguai (Pinheiro-Machado, 2008).

A cooperação técnica, por sua vez, é exemplificada pela Itaipu Binacional, que foi criada para explorar recursos energéticos do Rio Paraná e também para integrar dois países latino-americanos. Assim, é possível perceber que a relação entre o Brasil e o Paraguai reafirma a existência de relações horizontais, não hierárquicas de complementariedade e cooperação (Araújo, 2018). A integração econômica através da circulação de mercadorias e a cooperação na exploração de recursos energéticos

demonstram como a fronteira serve como ponto de convergência para esforços bilaterais que beneficiam ambos os lados, reforçando uma estrutura de cooperação horizontal.

A população na região de fronteira é organizada em arranjos que são impulsionados pela formação de redes polarizadas. Essas redes são em grande parte motivadas pela dissimetria espacial em relação à oferta de ofícios, negócios, comodidades, bens e outros fatores. Isso resulta em uma migração contínua e progressiva de pessoas que se deslocam de suas cidades e se dirigem até a fronteira em busca de mercadorias, educação, trabalho e outros serviços (Araújo, 2018).

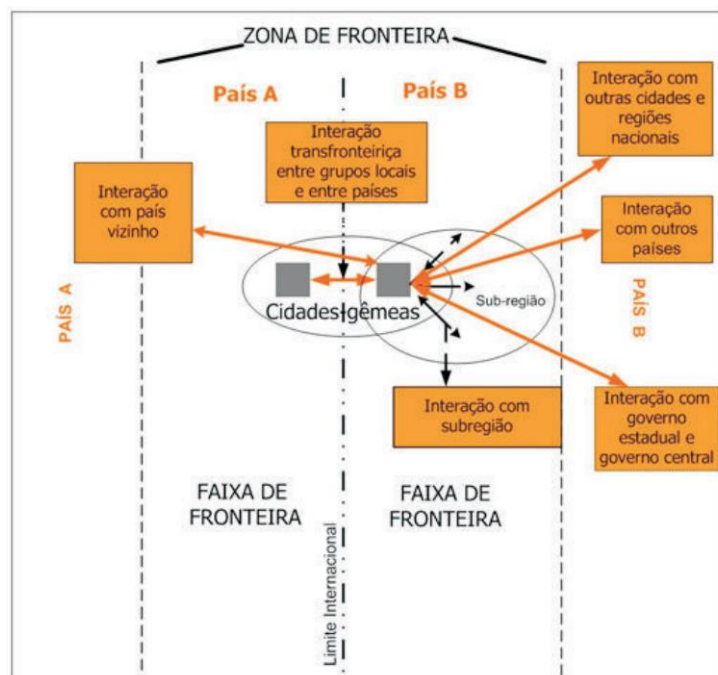
A dinâmica desses arranjos populacionais na região de fronteira requer infraestrutura técnica para realização de fiscalizações. Isso é necessário para garantir a normatização e o controle aduaneiro do fluxo de mercadorias. Além disso, o fato de haver fragmentação entre o local de residência e o local de trabalho associado a esses arranjos populacionais tem levado a um processo de reconfiguração espacial em decorrência da expansão reticular. Isso demonstra que a dinâmica dos arranjos tem um impacto significativo no processo de organização do espaço urbano (Araújo, 2018).

A necessidade de infraestrutura técnica para fiscalizações na região da fronteira trabalhada neste estudo mostra a complexidade de gerenciar um espaço tão único como este. A normatização e o controle aduaneiro são considerados cruciais para a manutenção da ordem e do fluxo legal de mercadorias. Além disso, a fragmentação entre residência e local de trabalho sugere um contínuo processo de adaptação e reconfiguração espacial, refletindo como a expansão reticular impacta diretamente a organização urbana e a vida cotidiana dos moradores na fronteira.

Foz do Iguaçu e Ciudad del Este são conhecidas por abrigar o maior comércio popular da América Latina. Ciudad del Este, de acordo com Rabossi (2005 apud Marquezini, 2010), alcança rendimentos anuais que chegam a 15 bilhões de dólares, um valor muito superior ao PIB do Paraguai, que é de menos de sete bilhões de dólares. A maior parte das mercadorias vendidas é destinada aos centros urbanos brasileiros, com destaque para o comércio popular na região da rua 25 de Março, em São Paulo, que gera cerca de 50 bilhões de reais por ano, conforme dados da UNIVINCO (Marquezini, 2010). Essa fronteira pode ser observada como uma fronteira corredor, tendo em vista sua configuração que facilita a importação e exportação de produtos cuja rota, como já mencionado, inicia na BR 277 e chega até os grandes centros de São Paulo (Marquezini, 2010).

A imagem abaixo ilustra a dinâmica de interações em uma zona de fronteira entre dois países, referidas como País A e País B. Nessa região, há um conceito de "Cidades Gêmeas", que representa cidades situadas em cada lado da fronteira, mas que possuem uma proximidade geográfica e uma relação direta entre si. Essas cidades servem como polos de interação transfronteiriça e são fundamentais para a integração local e regiões.

Figura 10- Circuitos Espaciais de Fronteira



Fonte: Cidades, 2010

A imagem apresenta diferentes tipos de interações que ocorrem dentro dessa faixa de fronteira. As interações vão além da comunicação entre as cidades específicas, abrangendo também as relações com o país vizinho, sub-regiões e até mesmo outras regiões nacionais e governos centrais.

A zona de fronteira funciona como uma área de troca e colaboração entre os dois países, onde se estabelece uma comunicação ativa entre diferentes níveis de governança (local, regional e nacional) e setores (comunidades locais, governamentais e até o mercado). Essa interação possibilita o desenvolvimento econômico e social, ao mesmo tempo que pode representar desafios para a gestão de políticas tributárias e de segurança.

Os Estados frequentemente promovem a interação entre cidades fronteiriças, proporcionando infraestrutura especializada e operacional de suporte, além de mecanismos que incentivam o intercâmbio e regulam as dinâmicas de troca. No caso das cidades gêmeas, essa interação é facilitada pela Ponte da Amizade, vital para a

movimentação na fronteira. Similarmente, a BR 277 desempenha um papel muito importante na integração, permitindo o deslocamento necessário para o comércio e turismo nas cidades gêmeas (Marquezini, 2010).

A zona de fronteira, atuando como um espaço de troca e colaboração, gera uma comunicação fluida entre os diferentes níveis de governança e setores envolvidos, o que facilita o desenvolvimento econômico e social. Essa dinâmica, no entanto, não está isenta de desafios, especialmente na gestão de políticas tributárias e de segurança. A infraestrutura especializada e o suporte operacional fornecidos pelos Estados são essenciais para fomentar essa interação, como exemplificado pela Ponte da Amizade e pela BR 277, que são fundamentais para a integração e o movimento na fronteira.

França, em seu trabalho, coleta depoimentos de moradores locais que corroboram essa interdependência e o fluxo contínuo entre as cidades fronteiriças. Os relatos dos iguaçuenses revelam uma realidade onde a vida e as atividades econômicas transcendem as divisões territoriais, evidenciando a complexidade e a riqueza das interações cotidianas. A facilidade de travessia e a constante troca de bens e serviços entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este delineiam um cenário único, onde as fronteiras são vividas de forma dinâmica e integrada, influenciando diretamente o cotidiano das comunidades locais.

“(...) as três cidades (...) são interdependentes, (...) qualquer situação, positiva ou negativa, que ocorra em uma destas cidades, (...) acaba recebendo reflexo, tanto para o bem, quanto para o mal (...)” (depoimento de Lindenor Cavalheiro, Foz do Iguaçu).

“(...) nessa região (...) nós temos muitas pessoas que vivem de um lado da fronteira e têm atividades econômicas do outro lado (...), isso se aplica a argentinos, brasileiros e paraguaios, (...) principalmente na relação de brasileiros e paraguaios, (...) temos muitos brasileiros que têm negócios no Paraguai e também paraguaios que têm negócios aqui e que, muitas vezes, acabam residindo do outro lado da fronteira”. (depoimento de Ivair Luiz Hoffman, Foz do Iguaçu) (França, 2016, p. 101 e 102).

Os depoimentos acima mencionados trazem ao texto uma perspectiva importantíssima, que é a da realidade, fora de teorias e óticas de pesquisa. Ocorre que é a própria vivência dessas cidades que as tornam tão únicas. A interrelação entre as cidades e as pessoas que transitam nela pendularmente desenham um cenário social que se distingue da maioria das fronteiras. É a facilidade de travessia, de transporte e de intercomunicação que consagrou a Tríplice tal como é.

Foz do Iguaçu ocupa uma posição geopolítica de grande importância para o estado nacional, sempre desempenhando um papel estratégico. A cidade abriga uma variedade

de estruturas dedicadas à segurança nacional, com operações diárias voltadas para o combate aos fluxos ilícitos. Essas atividades são apoiadas por tecnologias avançadas, como drones e scanners, e complementadas pela cooperação entre os serviços de inteligência e as forças de segurança, incluindo a polícia militar, a polícia federal e a guarda civil municipal (França, 2016).

A partir disso, em discussão com a literatura, cabem ainda alguns apontamentos sobre a região. Na fronteira estabelecida entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, há um fluxo grande de pedestres, veículos e também de mercadorias, que é justamente o reflexo das políticas de integração feitas no período militar do Brasil e também do Paraguai. Esta política foi responsável pela construção da Ponte Internacional da Amizade (1965) e da BR277 em 1969, que tornam a relação entre estes territórios muito agitada. Neste contexto, as cidades são consideradas “cidades gêmeas”, justamente por serem áreas excessivamente interligadas, razão pela qual existem políticas federais de integração fronteiriça (Mattos, 1990).

Segundo Cortesão (apud Couto e Silva, 1967) as cidades gêmeas são como núcleo urbanos harmoniosos posicionado nos dois lados de uma fronteira e que estão inseridos em “centros formadores de fronteira” capazes de desenvolver uma grande circulação de pessoas, mercadorias, culturas, informação e principalmente, capital (Couto e Silva, 1967).

Para compreender melhor esta interação entre as cidades gêmeas analisadas no presente trabalho, destaca-se o papel do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado entre os anos de 1980 como uma tentativa de cooperação econômica entre Brasil e Argentina. Mais adiante, em 1991, através do Tratado de Assunção, tornou-se um projeto de unificação dos mercados econômicos da Argentina, Brasil, Paraguai e também do Uruguai. Mais tarde, em 1995, com o advento do Protocolo de Ouro Preto, configurou-se em uma união aduaneira.

Afirma-se que a criação do MERCOSUL intensificou os deslocamentos pendulares e gerou mudanças territoriais, econômicas, sociais e culturais, fazendo com que a integração entre os territórios nacionais que se conectam fisicamente constituísse políticas diferenciais e também unidade físicas organizadas de acordo com uma lógica Nacional (Ferrari, 2013).

Segundo o autor, o MERCOSUL foi ponto de partida para uma gama de políticas regionais, notadamente de cunho econômico que promovem as relações fronteiriças que supera a ótica costumeira de tratar uma fronteira apenas como uma linha que divide dois

territórios. Além disso, após a criação do MERCOSUL, as narrativas políticas passam a tratar este espaço como zona de fronteira, que é um lugar de cooperação e também de suporte para diálogos transfronteiriços capazes de tornarem, especialmente as cidades gêmeas, um campo de estudo habilitado a edificar novas configurações de espaço transfronteiriços (Ferrari, 2013).

A interação entre as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este ocorre através da Ponte da Amizade, um ponto estratégico no trânsito que ocorre na fronteira. Ademais, a BR277 também exerce uma grande influência nesta relação de integração, qual seja: a movimentação direcionada ao centro de comprar e de turismo nas cidades gêmeas está inserida na interatividade espacial que ocorrem na fronteira (Marquezini, 2010).

As cidades gêmeas formam um arranjo muito característico de urbanização, haja vista a existência de ordenações essenciais para a manutenção da dinâmica fronteiriça, bem como organizações de infraestrutura e de estabelecimentos especializados (Marquezini, 2010).

De acordo com Roseira, a circulação de pessoas que ocorrem nos municípios da Tríplice Fronteira só é viabilizada pois existem elementos singulares que formam a realidade local. Tal como a estrutura turística nas Cataratas do Iguaçu e também da Hidrelétrica de Itaipu, juntamente com o comércio em Ciudad del Este que agrega o comércio, os restaurantes e os hotéis, justificam a grande circulação de pessoas entre as cidades (Roseira, 2006). No entanto, estimar que o grande volume de pessoas que circulam diariamente entre as cidades ocorra de forma totalmente legal, apesar das instituições fiscalizadoras presente nas fronteiras, beira a utopia.

Os próprios funcionários dos órgãos que fazem a fiscalização fronteiriça podem, em certos casos, se tornarem agentes de corrupção. No contexto de fronteira, a corrupção é uma realidade comum em territórios sul-americanos, sobretudo na Tríplice Fronteira e principalmente entre Brasil e Paraguai, haja vista o grande número de mercadorias que passam pela fronteira todos os dias e toda a estrutura de segurança que é voltada para essa região (Roseira, 2006).

Neste sentido, para visualizar em fatos, segue matéria jornalística feita em um site popular na cidade de Foz do Iguaçu em setembro de 2022, com o título: “CPI denuncia esquema de corrupção na cabeceira da Ponte da Amizade”:

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura, no Congresso do Paraguai, denúncias de lavagem de dinheiro e crimes tributários nas fronteiras do país divulgou, nessa terça-feira (27), um relatório parcial das investigações,

tendo como foco um esquema de corrupção na cabeceira paraguaia da Ponte da Amizade.

A apresentação foi coordenada pelo senador Jorge Querey, presidente da comissão. Querey mostrou documentos e vídeos, datados de março de 2021, revelando um sistema de propina para permitir o contrabando de alimentos adquiridos em Foz do Iguaçu pelos *paseiros* (paraguaios que passam mercadorias de um lado a outro da fronteira).

Na ocasião, o Ministério Público do Paraguai chegou a deflagrar a Operação Tartufo, que resultou no indiciamento de cinco funcionários da Direção Nacional das Aduanas (DNA), dois militares da Marinha (Armada) do Paraguai e dois contrabandistas de Ciudad del Este(...) (Wojciechowski, 2022).

Acentua-se que a relação entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este é muito complexa e que é importante voltar-se à questão da ilegalidade, mas não a evidenciar unicamente. A relação entre as duas cidades significa, além da exportação e importação, uma oportunidade ao Paraguai de ter acesso ao mar, tendo em vista sua posição de “prisioneiro geopolítico”. Neste cenário, os contrabandistas e traficantes são essencialmente atores territoriais que desafiam leis, acordos, tratados bilaterais e multilaterais que controlam as fronteiras (Filho, 2012).

Roseira (2006) afirma que esta situação que envolve os traficantes de drogas e armas e os comerciantes ilegais (contrabandistas), enseja uma disputa que torna necessária a presença da Polícia Federal e a Receita Federal. Tais instituições, possuem como escopo desfazer a trama ilegal que sustenta um gigante mercado ilícito que garante toda a região da América do Sul. Todavia, alguns questionamentos podem ser levantados a partir da afirmação do autor, tal como a generalização da atuação estatal, ao sugerir que a Polícia e a Receita possuem certo controle sobre o crime organizado, será que realmente existe efetividade sobre o crime? No entendimento deste trabalho, nem sempre o papel repressivo do Estado representa uma real solução para o problema, todavia, sem o papel do Estado as redes criminosas possuem mais espaço e menos barreiras para sua atuação nos territórios.

E é nesta toada que, apesar de ser de conhecimento geral que Foz do Iguaçu e Ciudad del Este convivem em uma certa harmonia no que tange às questões linguísticas, étnicas, politicamente e até mesmo por padrões monetários e religião, a forma que os autores consideram como a “mais poderosa” materialização de fronteira são justamente os órgãos de controle aduaneiro, é o que o geógrafo Roberto Lobato Corrêa afirma:

Em determinados pontos da fronteira são implantados postos de controle daquilo que atravessa o limite internacional. Nesses postos são estabelecidas atividades em torno das quais as cidades fronteiriças são desenvolvidas (Corrêa, 2004).

Em uma face, existe um controle rígido nas barreiras fronteiriças internacionais e, por outro lado, subsiste uma gama de entrelaçamento comercial, político e cultural que acabam adquirindo um caráter próprio, o transfronteiriço (Souza E. B., 2009).

Este controle rígido pode ser visualizado, por exemplo, através de uma matéria publicada em 2022 pelo canal de notícias na internet “H2FOZ”, cujo título é: “Operação na Ponte da Amizade combate entrada irregular de produtos”. A ação fazia parte de uma atuação conjunta entre instituições estaduais e federais, neste sentido, segundo a matéria, policiais e auditores fiscais foram atores da operação, cujo objetivo era impedir a entrada irregular de contrabando e descaminho. Cita-se uma parte da matéria:

Controle Brasil é uma ação coordenada pelo Ministério da Justiça e reúne auditores fiscais e policiais.

O último dia da Operação Controle Brasil se concentra na Ponte Internacional da Amizade, nesta quinta-feira, 1.º, com a intensificação da fiscalização na fronteira do Brasil com o Paraguai. O foco é impedir a entrada irregular no país de cigarros, bebidas e insumos agrícolas.

A iniciativa conjunta das forças de segurança reuniu 3,5 mil profissionais pelo país, desde 1.º de junho, e focou em ações ostensivas. Isso abrange fiscalizações, bloqueios de estradas, abordagens e trabalhos de inteligência para identificar e enfraquecer a estrutura material da cadeia criminosa (Blogler, 2022).

Assim, é possível observar que existem duas vertentes ao analisar o conjunto territorial de Foz do Iguaçu e de Ciudad del Este e todas as especificidades que carregam. De um lado, é nítido o esforço de ambos os países em fazer com que a cooperação ocorra para além da proximidade territorial, elaborando acordos e tratados que regulam e criam conexões que favorecem a economia e o trânsito social. Por outro lado, o fluxo exacerbado de pessoas e mercadorias que a fronteira possui, associado ao fato de localizar-se em um ponto estratégico se comparado à outras fronteiras sul-americanas, propicia o mercado ilegal e demanda instituição de combate às práticas ilegais.

Para concluir, a relação entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este exemplifica um modelo único de interação fronteiriça, onde as barreiras físicas e políticas se tornam secundárias diante das interdependências econômicas, culturais e sociais. A Ponte da Amizade e a BR 277 representam mais do que infraestrutura, elas simbolizam uma ligação que sustenta um fluxo constante de mercadorias e pessoas que impulsiona o desenvolvimento regional e fortalece laços bilaterais. Essas observações de "cidades gêmeas" evidenciam a complexidade de viver em uma fronteira marcada pela convivência e cooperação mútua.

3 TIPOLOGIAS DE FRONTEIRA

A compreensão das dinâmicas fronteiriças contemporâneas exige a adoção de categorias analíticas que permitam interpretar a complexidade dos territórios de fronteira. Nesse sentido, a classificação e os conceitos de tipologias de fronteira oferecem ferramentas para a análise das diferentes formas como esses espaços se manifestam nas relações entre os Estados e nas práticas cotidianas das populações que os habitam. Termos como regionalização, regionalismo e integração – seja de caráter funcional ou formal – ajudam a captar os múltiplos aspectos que compõem a realidade fronteiriça, desde os arranjos institucionais e políticos até os fluxos sociais, culturais e econômicos que se desenvolvem nessas áreas de contato.

Este capítulo se propõe a explorar as diferentes tipologias de fronteira, com destaque para as noções de fronteira viva, fronteira morta, fronteira burocrática e território perigoso. Cada uma dessas classificações representa um modo específico de funcionamento e de relação entre os atores locais, nacionais e transnacionais. A fronteira viva, por exemplo, caracteriza-se pela intensa circulação e interação entre os lados, enquanto a fronteira burocrática evidencia barreiras administrativas que dificultam os fluxos transfronteiriços. Ao analisar essas categorias, busca-se oferecer um panorama sobre a pluralidade das fronteiras

3.1 CLASSIFICAÇÕES E CONCEITOS

Regionalização, termo utilizado na literatura anglo-saxônica, é um fenômeno que ocorre quando há uma concentração de atividades e trocas em grandes territórios formados por Estados vizinhos, área de estudo da Economia Espacial e pela Nova Economia Geográfica. A principal causa desse fenômeno é a proximidade geográfica, que continua sendo um dos principais fatores que influenciam o comércio (Richard, 2014).

Yan Richard afirma que os termos “regionalização”, “regionalismo” e “integração regional” são encontrados em literatura científica, embora para ele, os conceitos possam ser um tanto vagos. Ele acredita que por vezes os autores modificam essas palavras ou até mesmo atribuem diferentes interpretações da mesma palavra dentro de um único texto. Assim, existe a possibilidade de que esses termos sejam empregados por várias disciplinas, cada uma com suas próprias indagações e discussões. Destarte, torna-se aceitável a noção de que as disciplinas no campo das ciências humanas e sociais

(incluindo a Ciência Política e a Economia) são, sobretudo, distintas e que elas nunca conseguirão dialogar de maneira eficaz (Richard, 2014).

Segundo o autor, entre os três conceitos apresentados existem ligações teóricas e empíricas, mesmo não sendo conceitos sistemáticos, ele afirma que

Entre o regionalismo e a regionalização: o regionalismo pode ter consequências variadas, dentre as quais o crescimento das trocas em escala regional, aquilo que podemos chamar de uma regionalização das trocas. Mas essa relação não é unívoca e nem permanente. Não há lei sobre a matéria, pois o regionalismo não conduz necessariamente à regionalização. Uma constatação empírica basta para demonstrar isso: o ASEAN é um acordo regional que não permitiu, ao menos até um período recente, um crescimento das trocas entre os países membros. Entre o regionalismo e a integração regional: desenvolvendo estratégias e preferências regionais, os atores situados nos territórios contíguos podem favorecer o crescimento das interações entre seus territórios e a formação eventual de um sistema regional. Entre integração regional e regionalização: o crescimento das interações no interior do conjunto definido pode ser notado no crescimento das trocas entre territórios vizinhos. A regionalização das trocas é então a face visível de um processo mais profundo (Richard, 2014, p. 15).

Yan Richard contribui com definições que facilitam a compreensão da citação feita acima. Em seu artigo, indaga para si a possibilidade de existir várias formas de integração regional, e afirma que a integração regional é uma expressão que se refere ao processo gradual de formação de um conjunto regional diferente, que parte de territórios anteriormente desconectados ou minimamente conectados. Este conjunto regional é considerado mais do que apenas a soma de suas partes. Para teóricos da área, existem, basicamente, dois tipos de integração regional. A primeira é a integração “formal”, onde:

Os países podem entrar em um acordo regional e formar um espaço comum: podemos dizer, por exemplo, que os seis países fundadores da Comunidade Econômica Europeia se integraram no espaço comunitário em 1958. Podemos assim dizer que o NAFTA, o MERCOSUL, a UNASUL, o CAFTA-RD, a ASEAN são exemplos de integração regional, pois os países membros fazem parte de um acordo regional. Entrar no acordo significa integrar uma parcela do espaço mundial definida por esse acordo, sem prejuízo daquilo que ocorre no seu interior. Trata-se de um processo top down (de cima para baixo) controlado pelos governos (Richard, 2014, p. 14).

A fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este fazem parte do acordo MERCOSUL e mais adiante, alguns tratados bilaterais ou gerais serão trazidos como forma de demonstração da integração formalizada que existe entre os dois países. Empiricamente, é possível observar a integração que ocorre entre as cidades tendo em consideração o grande número de pessoas que atravessam a fronteira por meio da Ponte da Amizade todos os dias. São migrações que ocorrem diariamente pelos mais diversos

motivos. Alguns movem-se para trabalhar, outros para estudar. Alguns atravessam para nunca mais voltar, outros, entretanto, fazem da travessia entre dois países um caminho rotineiro de trabalho.

Nesta toada, compreender os tipos de integração torna-se necessário para basear os “porquês” das relações bilaterais entre os países. Assim, continuando com Yan Richard:

Existe também uma integração regional “funcional”, chamada por vezes de “real” ou “aprofundada”. Trata-se do processo pelo qual as interações entre os territórios contíguos crescem a tal ponto que elas terminam por ser mais intensas no interior do que com os territórios situados no exterior. O crescimento das interações é perceptível na geografia das práticas dos atores em todos os níveis (indivíduo, empresas, instituições, etc.). Os conjuntos regionais integrados são lidos, assim, na geografia das práticas sociais, econômicas e políticas e não necessariamente nos limites dos grandes conjuntos fundados sobre os acordos. São as práticas que fazem a região e permitem a leitura dos seus contornos (Richard, 2014, p. 14).

O que o autor elucidou é que existe uma diferença entre a integração formal e a integração funcional, mas isto não significa que uma é paralela a outra. Para exemplificar e trazer os conceitos para a realidade estudada, é como se a integração formal fosse traduzida nos acordos e tratados realizados entre os dois países e a integração funcional traduzisse o fluxo de pessoas e trocas das mais diversas espécies que a região de fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este apresenta. Cabe um questionamento neste ponto: será que a funcionalidade da fronteira pode sofrer interferências e consequências da integração funcional? Ou seja, até que ponto a formalidade de uma fronteira impacta na funcionalidade da mesma?

Segundo o autor

Se formos rígidos, é melhor não falar de integração no primeiro caso. A expressão *integração superficial* ou *formal* é complicada, pois a assinatura de um acordo regional não se traduz necessariamente pelo aumento das trocas e das interações entre as unidades espaciais que o compõem. Dito de outra forma, o acordo não produz necessariamente o espaço regional no sentido pleno da palavra. Os exemplos não são raros: nós constatamos, por exemplo, que o comércio internacional interno do MERCOSUL e da ASEAN permanecem minoritário (Richard, 2014, p. 14).

A perspectivas sobre a observação de fronteiras não são tão positivas. Tito Oliveira afirma que a representação que é feita das fronteiras é muito pobre e, para ele, até angustiante, no sentido de evidenciar a destruição das fronteiras em termos históricos e

geográficos pela circulação de mercadorias, tanto que, de maneira paradoxal, reforça seu significado ao exigir o bloqueio (Oliveira T. C., 2017).

Para criar uma tipologia é importante compreender o uso e a fluidez do território, isso faz com que a visão limitada de fronteiras como espaços de migração ilegal, contrabando e narcotráfico. É fundamental entender sistematicamente o meio geográfico, considerando aspectos como a infraestrutura, o fluxo econômico, as interações sociais e jurídicos, bem como o movimento populacional (Oliveira T. C., 2017).

3.2 FRONTEIRA FUNCIONAL E FRONTEIRA FORMAL

Tito Oliveira corrobora com Richard, para ele a integração funcional se caracteriza através de um ponto central que permeia as representações naturais e sociais, que abrangem desde o trabalho repetitivo e subalterno até a grandeza da vida, representada pela criação, pelo prazer, pelo lazer e o desejo nas cidades. Segundo ele, a integração funcional pode ser vista como sinônimo de permeabilidade.

Fazem parte destas formas de integração funcional: a pequena indústria artesanal de consumo local, o comércio varejista de qualquer espécie, independentemente do tamanho, (observando-se que o supermercado faz parte do cotidiano dos pobres), o comércio da pequena produção industrial mecanizada, o serviço de qualquer natureza, com ou sem âncora formal, e outros que consolidam a complementaridade cotidiana, como a compra de imóveis, pequenas transações de capitais, o aluguel de máquinas, instrumentos e equipamentos, ocorrido, em especial, no setor rural, entre muitas outras modalidades⁸. Em outros termos, um movimento de trocas que não se confunde com a completa ilicitude do contrabando, mas abre alas para a prática de pequenos descaminhos, mais concretizados sob a égide da ignorância, do que do apelo ao lucro (Oliveira, 2017, p. 241)

Segundo o autor, é possível dizer que a influência dos organismos econômicos através de seus menores agentes, é tanto incisiva quanto crucial. O corte funcional do território está diretamente associado às ações de câmaras empresariais, grupos setoriais e iniciativas individuais de empresários e autônomos. Essas ações impulsionam os fluxos mercantis além da fronteira, muitas vezes escapando das restrições legais, e ampliam os espaços de trabalho, movendo trabalhadores e expandindo o mercado laboral para além das fronteiras traçadas nos mapas (Oliveira, 2017).

Santos (2004) complementa certificando que o comércio, o serviço e a produção industrial de vizinhança, os empréstimos de máquinas, instrumentos e equipamentos de serviços rurais e as incorporações entre unidade de administração local não sustentadas

por acordos jurídicos também constituem a forma de integração funcional. Ademais, o autor afirma que a maioria das interações de natureza funcional são sustentadas pelo “circuito inferior da economia” que ele caracteriza como uma fração da economia que engloba a produção manufatureira (artesanal) e também o comércio de uma pluralidade de serviços de toda categoria (Santos, 2004b)

Apesar das limitações impostas por organismos econômicos, os moradores continuamente atravessam a fronteira para adquirir bens e serviços, além de realizar transações financeiras, geralmente sem se preocuparem com as formalidades burocráticas, fenômeno este que é um reflexo muito visível da complementariedade nas trocas diárias, sustentada por uma permissividade natural nas áreas de fronteira (Oliveira, 2017).

Nota-se, entretanto, que a funcionalidade traz algumas influências negativas, incluindo algumas não-lícitas, que podem ser entendidas como participação invisível da funcionalidade. A ausência de regulação nas articulações econômicas facilita a entrada e execução de atividades prejudiciais, como tráfico de drogas, corrupção, contrabando, entre outras, praticadas tanto por indivíduos comuns quanto por redes transnacionais. Esse fenômeno, porém, não é exclusivo de regiões de fronteira (Oliveira T. C., 2017).

Conceitualmente, a expansão e retração da integração funcional na fronteira abrange a convivência mútua de costumes, hábitos, rituais e sons, influenciando o comportamento social para promover a aproximação, aceitação e a definição de identidades entre os povos, apesar das ambiguidades experimentadas por ambos os lados (Oliveira, 2017).

Em reflexão, é possível perceber que a integração funcional nas regiões de fronteira representa um impacto forte na vida cotidiana e na economia local. Essa integração vai além das transações formais e institucionais, abrangendo uma rede complexa de interações econômicas e sociais que permeiam desde pequenos empreendimentos e comércio local até serviços informais e práticas menos regulamentadas. A “permeabilidade” mencionada por Tito Oliveira caracteriza-se pela flexibilidade e pela adaptabilidade das atividades econômicas que, muitas vezes, encontram nas margens da legalidade um meio de subsistência e desenvolvimento, principalmente para as classes menos favorecidas. Esse movimento de trocas reforça o conceito de “circuito inferior da economia” de Milton Santos, que contempla atividades que se sustentam fora das grandes cadeias de produção e distribuição, mas que possuem um papel fundamental na sobrevivência e integração das comunidades.

No entanto, essa permeabilidade também traz desafios, como a facilidade para práticas ilícitas que exploram as brechas existentes na regulamentação e fiscalização. A informalidade e a ausência de controle rígido em algumas transações restritas para atividades relacionadas, como o tráfico e o contrabando, coexistem com o comércio legítimo, evidenciando um lado sombrio dessa integração funcional. Apesar de não ser exclusiva das áreas de fronteira, essa vulnerabilidade é exacerbada nessas regiões devido à proximidade de diferentes jurisdições e à dificuldade de controle total sobre o fluxo de bens e pessoas.

A integração funcional promove conexões que são, ao mesmo tempo, econômicas, sociais e culturais, gerando tantas oportunidades quanto adversidades. Ao mesmo tempo que impulsiona o desenvolvimento regional e a complementaridade entre países, ela expõe vulnerabilidades e ambiguidades que exigem uma gestão cuidadosa e políticas de controle equilibradas. A convivência em fronteiras é, portanto, uma representação da complexidade das relações humanas, onde as trocas e adaptações cotidianas criam uma nova forma de pertencimento e uma realidade única que transcende as noções tradicionais de soberania.

Em um sentido (quase) oposto, têm-se a **integração formal**, que é caracterizada por seu alinhamento à legalidade que respeita preceitos, instrumentos legais, doutrinas, regras e normas de conduta, independentemente de qualquer vontade coletiva. Essa integração é inflexível e obrigatória e se estrutura por meio de um aglomerado de proposições que detém um objetivo específico onde são aplicados princípios lógicos e formais, que por vezes ignora a realidade e a dinâmica diária de uma fronteira. Nessa visão, esse tipo de integração não contempla a população e o território de forma ampla (Oliveira, 2017).

A integração formal possui a característica de ser vertical, atuando de cima para baixo, instituindo limites às demandas e demarcando posições, e se aproxima da categoria de Newman (2006) de fronteira como processo. Traduzem esse modelo de integração: os acordos bilaterais, as importações e exportações aduaneiras, o estabelecimento de contratos supranacionais, os intercâmbios estudantis, científicos e tecnológicos, protocolos de combate ao narcotráfico, os programas de controle sanitário envolvendo países, entre vários outros (Oliveira, 2009). De forma alguma se pode desconsiderar como formais os diversos acordos e arranjos institucionais promovidos por órgãos administrativos municipais, ou de outras esferas, que se localizam nas cidades conurbadas fronteiriças: acordos e intenções para o planejamento, trocas solidárias, formação de Brigadas de Incêndio, Defesa Civil e utilização do Corpo de Bombeiros, ações coordenadas entre Forças Policiais, feiras, propagandas e promoções pactuadas para estimular o comércio local e/ou o turismo, combinações para preservação da natureza, controle de resíduos sólidos, entre muitas outras formas associativas e combinadas em formato

paradiplomático dadas, muito mais pelas formas de comunicação locacional do que por força de protocolos entre Nações (Oliveira, 2017, p. 243).

Essa forma de integração atua como contrapeso aos excessos das circulações funcionais, frequentemente necessitando do apoio de instituição (por vezes de forma repressiva) para exercer o controle sobre o território. Assim, quando as articulações formais se intensificam, tendem a impor restrições para as articulações funcionais (Oliveira, 2017).

O autor observa que sob a perspectiva das organizações econômicas e os elementos polêmicos da dinâmica horizontal buscam expandir a integração funcional. Em contraste, impulsionados pela verticalidade da lógica conjuntural, a atuação dos organismos políticos e os interesses do Estado-Nação instauram regras ou intersecções econômicas que promovem a integração formal (Oliveira, 2017).

Segundo Raffestin, a integração formal pode ser caracterizada como sendo de natureza predominantemente legal, constituída por acordos bilaterais, importações e exportações aduaneiras, estabelecimento de entidades supranacionais, intercâmbios estudantis, programas de controle sanitário entre países e entre outras questões (Raffestin, 1993 [1980]).

Para o autor, a integração formal se constitui, por inúmeras razões, em:

(...)instrumento impeditivo ao exagero de circulações funcionais, visto que exige um aparato institucional e, por vezes, repressivo, como 'função de controle' sobre a sociedade, inibindo que toda complementaridade fique repousada em redes transfronteiriças, às margens das definições estatais e evitando a ocorrência da difusão de fenômenos indesejáveis (Raffestin, 1993 [1980]).

Com base na citação acima, Tito Oliveira faz uma observação importante no que tange ao aspecto formal de funcionalidade da fronteira, ele diz que por mais que a presença de instrumentos formais de regulação sejam realmente importantes, a presença exacerbada dele pode gerar um efeito contrário, sendo um mal, ele afirma:

Com a presença muito acentuada das articulações pelo lado formal restringe-se a funcionalidade, visto que, a formalidade exige um aparato institucional (quase sempre de natureza fiscal e repressiva) que cresce e decresce, independente dos níveis de circulação dos fluxos formais. Todas as vezes que reduz o trabalho de controle da formalidade por razões diversas, o aparelho institucional volta-se para coibir as articulações funcionais (quase nunca ilegais); como efeito, reduz os níveis de complementaridades e os

intercâmbios (comerciais e culturais) que sustentam o dinamismo do território, em especial, nas conturbações e semiconurbações (Oliveira, 2005).

Com isso, o autor demonstra que o equilíbrio entre as duas naturezas de interação fronteiriça é a forma mais adequada de funcionalidade entre soberanias. Entretanto, será que essa forma está presente em alguma fronteira? Será que pode ser considerada uma utopia em um meio social tão volátil e conflituoso?

Uma análise sobre integração formal proposta por Tito Oliveira e autores, como Raffestin e Newman, evidencia a necessidade de um equilíbrio entre a tensão das regulamentações formais e a fluidez da integração funcional. Oliveira identifica a integração formal como um mecanismo que, por seu caráter normativo e de imposição vertical, busca controlar e limitar as interações fronteiriças espontâneas, por meio de um aparelho institucional que muitas vezes é repressivo. Essa integração, externa para a legalidade e para o alinhamento a acordos formais, estabelece uma estruturação que, em última instância, pode ignorar as realidades locais e as dinâmicas diárias dos territórios de fronteira.

A conexão com a visão de Raffestin revela a função "controladora" da integração formal, que atua como um instrumento para mitigar excessos de circulações funcionais, especialmente aqueles que poderiam ameaçar as definições estatais e as normas nacionais. Essa perspectiva indica que a integração formal desempenha um papel de contenção das atividades informais, limitando a expansão do que Oliveira chama de "integração funcional". No entanto, Oliveira também aponta para as consequências negativas desse controle exacerbado, observando que, ao limitar as trocas e complementaridades cotidianas que ocorrem naturalmente entre as situações fronteiriças, a integração formal pode sufocar o dinamismo econômico e social.

3.3 FRONTEIRA MORTA

Segundo Tito Oliveira é denominada Fronteira Morta uma fronteira representada por uma baixa integração formal e baixa integração funcional. É descrita como sendo um território em que a administração das cidades dos países vizinhos envolvidos não possui qualquer tipo de relação de proximidade uma com a outra. A baixa formalidade pode ser representada de forma geral pela inexistência de infraestrutura cuja finalidade é viabilizar a locomoção de pessoas e de mercadoria entre as fronteiras. Já no que tange a relação funcional, o autor caracteriza como o desenvolvimento nulo de atividades industriais,

comerciais e também de serviços de exportação, mesmo que em médio porte (Oliveira, 2005). Ademais, nesse tipo de integração, as cidades que ocupam os polos da fronteira detêm uma relação debilitada e apática, tornando-se quase um infortúnio nas relações político administrativas (Oliveira, 2005).

O conceito de "Fronteira Morta" reflete a realidade de territórios cuja proximidade geográfica entre dois países não se traduz em uma relação significativa ou funcional. Essas lacunas, marcadas pela desconexão entre as administrações locais e pela ausência de integração econômica, cultural e social, revelam uma lacuna no potencial de desenvolvimento fronteiriço. Essa falta de interação não apenas limita as oportunidades de crescimento, mas também reforça a ideia de uma fronteira como barreira, ao invés de uma ponte para cooperação.

A baixa integração formal, evidenciada pela carência de infraestrutura que facilita a circulação de pessoas e mercadorias, simboliza o abandono desses territórios no planejamento estratégico das nações envolvidas. Sem rodovias adequadas, postos de controle eficientes ou estruturas logísticas que fomentem o comércio, essas áreas ficam relegadas a atividades econômicas de baixa complexidade, como a exploração agropecuária em larga escala, ou servem como reservas ambientais e indígenas, muitas vezes sem a devida valorização de seus potenciais sociais e econômicos (Oliveira T. c., 2005).

Além disso, a “morbidez” política e administrativa dessas cidades reforça um ciclo vicioso. A ausência de projetos de integração regional cria um cenário de apatia, onde as fronteiras deixam de ser vistas como oportunidades para o fortalecimento das relações bilaterais e se tornam um "incômodo" para os gestores locais (Oliveira T. c., 2005).

Em suma, o conceito de “Fronteira Morta” expõe uma negligência histórica e estrutural em regiões que deveriam simbolizar a conexão e o intercâmbio entre nações. Ao invés disso, essas áreas permanecem marcadas pela falta de integração formal e funcional, limitando o seu potencial de desenvolvimento econômico e social. A ausência de iniciativas propostas para a criação de infraestrutura e de relações bilaterais reforça um estado de isolamento, que não apenas inibe o progresso regional, mas também perpetua a visão de fronteiras como barreiras intransponíveis.

3.4 FRONTEIRA VIVA

Tito Oliveira descreve como “Fronteira Viva” uma fronteira onde há uma alta integração formal junto com alta integração funcional, que Müller descreve perfeitamente como “as fronteiras vivas”, caracterizadas por uma presença demográfica relativamente importante e por uma estrutura social complexa(…)” (Muller, 2003). Para mais, os excessos que ocorrem nas relações funcionais favorecem a construção de uma convivência que é inerente à concepção tradicional de fronteira, que seria: barreira, limite, corte e descontinuidade (Oliveira, 2005).

As pessoas que habitam essas áreas não se sentiram inibidas em estabelecer relações, mesmo pertencendo a diferentes nações. Desconsiderando essas divisões, interagiram e criaram espaços comuns, atravessando fronteiras internacionais, trocando informações, produtos e formando um novo território. Estabeleceram normas e articulações específicas para atender às necessidades locais, ignorando determinações impostas por autoridades distantes e externas a essa realidade (Muller, 2003).

Baseando-se na interpretação das ideias de Raffestin (1993), as regiões de fronteira frequentemente exibem constantes onde diferentes lógicas, especialmente econômicas e políticas, se encontram e se confrontam. Embora essas contradições possam ser intensas, elas têm o potencial de ser benéficas quando um sistema consegue limitar os excessos do outro. Ao aprofundar a análise, percebe-se que essas lógicas se refletem e duplicam, pois tanto os aspectos políticos quanto os econômicos adotam características específicas de cada lado da fronteira. Nesse cenário, as organizações políticas de um país muitas vezes restringem as atividades econômicas do país vizinho, criando um ambiente de interposições e transgressões (Oliveira, 2005).

Tais interações dão às fronteiras uma dinâmica bem específica, especialmente em áreas urbanas conurbadas, onde abusos na funcionalidade tendem a ser corrigidos por mecanismos formais de integração. Por outro lado, essa integração funcional pode gerar alguns benefícios ao estimular relações de cooperação que vão além da visão tradicional da fronteira como um mero espaço de separação ou descontinuidade. Essa dinâmica, embora não completamente, se aproxima do conceito de sinapse proposto pelo Ministério da Integração Nacional, que sugere um modelo mais fluido e interconectado para as fronteiras (Oliveira, 2005).

3.5 FRONTEIRA BUROCRÁTICA

A alta integração formal com a baixa integração funcional pode ser denominada como “Fronteira Burocrática”. Nesse contexto, o território é submerso em uma alta atuação do Estado e das empresas, com o objetivo de aumentar a competitividade em relação a outras regiões, por meio de estímulo das exportações e importações através de pontos aduaneiros e zonas de exportação. Nesta toada, o Estado atua ativamente no controle de zoonoses, por exemplo, também atua na educação sanitária e nas atividades militares cujo escopo é o combate ao tráfico de drogas e ao contrabando. Ocorre que, neste tipo de situação, as conexões cotidianas entre territórios e o trânsito de pessoas é limitado, o que prejudica a integração entre os povos regionais e “pouco constroem laços de fraternidade com os atos culturais locais” (Oliveira, 2005).

Esse tipo de integração reflete uma dinâmica paradoxal entre a presença robusta do Estado e das empresas no território e a ausência de uma integração funcional que promove conexões singulares entre as comunidades locais. Enquanto os esforços do Estado se concentram em atividades estratégicas, como controle sanitário, combate ao tráfico e incentivo ao comércio internacional, há uma negligência em relação às necessidades sociais e culturais das populações que habitam essas regiões. Esse modelo é prioritário, objetivos econômicos e de segurança nacional, mas falha em fomentar interações humanas.

A centralidade da atuação estatal em questões econômicas e de segurança de certa forma traz benefícios para o território, como a organização logística e a proteção contra ameaças transfronteiriças. No entanto, as restrições ao trânsito cotidiano e a falta de estímulo à interação entre as populações locais criam barreiras invisíveis que dificultam a construção de laços de pertencimento e solidariedade entre os povos regionais. Essa desconexão enfraquece a possibilidade de uma integração mais ampla e ou até mesmo acordos políticos e avanços bilaterais conjuntos.

Por outro lado, é importante questionar se o modelo de fronteira burocrática, definida por uma alta integração formal e baixa integração funcional, é sustentável a longo prazo. Ao privilegiar estruturas formais e ignorar as dinâmicas funcionais, corre-se o risco de transformar essas áreas em espaços de passagem controlada, em vez de territórios vivos e pulsantes. As fronteiras poderiam servir como pontos de encontro e troca, onde o comércio, a cultura e as relações humanas se entrelaçam, criando benefícios

que vão além das métricas econômicas e de segurança. Contudo, a falta de políticas públicas externas para a integração funcional impede que essa visão se concretize.

3.6 TERRITÓRIO PERIGOSO

A baixa integração formal, mas com uma alta integração funcional, é denominada por Tito Oliveira de “Território Perigoso”. O autor inicia elencando alguns pontos inerentes a este tipo de integração, o primeiro é que o trabalho, o uso das terras, das relações comerciais e dos serviços se desenvolvem de forma demasiadamente informal. Por exemplo, trabalhadores de uma determinada cidade fronteiriça exercerem suas atividades laborais de forma totalmente informal, onde a remuneração é inferior ao mínimo praticado. Nesta toada, o desenrolar dessa relação é que este mesmo trabalhador passa a desenvolver atividades ilícitas, para além de uma mera informalidade e funcionalidade (Oliveira, 2005).

É possível observar, então, que o autor entende que uma fronteira com alta funcionalidade, mas que não detenha um mínimo de controle, está sujeita a propiciar relações em que direitos mínimos são ignorados e, viabilizar atividades ilícitas, pois sem supervisão formal o trânsito da ilegalidade ganha espaço sem interferências.

Outro apontamento importante de Tito Oliveira:

A ausência de atividades formais, comumente, contagia o território de maneira sistêmica e endêmica, contaminando inclusive, setores de acesso restrito, como bancos e a administração pública, que não muito raro chega até os respectivos servidores no topo da hierarquia. Nestes territórios, são mais visíveis as formas paramilitares de segurança e o silêncio como código de conduta. De todo modo, este território não engendra atrativos para instauração de atividades comerciais representativas no cenário regional, senão o contrário – apresenta-se como uma força de repulsão de atividades formais legais, ainda que possa ser contornado (Oliveira T. c., 2005, p. 387).

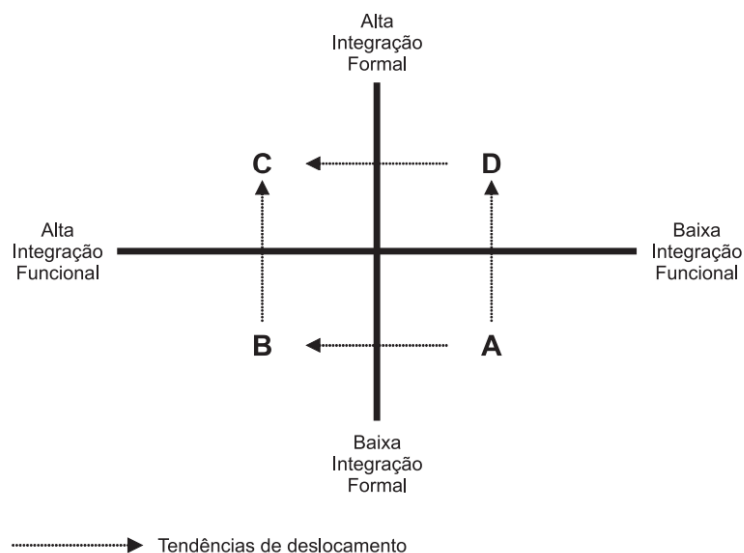
Concluindo, o "Território Perigoso", conforme descrito por Tito Oliveira, apresenta-se como um espaço marcado pela desconexão entre alta funcionalidade e baixa formalidade, criando um ambiente propício à informalidade extrema e à expansão de práticas ilícitas. A ausência de supervisão e controle formal não apenas fragiliza os direitos dos trabalhadores locais, mas também abre caminho para a corrupção sistêmica e a instalação de redes paralelas de poder, como estruturas paramilitares e esquemas ilegais que permeiam até as próprias instituições públicas. Essa dinâmica torna o território menos atrativo para atividades formais e legais, reforçando um ciclo vicioso de marginalização e insegurança. Assim, superar os desafios desse modelo exige um esforço

coordenado para estabelecer mecanismos de controle que protejam os direitos básicos e fomentem a inclusão de atividades econômicas formais, garantindo que a funcionalidade existente seja canalizada para um desenvolvimento sustentável e integrado.

4 TIPOLOGIA DE TITO APLICADA À FRONTEIRA DE FOZ-CDE

Este capítulo fará a análise pontual de cada tipologia desenhada por Tito Oliveira aplicada a realidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. A imagem abaixo representa a tipologia das relações fronteiriças, categorizando-as em quatro situações diferentes, com base na integração formal e na integração funcional entre os territórios fronteiriços. A integração formal refere-se à existência de acordos, regulamentações e procedimentos oficiais entre os territórios, enquanto a integração funcional diz respeito ao nível de interação prática, como comércio, deslocamento de pessoas e cooperação social.

Figura 11- Integração Formal e Funcional



Fonte: Oliveira (2005, p. 386)

Nesta figura, “A” representa a Fronteira Morta: Baixa integração formal e funcional, resultando em áreas isoladas e pouco desenvolvidas. “B” representa Território Perigoso: Baixa integração formal, mas alta interação prática, gerando insegurança devido à falta de regulamentação adequada. “C” representa as Fronteiras Vivas: Alta integração formal e funcional, promovendo desenvolvimento robusto e harmonioso através da cooperação intensa. “D” representa a Fronteira Burocrática: Ita integração formal, mas baixa interação prática, levando a uma integração superficial e barreiras burocráticas que impedem o pleno desenvolvimento (Oliveira T. c., 2005).

Este capítulo se valerá tanto de informações previamente apresentadas — como as relações comerciais e os fluxos econômicos — quanto de dados inéditos, com o objetivo de enquadrar os fatos sociais aqui analisados nas tipologias propostas por Tito.

4.1 A FUNCIONALIDADE DA FRONTEIRA FOZ-CDE

Com base em registros históricos, é evidente que esta fronteira sempre teve uma funcionalidade significativa. Ressalta-se que, neste trabalho, o termo "funcionalidade" está fundamentado na teoria de Tito Oliveira, sendo utilizado para caracterizar, essencialmente, o fluxo de pessoas e objetos em uma fronteira. Mesmo antes de uma análise completa, é impossível negar a importância desta área. A construção da Ponte da Amizade, em particular, intensificou ainda mais o movimento e a integração entre os países. Observa-se que, desde a inauguração da ponte, o fluxo de pessoas e mercadorias aumentou substancialmente, estabelecendo um corredor vital para o comércio e a interação diária entre brasileiros e paraguaios.

A Ponte da Amizade não só facilitou o trânsito, mas também transformou a dinâmica socioeconômica da região. O aumento do fluxo na ponte reflete a realidade de um movimento pendular², onde muitas pessoas cruzam a fronteira diariamente para trabalhar, estudar ou fazer compras. A fronteira, a meu ver desde sempre, pode ser representada da seguinte maneira:

² A mobilidade pendular, também chamada de migração pendular (MP), pode ser definida como movimentos cotidianos das pessoas entre o local de residência e locais de trabalho ou estudo. (Portugal. Instituto Nacional de Estatística (INE), Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Auditoria Ambiental. Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto 1991/2001. Lisboa: INE; 2003.)

Figura 12- Sacoleiros da Década de 80



Fonte: Pagina do Facebook intitulada Foz do Iguazu e Cataratas Memória e Fotos Atuais³.

Um estudo realizado pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas em 2023 observou entre os dias 11 e 14 de outubro o fluxo quantitativo de veículos e ocupantes que transitaram pela fronteira entre Foz do Iguazu e Ciudad del Este.

Segundo a pesquisa, foram contabilizados todos os veículos que cruzaram a fronteira entre Brasil e Paraguai, incluindo carros, táxis, motos, mototáxis, vans, ônibus e caminhões, além de seus ocupantes. A pesquisa começou às 18h do dia 11 de outubro de 2023 e terminou às 18h do dia 14 de outubro de 2023, totalizando 72 horas de coleta de dados. Estudantes previamente treinados participaram da contagem, sob a supervisão de professores do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas. Durante o período de pesquisa, 180.435 veículos atravessaram a ponte. As motos e mototáxis foram os mais frequentes, totalizando 86.675 unidades (48%), seguidos pelos carros, com 67.689 unidades (37,5%), e vans, com 14.143 unidades (7,8%). O horário de maior fluxo de carros foi entre 6h e 17h. Em relação às categorias de veículos e seus países de origem, o Paraguai liderou com 108.495 unidades, seguido pelo Brasil, com 67.147 unidades, Argentina, com 2.347 unidades, e 760 veículos de outras nacionalidades. Dos 1.686 caminhões que cruzaram a ponte nesse período, a Receita Federal não forneceu informações específicas sobre suas nacionalidades. O maior fluxo geral de veículos foi

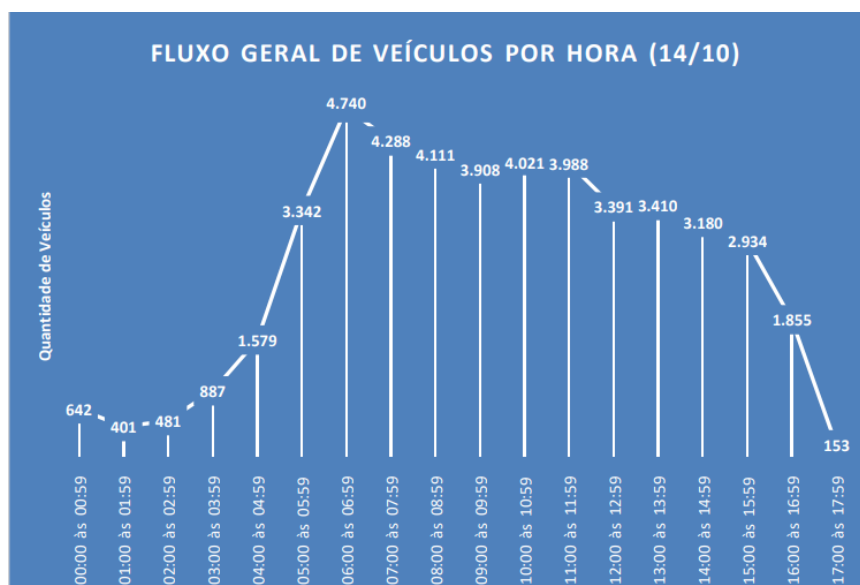
³ Pagina do Facebook intitulada Foz do Iguazu e Cataratas Memória e Fotos Atuais. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/03/18/fotos-confira-registros-historicos-da-ponte-da-amizade-na-fronteira-entre-brasil-e-paraguai.ghtml>. Acesso em: 25 de janeiro de 2025.

observado no dia 13 de outubro de 2023, uma sexta-feira, com 64.774 unidades. Quanto ao fluxo de pessoas, foram contabilizadas 415.435 pessoas, sendo o maior volume registrado no dia 13 de outubro, um sábado, com 149.515 pessoas.

À luz da Teoria de Tito Oliveira, os dados coletados pela referida instituição de ensino refletem uma grande movimentação de pessoas e veículos durante o período analisado. A pesquisa mostra-se ainda mais interessante a medida em que divide em algumas categorias o estudo, tal quando divide os veículos em mototáxis e veículos de nacionalidade argentina e brasileira em direção ao Paraguai. Outrossim, o número expressivo de mais de sessenta e quatro mil unidades em um único dia evidencia a grande funcionalidade dessa fronteira.

A pesquisa elaborou um gráfico que demonstrou o fluxo de veículos por hora na ponte, conforme segue:

Gráfico 3- Fluxo de Veículos por Hora



Fonte: União Dinâmica das Cataratas (2023, p. 34)

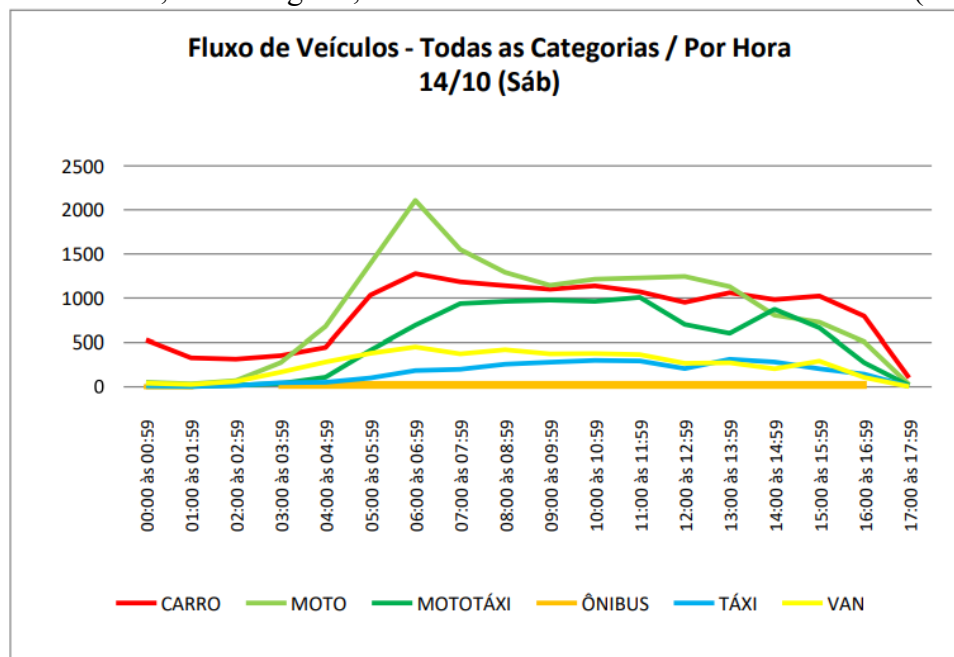
O gráfico apresenta a distribuição do fluxo geral de veículos por hora no dia 14 de outubro. Observa-se um aumento gradual no movimento de veículos durante as primeiras horas do dia, iniciando com 642 veículos entre 0h e 0h59 e atingindo o pico de 4.740 veículos entre 5h e 5h59. Após esse ponto, há uma ligeira redução ao longo da manhã, com valores ainda elevados, como 4.288 veículos entre 6h e 6h59 e 4.111 entre 7h e 7h59. Durante o período da tarde, o fluxo progressivamente diminuiu, passando de 3.391 veículos entre 12h e 12h59 para apenas 153 veículos no intervalo das 17h às 17h59.

Essa variação indica maior movimento nas primeiras horas do dia, com redução significativa no final do dia. idem

Com base na experiência de uma residente da fronteira, observa-se que o fluxo de pessoas é significativamente maior durante o horário comercial. Esse movimento pendular é característico da região, onde muitos brasileiros, especialmente de Foz do Iguaçu, se deslocam para o Paraguai para trabalhar. Da mesma forma, há paraguaios que atravessam a fronteira em direção ao Brasil.

O gráfico abaixo apresenta o fluxo de veículos segmentados por categorias (carros, motos, mototáxis, ônibus, táxis e vans) ao longo do dia 14 de outubro (sábado), distribuídos por hora. É possível observar que motos e mototáxis predominam sem movimento, com seu pico entre 5h e 5h59, ultrapassando 2.000 unidades. Os carros seguem como a segunda categoria mais frequente, atingindo seu maior fluxo entre 6h e 7h59, com cerca de 1.000 unidades por hora. Já as outras categorias, como vans, táxis e ônibus, apresentam fluxos mais baixos e consistentes ao longo do dia, sem picos significativos.

Gráfico 4- Fluxo Total de Veículos que Atravessou a Ponte Internacional da Amizade nos Dois Sentidos, Por Categoria, Observado no Dia 14 de Outubro de 2023 (Unidades)



Fonte: União Dinâmica das Cataratas (2023, p. 35)

O fluxo geral de todas as categorias apresenta uma tendência de aumento gradativo durante a madrugada e início da manhã, com o maior movimento registrado

entre 5h e 7h59. Após este período, há uma estabilização e posterior redução gradativa no fluxo, com as menores quantidades registradas no final da tarde (16h às 17h59).

Para compreender esses dados, é necessário voltar um pouco no tempo. Na década de 90, começaram a surgir motociclistas em Foz do Iguaçu que ofereciam o serviço de travessia pela ponte congestionada. Inicialmente, eram cerca de trinta, conforme os relatos dos pioneiros dessa atividade. Com o tempo, mais motociclistas aderiram, oferecendo serviços tanto no lado brasileiro quanto no paraguaio. Com o passar dos anos, os mototaxistas formaram associações para negociar diretrizes mínimas de trabalho com as autoridades. Antes mesmo da aprovação das regulamentações formais, já haviam sido firmados acordos entre os mototaxistas e algumas autoridades para organizar a prestação do serviço (Rabossi, 2004).

Figura 13- Mototaxis Atravessando o Puente de La Amistad Rumo ao Brasil



Fonte: Rabossi (2004, p. 71)

Desde a legalização em 2000, Ciudad del Este contava com cerca de 150 mototaxistas, todos envolvidos na movimentação comercial do centro da cidade. Assim como cambistas, taxistas e condutores de vans, para atuar como mototaxista, era necessário estar associado a uma das organizações que os representavam. Em 2001, aproximadamente 300 mototaxistas brasileiros, que operavam entre as duas cidades, estavam reunidos na Associação de Moto-Taxis da Ponte da Amizade. Outra grande associação em Foz do Iguaçu, também em 2001, contava com cerca de 150 mototaxistas

que atuavam no centro da cidade. Estimativas dos próprios mototaxistas indicavam que havia mais de 1100 mototaxistas em Foz do Iguaçu, transportando mercadorias ou passageiros (Rabossi, 2004).

Os mototáxis são usados de diversas maneiras. Por um lado, muitos brasileiros – empregados no comércio de Ciudad del Este ou compristas – cruzam em mototáxi para evitar o engarrafamento na ponte e chegar mais rápido (Foto 9). Dependendo do tipo de mercadoria que trazem, alguns compristas preferem voltar também em mototáxi. Se bem há mototaxistas que trabalham passando mercadoria, em geral costumam ser motociclistas que não pertencem às associações de mototáxi (Rabossi, 2004, p. 71 e 72).

Abaixo, imagem que representa um dia de fluxo no ano de 2022:

Figura 14- Dia de Fluxo no Ano de 2022

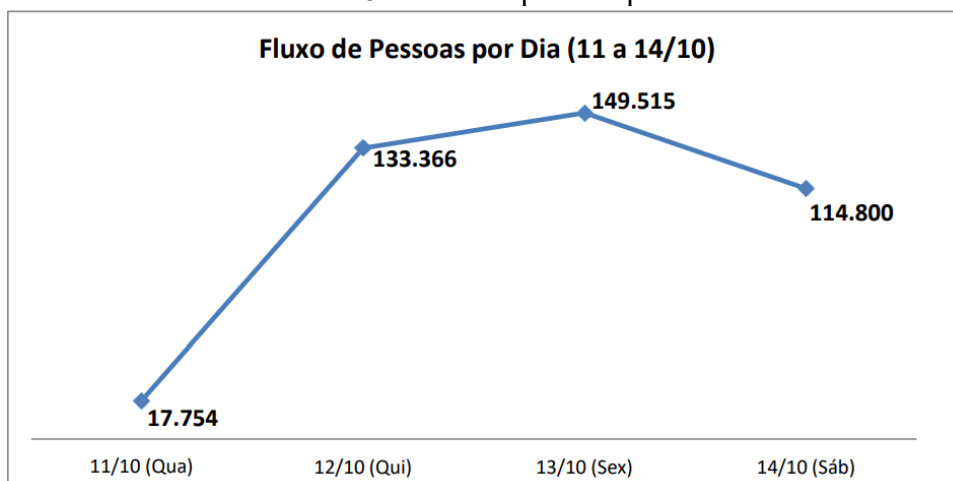


Fonte: Tribuna (2022)

Essa movimentação intensa na fronteira está profundamente conectada à história e ao desenvolvimento dos serviços de mototáxi na região. Nos anos 90, esses serviços emergiram como uma solução prática para facilitar a travessia e aliviar o congestionamento na ponte. Ao longo do tempo, a legalização e a criação de associações de mototaxistas mostraram o quanto é importante a ligação logística entre as cidades fronteiriças e a adaptação às necessidades dos moradores locais.

Outro dado importante trazido pela pesquisa citada no início desta sessão é o Fluxo total de pessoas que atravessaram a Ponte Internacional da Amizade como ocupantes em veículos, incluindo todas as categorias, em ambos os sentidos

Gráfico 5- Fluxo de pessoas por dia

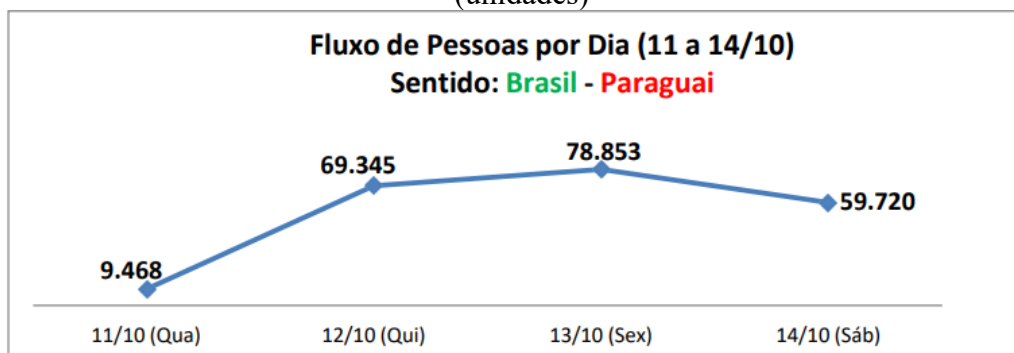


Fonte: União Dinâmica das Cataratas (2023, p. 21)

Segundo o gráfico, foram contabilizadas 415.435 pessoas. O maior fluxo foi registrado em 13 de outubro, uma sexta-feira, com 149.515 pessoas. Em 12 de outubro, 133.366 pessoas cruzaram a ponte, sendo o segundo maior fluxo do período. No dia 14 de outubro, 114.800 pessoas foram contadas, e em 11 de outubro, 17.754 pessoas atravessaram a fronteira Brasil-Paraguai via Ponte Internacional da Amizade. Este menor número no dia 11 é explicado pelo período de contagem mais curto, das 18h às 23h59. Analisando os sentidos da travessia, 217.386 pessoas se dirigiram do Brasil ao Paraguai, enquanto 198.049 se deslocaram no sentido inverso.

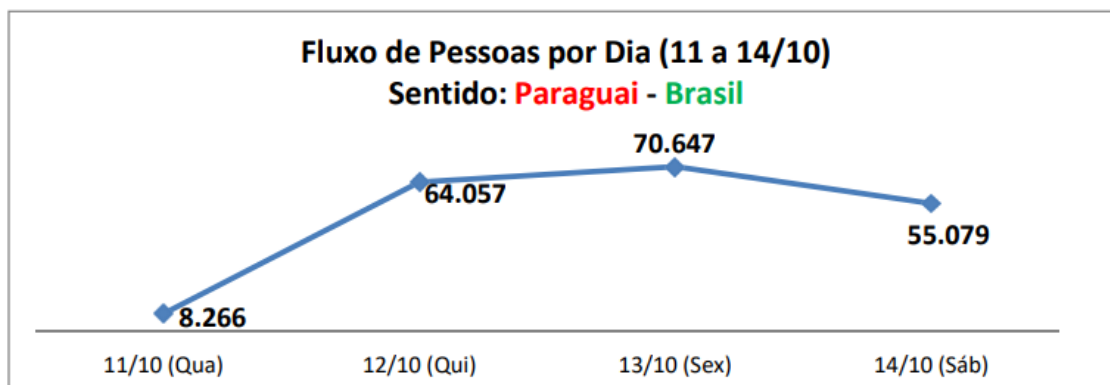
Os gráficos abaixo demonstram o fluxo de pessoas no sentido Brasil-Paraguai e no sentido Paraguai-Brasil.

Gráfico 6- Fluxo total de pessoas que atravessaram a ponte internacional da amizade como ocupantes em veículos, no sentido Brasil-Paraguai, em todos os dias da pesquisa (unidades)



Fonte: União Dinâmica das Cataratas (2023, p. 22)

Gráfico 7- Fluxo total de pessoas que atravessaram a ponte internacional da amizade como ocupantes em veículos, no sentido Paraguai-Brasil, em todos os dias da pesquisa (unidades)



Fonte: União Dinâmica das Cataratas (2023, p. 22)

Os gráficos apresentam o fluxo de pessoas entre Brasil e Paraguai no período de 11 a 14 de outubro, considerando os dois sentidos da travessia. No sentido Brasil-Paraguai, o fluxo teve um crescimento significativo entre os dias 11 e 12 de outubro, passando de 9.468 para 69.345 pessoas, com um pico no dia 13 (sexta-feira), quando 78.853 pessoas cruzaram a fronteira. No dia 14 (sábado), houve uma redução para 59.720 pessoas.

No sentido inverso, Paraguai-Brasil, observa-se um padrão semelhante, porém com números mínimos inferiores. O fluxo diário aumentou de 8.266 pessoas no dia 11 para 64.057 no dia 12, atingindo o pico de 70.647 pessoas no dia 13. Em seguida, no dia 14, o número caiu para 55.079. Uma análise comparativa mostra que o fluxo no sentido Brasil-Paraguai foi maior ao longo do período.

Uma matéria produzida pelo jornal Costa Oeste News em 08/09/2023 relata que a fila para atravessar a Ponte da Amizade de Foz do Iguaçu para Ciudad del Este ultrapassou 2 quilômetros de extensão, o que deve ter significado longas horas na fila.

Figura 15- Fila para atravessar a ponte



Fonte: Paulo (2023).

A matéria relata:

Quem precisou atravessar a Ponte da Amizade no sentido Brasil ao Paraguai enfrentou uma fila de cerca 2 km nesta sexta-feira (8). O local conecta as cidades de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, a Cidade do Leste, no Paraguai. A fila se formou desde a base da ponte e ultrapassou o viaduto da Avenida Juscelino Kubitschek. A movimentação intensa se deu principalmente aos turistas que aproveitam feriado prolongado para compras na cidade paraguaia conhecida pelo turismo de compras. Além disso, uma forte chuva de mais de 80 mm registrada nas últimas horas na região, faz com que muitas pessoas optem por atravessar o local de carro, aumentando a quantidade de veículos em circulação na região. Os dados mais recentes de movimentação da ponte levantados pela Pesquisa de Tráfego e Perfil de Turistas na Tríplice Fronteira mostram que **a Ponte da Amizade tem movimento diário de aproximadamente 41,2 mil veículos. Cerca de 83,4 mil pessoas cruzaram diariamente a Ponte da Amizade no período.** Os números mostram ainda que 70,2% das pessoas que circulam diariamente pela Ponte da Amizade são do sexo masculino. A faixa etária predominante é de pessoas entre 35 e 49 anos (Paulo, 2023, online).

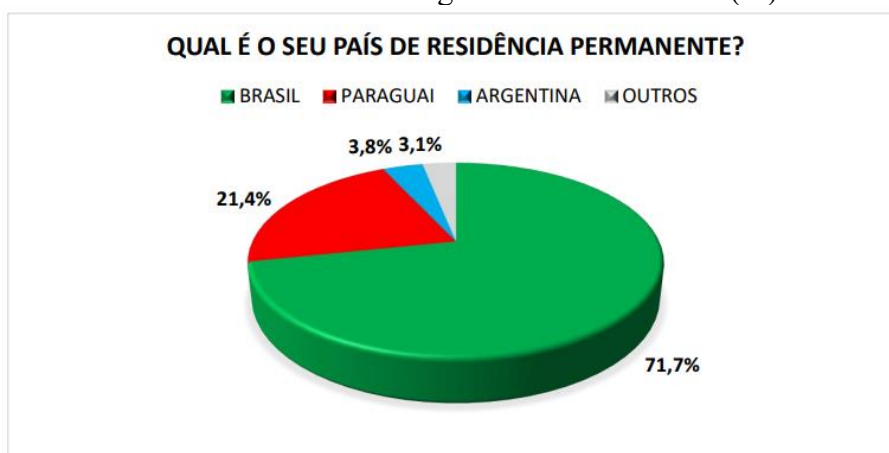
Tão grande é o fluxo na ponte da amizade, que o Paraguai anunciou recentemente (outubro de 2024) que haverá uma nova rota fluvial para descongestionar a Ponte da Amizade. Segundo a matéria publicada no jornal Portal da Cidade, a medida tem como escopo

aliviar o congestionado trânsito da Ponte da Amizade, a Diretoria da Marinha Mercante, dependente do Vice-Ministério dos Transportes, planeja viabilizar uma nova travessia fluvial entre Puerto Libertad e Puerto Irala. Este projeto permitirá a incorporação de embarcações já aprovadas pela resolução nº 1.040/24 do MOPC. A travessia entre Puerto Irala e Puerto Libertad não só aliviará o trânsito, mas também promoverá o turismo e o desenvolvimento econômico da região. “Estamos muito felizes em anunciar que, pela primeira

vez em anos, uma nova embarcação será lançada à água, o que representa um investimento significativo na melhoria do porto”, disse Patricio Ortega, diretor da Marinha Mercante.(Portal da Cidade, 2024, online)

Em outubro de 2023, uma pesquisa sobre o perfil das pessoas que atravessam a Ponte da Amizade entrevistou 159 participantes, majoritariamente brasileiros. Dentre os entrevistados, 114 eram brasileiros, 34 paraguaios, 6 argentinos e 5 de outras nacionalidades, conforme ilustrado no gráfico a seguir:

Gráfico 8- Países de origem dos entrevistados (%)



Fonte: União Dinâmica das Cataratas (2023, p. 12)

Dos entrevistados, 89 pessoas responderam sobre sua hospedagem, onde 29 informaram que estava em Foz do Iguaçu e 60 pessoas não se hospedaram na região.

Gráfico 9- Região de hospedagem



Fonte: União Dinâmica das Cataratas (2023, p. 13)

A partir do gráfico de hospedagem, pode-se concluir que as pessoas de fora da região que não se hospedaram em Foz do Iguaçu ou Ciudad del Este estavam apenas em trânsito pela fronteira. É possível que essas pessoas tenham se deslocado para buscar mercadorias, sem a necessidade de pernoitar na área. Outra hipótese é que elas estejam hospedadas em cidades próximas, considerando a quantidade de localidades de fácil acesso pela rota 277.

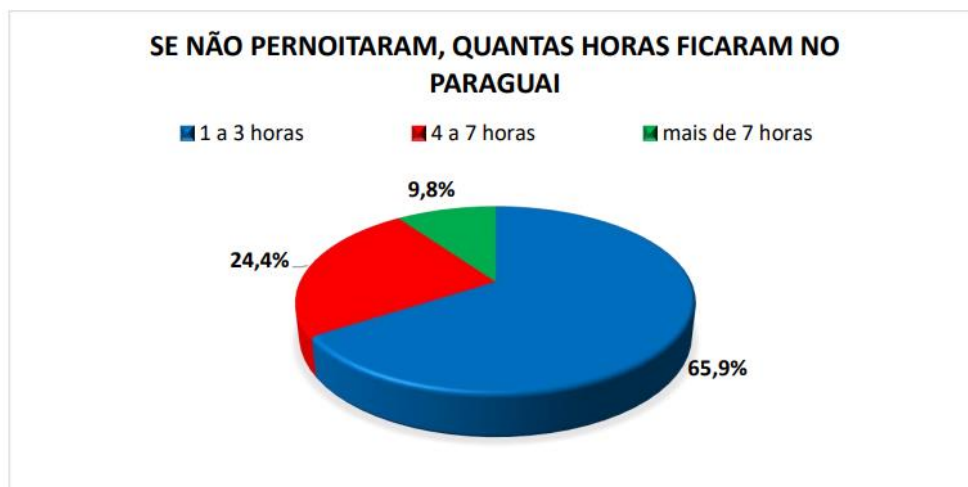
Dos 159 entrevistados, 20 informaram a cidade na qual se hospedaram. Destes, 90,0% (18 pessoas) disseram que se hospedaram em Foz do Iguaçu – PR (Brasil), 10,0% (2 pessoas) se hospedaram em Ciudad del Este (Paraguai) (Gráfico 4). Cento e trinta e nove entrevistados não se hospedaram ou não responderam a essa pergunta (Fonte: União Dinâmica das Cataratas (2023, p. 14).

Gráfico 10- Percentual de entrevistados que se hospedaram em Foz do Iguaçu ou Ciudad Del Este



Fonte: União Dinâmica das Cataratas (2023, p. 14 e 16)

Gráfico 11- Total de horas que os entrevistados permaneceram no Paraguai (%)



Fonte: União Dinâmica das Cataratas (2023, p. 16)

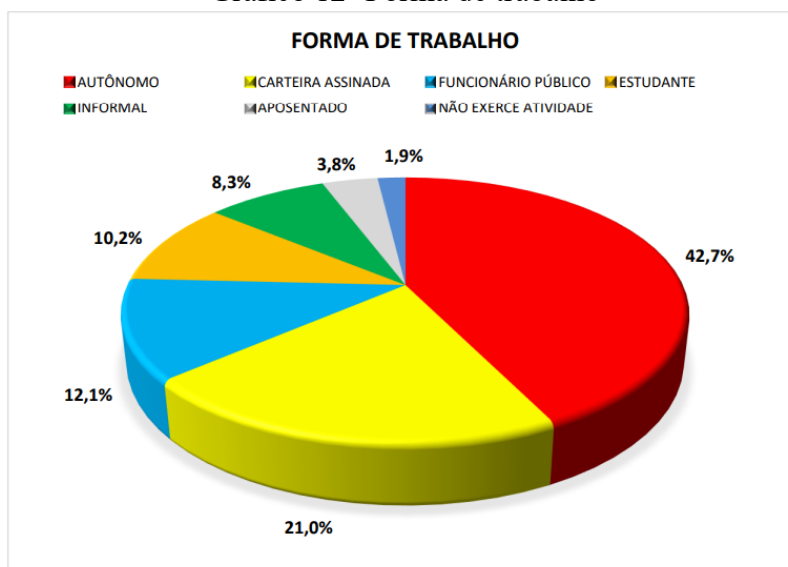
Ao analisar a quantidade de tempo que as pessoas permanecem no Paraguai, podemos entender melhor a dinâmica do fluxo entre os países. Essa localidade apresenta uma particularidade que a diferencia da maioria das fronteiras ao redor do mundo. No Paraguai, o trânsito de pessoas é predominantemente voltado para quatro grandes áreas: trabalho, compras, estudo (principalmente em faculdades de medicina) e turismo.

Pelo gráfico, podemos inferir que as pessoas que permaneceram no Paraguai por um período de 1 a 3 horas provavelmente estavam lá para realizar compras, tanto turistas quanto aqueles envolvidos no comércio ilegal ou por cotas. Já aqueles que permanecem por um período mais longo tendem a estar lá por razões de trabalho ou estudo. O fluxo rápido e constante de pessoas demonstra a vitalidade da fronteira, onde atividades cotidianas se entrelaçam com a dinâmica comercial e educacional, criando um cenário único de interação transnacional.

Em relação as formas de trabalho,

Dos 159 entrevistados, 157 informaram suas respectivas áreas de atividade de trabalho. Três categorias se destacaram, sendo estas: autônomo, seguida de carteira assinada e funcionário público (Gráfico 10). Para estas atividades, os resultados encontrados foram 42,7% (67 pessoas), 21,0% (33 pessoas) e 12,1% (19 pessoas), respectivamente. Fonte: União Dinâmica das Cataratas (2023, p. 20).

Gráfico 12- Forma de trabalho



Fonte: União Dinâmica das Cataratas (2023, p. 20).

No primeiro gráfico, observa-se que a maioria (65,9%) das pessoas que visitam o Paraguai ficam de 1 a 1 3 horas, seguido por 24,4% que permanecem de 4 a 7 horas e

apenas 9,8% ficam mais de 7 horas. Esse tempo de permanência pode estar relacionado à disponibilidade de tempo das pessoas de acordo com suas formas de trabalho. - Por exemplo, os exclusivos (42,7% no segundo gráfico) podem ter maior flexibilidade de horários, o que permite visitas curtas e frequentes. Por outro lado, os trabalhadores formais com carteira assinada (21,0%) ou funcionários públicos (12,1%) podem ter horários fixos, limitando o tempo para atividades como essas e/ou os afastando do comércio da informalidade e ilegalidade.

Ao mesmo tempo, uma grande parcela dos entrevistados era composta por estudantes. A pesquisa não deixou claro se esses estudantes são paraguaios, como os estudantes de medicina, por exemplo. No entanto, a partir dos dois últimos gráficos apresentados, é possível deduzir que a maioria dos entrevistados são autônomos (que podem fazer parte do fluxo comercial pendular da ponte) e estudantes, possivelmente estudantes de medicina que se deslocam de Foz do Iguaçu para Ciudad del Este. Esse fato pode ser correlacionado com os dados de hospedagem, onde a maioria dos respondentes se hospedou em Foz do Iguaçu, levantando a hipótese de que esses estudantes e autônomos residem em Foz do Iguaçu e atravessam a ponte para trabalhar e estudar.

4.2 ESTRUTURA FORMAL DA FRONTEIRA

A formalidade na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este é evidente, especialmente na estrutura de controle alfandegário localizada na ponte que conecta os dois países. Conforme ilustrado na imagem, essa fronteira é altamente institucionalizada, com instalações específicas para fiscalização e controle posicionadas na entrada da ponte no sentido Brasil-Paraguai.

Figura 16- Estrutura de controle alfandegário



Fonte: Google Imagens (2024, online).

A imagem apresenta uma visão aérea da Ponte Internacional da Amizade, que conecta Foz do Iguaçu, no Brasil, a Ciudad del Este, no Paraguai, atravessando o Rio Paraná. No lado brasileiro (primeiro plano da imagem), observa-se uma estrutura ampla e organizada, composta por edifícios cobertos e áreas destinadas ao controle alfandegário e fiscalização. Já no lado paraguaio (fundo da imagem), a urbanização se torna visível ao final da ponte, com ruas e edificações conectadas diretamente à infraestrutura da fronteira. A ponte, que é o elemento central, possui duas pistas principais com fluxo de veículos e pedestres, destacando a função estratégica e institucionalizada da passagem entre os dois países.

A presença da Polícia Federal na localidade desempenha um papel tanto de controle migratório quanto na garantia da segurança. A atuação do órgão envolve a fiscalização da entrada e saída de pessoas, assegurando o cumprimento das normas migratórias, além de combater atividades ilícitas que possam ocorrer na região fronteiriça, como o tráfico de drogas, contrabando e outros crimes transnacionais.

Figura 17- Controle Migratório



Fonte: 100 Fronteiras (2024, online)

A imagem mostra a fachada de um posto da Polícia Federal, identificado por placas com o brasão oficial e a palavra "Migração" em português, inglês e espanhol. Este local é destinado ao controle migratório, funcionando como ponto de atendimento para regularização da entrada e saída de pessoas entre o Brasil e países vizinhos, como o Paraguai. Na imagem, observa-se um agente da Polícia Federal uniformizado, interagindo com pessoas que aguardam na área externa do posto.

Na entrada de Ciudad del Este, no Paraguai, também há uma forte presença de institucionalização, evidenciada pela infraestrutura dedicada e pela atuação de oficiais da lei. Essa estrutura inclui postos de fiscalização e controle, onde as autoridades locais teoricamente realizam o monitoramento do fluxo de pessoas e mercadorias que cruzam a fronteira.

Figura 18- Aduana Paraguuaia



Fonte: Google Maps (2024, online)

Figura 19- Aduana Paraguuaia



Google Maps (2024, online)

A imagem mostra a área da aduana do Paraguai, localizada na entrada de Ciudad del Este, próximo à Ponte Internacional da Amizade. Na cena, dois agentes de fiscalização estão posicionados em uma das pistas destinadas ao tráfego de veículos, indicando a presença de controle aduaneiro. Eles estão próximos de cones e barreiras que organizam e restringem o fluxo de veículos, evidenciando o monitoramento realizado no local. Ao fundo, é possível observar uma via movimentada com carros e ônibus, reforçando o fluxo

intenso típico dessa fronteira. A estrutura conta com barreiras e sinalização para orientar o trânsito e delimitar os espaços de fiscalização.

Além da formalização institucional de controle, a formalidade dessa fronteira pode ser expressa por seus acordos fronteiriços. Os acordos internacionais ratificados pelo Brasil refletem a evolução das relações diplomáticas e comerciais do país, especialmente com nações da América do Sul, como o Paraguai. Em 1995, foi aprovado o Decreto Legislativo nº 55, que formalizou o Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa. Este acordo, firmado em 1992, teve como objetivo fortalecer a integração jurídica entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, no âmbito do Tratado de Assunção, promovendo uma estrutura mais coordenada para lidar com questões civis e comerciais (Deputados, 2011).

Posteriormente, em 2003, o Decreto Legislativo nº 712 ratificou o "Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul". Assinado em 2002 na cidade de Olivos, na Argentina, o protocolo estabeleceu mecanismos mais eficientes para resolver disputas entre os Estados-membros do bloco, reforçando a estabilidade e a previsibilidade no comércio regional. Este documento representou um marco na institucionalização das relações comerciais entre os países do Mercosul (Deputados, 2011).

O Decreto Legislativo nº 594 formalizou um acordo firmado em 2008 para estabelecer uma faixa "Non Aedificandi" em áreas urbanas fronteiriças entre Brasil e Paraguai. Este compromisso buscou ordenar o uso do solo e prevenir conflitos na gestão territorial de áreas sensíveis na fronteira entre os dois países. Pouco tempo depois, o Decreto Legislativo nº 590, também de 2009, reforçou as relações comerciais ao aprovar outro protocolo adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, envolvendo o Mercosul e o Peru, ampliando os vínculos econômicos e sociais entre essas nações (Deputados, 2011).

A infraestrutura também foi uma prioridade nas relações bilaterais. O Decreto Legislativo nº 257, de 2008, ratificou um acordo assinado em 2005 entre Brasil e Paraguai para a construção de uma segunda ponte internacional sobre o Rio Paraná. Este projeto visou melhorar a conectividade entre os dois países, facilitando o transporte e promovendo o desenvolvimento econômico na região fronteiriça (Deputados, 2011).

A integração política regional foi consolidada com a criação do Parlamento do Mercosul, formalizada pelo Decreto Legislativo nº 408, de 2006. Este protocolo, assinado em 2005, estabeleceu as bases para um órgão legislativo que reforçasse a cooperação

política entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, promovendo maior representatividade dos interesses regionais no Mercosul (Deputados, 2011).

No setor energético, o Decreto Legislativo nº 979, de 2009, aprovou um acordo-quadro de complementação energética regional, assinado em 2005 durante a Cúpula do Mercosul. Este tratado visou integrar os sistemas energéticos dos Estados-membros do Mercosul e associados, garantindo maior segurança e eficiência energética na região (Deputados, 2011).

O Decreto Legislativo nº 129, de 2011, redefiniu as bases financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, ajustando aspectos importantes para a gestão compartilhada da usina hidrelétrica entre Brasil e Paraguai. Este acordo, firmado em 2009, reforçou a parceria estratégica na administração de um dos maiores projetos energéticos da América Latina (Deputados, 2011). Esses acordos demonstram o compromisso do Brasil com a integração regional, buscando consolidar a cooperação econômica, política, jurídica e infra estrutural com seus vizinhos, especialmente no contexto do Mercosul e das relações bilaterais com o Paraguai.

No ano de 2022, o Senado aprovou a proposta do Executivo que formaliza um acordo entre Brasil e Paraguai para promover a integração das regiões de fronteira entre os dois países (PDL 765/2019). Relatado pelo senador Nelsinho Trad (PSD-MS), o texto segue para promulgação (Senado, 2022).

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, o acordo oferece uma estrutura jurídica fundamentada no direito internacional, permitindo que os governos brasileiro e paraguaio avancem no processo de integração das comunidades fronteiriças (Senado, 2022). Uma das principais inovações é a criação da Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço, destinada a residentes das áreas de fronteira. Além disso, os moradores poderão solicitar a identificação de seus veículos, facilitando a circulação entre os dois países (Senado, 2022). O tratado também simplifica regras para o transporte público e privado de passageiros e mercadorias, respeitando as legislações sanitária, fitossanitária, zoossanitária e ambiental de cada país, desde que origem e destino estejam dentro das áreas fronteiriças abrangidas (Senado, 2022).

Além disso, o acordo estabelece diretrizes para cooperação em diversas áreas, como saúde pública, educação e planejamento urbano. Entre os compromissos, estão a elaboração de um plano de urbanização conjunto para integrar as cidades de forma sustentável, harmonizar legislações urbanísticas, conservar áreas naturais e públicas e reforçar a identidade cultural compartilhada (Senado, 2022).

Importante destacar que os direitos e obrigações previstos em acordos anteriores permanecem inalterados. O novo tratado será aplicado exclusivamente às localidades de fronteira especificadas, cuja lista poderá ser ampliada ou reduzida de forma consensual entre os países. Mesmo em casos de suspensão parcial ou total do acordo, as carteiras de trânsito vicinal fronteiriço emitidas e os direitos adquiridos continuarão válidos (Senado, 2022). O tratado também incentiva a integração prática entre as nações. Órgãos públicos de ambos os países deverão aceitar o idioma do outro para atendimento de beneficiários do acordo. Documentos necessários para emissão de carteiras de trânsito ou identificação de veículos estarão isentos de legalização, tradução ou intervenção consular. Também será criada uma rede de comitês de fronteira para fortalecer a cooperação (Senado, 2022).

Segundo Nelsinho Trad, a situação dos moradores das regiões fronteiriças é um grande desafio para o poder público, pois essas comunidades vivem afastadas dos grandes centros urbanos, enfrentando realidades únicas ao transitar entre dois países, com legislações distintas para trabalho, moradia e educação. “Reconhecer a necessidade dessa cooperação é essencial para garantir os direitos e a qualidade de vida desses cidadãos”, concluiu o senador (Senado, 2022).

Além disso, destacam-se também alguns acordos bilaterais recentemente ratificados, como:

- a) Cooperação Bilateral em Estratégias de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Encala);
- b) Acordo de Cooperação entre a Direção Nacional de Imigração do Paraguai e a Polícia Federal do Ministério de Justiça e Segurança Pública do Brasil;
- c) Operação Nova Aliança (ações de combate ao narcotráfico e à criminalidade organizada);
- d) Capacitação de Agentes de Imigração em Prevenção de Delitos Transfronteiriços;
- e) Coordenação de Estratégias Integradas entre Paraguai e Brasil sobre Comandos Bipartites na Fronteira;
- f) Grupo de Trabalho Bilateral em Assuntos Penitenciários;
- g) Grupo de Trabalho Bilateral Para Fortalecer Iniciativas de Combate ao Tráfico de Armas;
- h) Grupo de Investigações Sensíveis Vinculado ao Comando da Polícia Nacional do Paraguai (PNP);
- i) Fomento da Cooperação Policial no âmbito do Mercosul Mediante a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação;
- j) Cooperação Bilateral Para o Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Crime Organizado;
- k) Capacitação em Análise e Investigação Financeira para o Combate à Lavagem de Ativos e ao Crime Organizado;
- l) Intercâmbio de Conhecimentos sobre Técnicas de Investigação e Legislação para o Combate ao Crime Organizado;
- m) Gestão e Destinação de Bens Apreendidos no âmbito da Luta contra o Crime Organizado;
- n) Doação de Helicópteros para Combate ao Narcotráfico (Pública, 2024).

A fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este é um retrato vivo da complexidade e da importância de uma gestão integrada em regiões com grande fluxo de pessoas e mercadorias. Combinando infraestrutura de controle alfandegário e migratório e a atuação de autoridades como a Polícia Federal e os agentes paraguaios, essa passagem se destaca como um ponto estratégico para os dois países. Mas vai além: os acordos bilaterais e multilaterais no âmbito do Mercosul mostram como Brasil e Paraguai têm trabalhado juntos para equilibrar segurança, desenvolvimento econômico e integração regional, fortalecendo os laços entre as duas nações.

Recentemente, iniciativas conjuntas têm dado um passo à frente, com ações que incluem o combate ao crime organizado e investimentos na infraestrutura e na economia. Esses esforços reforçam o papel dessa fronteira não apenas como um ponto de passagem, mas como um espaço de interação política, comercial e social. Seguir investindo nessa cooperação é essencial para transformar essa região em um modelo de integração eficaz e sustentável, promovendo estabilidade e crescimento para ambos os lados.

4.3 ANÁLISE COM BASE NA TIPIFICAÇÃO DE TITO OLIVEIRA

Com base na tipologia proposta por Tito Oliveira, que classifica as fronteiras em quatro categorias — “fronteira viva”, “fronteira burocrática”, “fronteira morta” e “território perigoso” — a partir dos eixos de funcionalidade e formalidade, este capítulo propõe uma análise da fronteira em estudo à luz dessas categorias. Para isso, recorre-se tanto aos elementos já discutidos nos capítulos anteriores quanto a novas informações que contribuem para aprofundar e complementar a compreensão dessa realidade fronteiriça.

4.3.1 A Fronteira entre FOZ-CDE sob a Perspectiva Burocrática

As cidades gêmeas formam um arranjo muito característico de urbanização, haja vista a existência de ordenações essenciais para a manutenção da dinâmica fronteiriça, bem como organizações de infraestrutura e de estabelecimentos especializados (Marquezini, 2010). Ao aplicar tal fato à lógica de Tito Oliveira, o modelo aponta para uma fronteira com alta integração formal, em que as atividades exercidas entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este são compostas pelo mercado consumidor de mercadorias englobadas pelo comércio de fronteira e inseridas em um contexto institucional.

A formalidade pode ser traduzida, também, através dos Tratados existentes entre os países. Nesta toada, trar-se-á como exemplo o Comitê de Integração Fronteiriça de Foz do Iguaçu-Ciudad del Este (1975) com o intuito de construir e aperfeiçoar alguns mecanismos permanentes de cooperação, entendimento e troca de informações que são de interesse comum nas áreas comerciais, econômicas, financeiras, políticas, científicas, técnicas, culturais, turísticas e de toda ordem (vide Legislação Informatizada - DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1976 - Publicação Original).

Além disso, os elementos analisados na seção que explorou as formalidades dessa fronteira, incluindo sua estrutura institucionalizada de controle nas aduanas e os diversos acordos e tratados que moldaram a relação entre as duas cidades, reforçam sua classificação como uma fronteira formal. Essa caracterização é sustentada pela organização e regulamentação que pautam o fluxo de pessoas, bens e serviços, demonstrando um alto nível de institucionalização e conformidade com normas internacionais. No entanto, limitar-se a uma única tipificação não captura plenamente a complexidade e as nuances dessa fronteira.

Conforme discutido no segundo capítulo, a própria Itaipu exemplifica essa formalidade, tendo sido construída com base em tratados diplomáticos que oficializaram a integração energética entre Brasil e Paraguai. Embora a usina exerça grande influência como atração turística, seu acesso é restrito e altamente controlado. Trata-se de um ambiente marcado por múltiplos níveis burocráticos e apenas limitados níveis de funcionalidade acessíveis ao público, o que se reflete diretamente na experiência turística oferecida.

Portanto, não se pode classificar essa fronteira de forma absoluta como burocrática ou não, uma vez que aspectos burocráticos coexistem e se entrelaçam com elementos de funcionalidade. Ainda que apresente traços de formalidade e institucionalização, não se trata de uma fronteira rigidamente reguladora que imponha barreiras significativas ao trânsito de pessoas e mercadorias. Ao contrário, a fronteira analisada revela um dinamismo que favorece uma circulação relativamente livre e frequente, mesmo diante da presença de controles alfandegários e migratórios. As normas e protocolos aplicados à regulação das interações transfronteiriças cumprem sua função institucional sem, contudo, assumir um caráter impeditivo.

4.3.2 A Fronteira Estudada sob a Ótica da Fronteira Viva

Aqui deve responder com base nos dados anteriormente descritos, assim como a vivência da autora como moradora da cidade de Foz do Iguaçu.

Através dos indícios de que a região também se trata de um local demasiadamente movimentado, trar-se-á o estudo realizado por Conte em 2011 onde foi observado que, diariamente, em torno de 1.585 pessoas se deslocam de Foz do Iguaçu para Ciudad del Este e que aproximadamente 1.657 pessoas fazem o trajeto contrário, todos os dias. Ademais, a maioria dessas pessoas desloca-se para compras e também para trabalhar (Conte, 2023).

Ainda em 2011, através de entrevistas, a autora constatou que no trajeto feito de Foz do Iguaçu com destino a Ciudad del Este, 70% deslocam-se a trabalho, 25% para realizar compras e apenas 5% para lazer. Entretanto, de Ciudad del Este para Foz do Iguaçu, 87% dos passageiros deslocam-se para trabalhar e 13% para lazer (Conte, 2023).

De acordo com Roseira, a circulação de pessoas que ocorrem nos municípios da Tríplice Fronteira só é viabilizado pois existem elementos singulares que formam a realidade local. Tal como a estrutura turística nas Cataratas do Iguaçu e também da Hidrelétrica de Itaipu, juntamente com o comércio em Ciudad del Este que agrega o comércio, os restaurantes e os hotéis, justificam a grande circulação de pessoas entre as cidades (Roseira, 2006).

No entanto, estimar que o grande volume de pessoas que circulam diariamente entre as cidades ocorra de forma totalmente legal, apesar das instituições fiscalizadoras presente nas fronteiras, beira a utopia.

A análise da movimentação diária entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este revela não apenas a intensidade do fluxo transfronteiriço, mas também as dinâmicas econômicas e sociais que sustentam essa interação. O elevado número de pessoas que realizam o trajeto diariamente, em grande parte motivadas por trabalho e compras, deixa claro o papel estratégico dessa fronteira para a economia regional. Ao mesmo tempo, elementos como as Cataratas do Iguaçu, a Hidrelétrica de Itaipu e o comércio vibrante em Ciudad del Este reforçam a funcionalidade dessa região, onde turismo, comércio e infraestrutura se unem para moldar uma realidade marcada pela interdependência. Esses fatores demonstram como a fronteira se configura como um espaço vivo, que vai além de barreiras físicas, sendo essencial para a integração entre os municípios da Tríplice Fronteira. Portanto, este estudo identifica que a alta funcionalidade dessa fronteira, marcada por intensas trocas comerciais, sociais e culturais, além de sua evidente

interdependência entre os dois lados, permite classificá-la predominantemente como uma fronteira viva.

A tabela apresenta a complexa articulação de processos e atores envolvidos na dinâmica da fronteira trinacional de Foz do Iguaçu, organizada conforme a origem dos atores (local, regional, nacional, binacional/MERCOSUL e extra-regional) e a escala dos processos (do local ao extra-regional). No nível local, destacam-se atores como municipalidades, câmaras de comércio, organizações turísticas (COMTUR), CODEFOZ, transmigrantes e coletividades estrangeiras (chinesa e árabe), refletindo um intenso intercâmbio cotidiano. À medida que se amplia a escala, surgem instituições estaduais e nacionais como IBAMA, APN, e organismos regionais como a AMOP, CRECENEA/CODESUL e movimentos sociais como o MST e os brasiguaios. Em nível binacional e do MERCOSUL, instituições como a Itaipu Binacional e a Reunião Especializada de Turismo (RET) ilustram ações integradas. Por fim, na escala extra-regional, aparecem grandes grupos econômicos, redes de tráfico, turistas internacionais e organismos como a União Europeia e a DEA, demonstrando que a fronteira é influenciada por dinâmicas globais e interesses geopolíticos amplos.

No capítulo dedicado à análise da relação bilateral entre Brasil e Paraguai, abordou-se a questão das exportações paraguaias para o Brasil, com destaque, por exemplo, para a atuação dos frigoríficos. Embora o foco principal não tenha sido uma avaliação aprofundada das exportações, os dados apresentados contribuem para evidenciar formas de integração funcional e formal entre os dois países. É importante observar que, paralelamente às exportações legais, há também um fluxo significativo de produtos alimentícios de forma irregular, com o objetivo de driblar fiscalizações e tributações em ambos os lados da fronteira. Essa realidade reforça uma das premissas já discutidas: a coexistência de práticas formais e informais na dinâmica fronteiriça, característica marcante da Trílice Fronteira.

Ao tratar da articulação entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, evidenciou-se que a interação entre essas cidades vai além das fronteiras nacionais, resultando em uma dinâmica territorial integrada e funcional. As trocas cotidianas, o uso conjunto de serviços e a circulação constante de pessoas mostram como a divisão política é superada por práticas sociais e econômicas que reforçam a interdependência entre os dois municípios. Nesse contexto, observa-se a construção de uma rede regional que combina interesses comuns e fortalece laços de convivência e cooperação.

O exemplo utilizado foi o trajeto percorrido por mercadorias oriundas da China, que chegam ao Brasil após passarem pelo Paraguai. Esse fluxo envolve uma rota comercial estruturada que conecta centros produtores asiáticos a redes de distribuição controladas, em grande parte, por comunidades de imigrantes chineses e árabes estabelecidas no Paraguai. A entrada desses produtos por Ciudad del Este estimula o movimento constante de pessoas na fronteira com Foz do Iguaçu, evidenciando o papel estratégico dessa conexão regional no comércio internacional e nas transformações locais.

Outro exemplo da funcionalidade e como essa fronteira pode ser considerada, em partes, uma fronteira viva, é a própria migração pendular e as redes polarizadas que sustentam uma gama de ofícios, negócios e comodidades. O que essa fronteira proporciona é oportunidade, pois suas proximidades oportuniza o trânsito e a troca entre os dois países de maneira facilitada.

No entanto, limitar sua caracterização apenas a essa tipologia seria reduzir a complexidade de sua natureza. Essa fronteira não é apenas viva; ela também carrega traços de outras categorias, como a formalidade institucional que regula os fluxos e a presença de desafios relacionados à informalidade e à fiscalização. Essa realidade demonstra que a fronteira é um espaço híbrido, onde elementos de vitalidade, organização e tensão coexistem. Assim, a análise dessa região deve reconhecer sua pluralidade, considerando-a como uma fronteira que transcende classificações rígidas e exemplifica a integração e os desafios únicos de regiões transnacionais.

4.3.3 A fronteira entre Foz e CDE pode ser considerada uma fronteira perigosa?

A ideia de que essa intensa circulação ocorre exclusivamente dentro da legalidade é um cenário idealizado, longe de refletir a complexidade do cotidiano fronteiriço. Apesar da presença de instituições fiscalizadoras e estruturas formais de controle, a informalidade e, muitas vezes, práticas irregulares permeiam essa interação, seja no comércio ou nos deslocamentos diários. Esse contexto aponta para o desafio constante de equilibrar o desenvolvimento econômico e social com a implementação de políticas que promovam a legalidade e a segurança. Assim, a fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este não é apenas um ponto de passagem, mas um espaço de tensões e oportunidades, cuja gestão exige uma abordagem que considere suas especificidades e a natureza híbrida de suas dinâmicas.

Acentua-se que a relação entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este é muito complexa e que é importante voltar-se à questão da ilegalidade, mas não a evidenciar unicamente. A relação entre as duas cidades significa, além da exportação e importação, uma oportunidade ao Paraguai de ter acesso ao mar, tendo em vista sua posição de “prisioneiro geopolítico”. Neste cenário, os contrabandistas e traficantes são essencialmente atores territoriais que desafiam leis, acordos, tratados bilaterais e multilaterais que controlam as fronteiras (Filho, 2012)

Assevera-se que esta situação que envolve os contrabandistas de drogas e armas e os comerciantes ilegais, enseja uma disputa que torna necessária a presença da Polícia Federal e a Receita Federal. Tais instituições, possuem como escopo desfazer a trama ilegal que sustenta um gigante mercado ilícito que guarnece toda a região da América do Sul (Roseira, 2006).

O crime organizado atua de maneira diversificada, utilizando estratégias que vão desde o investimento em tecnologias avançadas de comunicação até a criação de redes clandestinas de distribuição. Apenas o mercado internacional de drogas ilícitas movimenta mais de US\$ 400 bilhões por ano, sendo o segundo mercado ilegal mais rentável no mundo, ficando atrás apenas do comércio de produtos falsificados. Nesse contexto, o Paraguai se destaca como um dos principais fornecedores de drogas na América do Sul, especialmente no contrabando de maconha (Mavrellis, 2017).

Conforme apontado por Machado (2000), o controle das fronteiras brasileiras tem sido uma preocupação constante do Estado, especialmente devido à recorrência de crimes transfronteiriços. Essas práticas ilegais facilitam a entrada de contrabando, como armas, drogas e imigrantes irregulares, além de permitir o transporte de bens roubados para fora do país, aproveitando a proximidade e a conexão entre cidades gêmeas que tornam o trânsito pela fronteira mais acessível (Machado L. O., Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade, 2000).

Segundo Machado,

(...) nesses pontos da faixa de fronteira beneficia a economia paralela dos países limítrofes. É conhecida a centralidade de Ciudad del Este (Paraguai), vizinha a Foz de Iguaçu, para os circuitos de pequenos comerciantes brasileiros procedentes de todos os lugares do Brasil que, de forma legal ou ilegal, compram mercadorias do outro lado da fronteira. Uma parcela considerável dos produtos estrangeiros vendidos em feiras populares nas cidades brasileiras tem origem nessas zonas, com preponderância dos entrepostos paraguaios.

(...)Por outro lado, até 1998, as mercadorias importadas por este país entravam pelo porto de Paranaguá na costa atlântica e transitavam por território brasileiro por força de acordos diplomáticos gerados pela geopolítica brasileira no Cone Sul. Por essa fronteira-corredor uma massa de mercadorias era transportada

diariamente por cerca de 2.000 caminhões, em dezenas de milhares de contêineres destinados ao Paraguai. O movimento comercial não se restringe às vias terrestres. Na Figura 3 aparecem as cidades brasileiras localizadas na faixa de 150 quilômetros do limite internacional que mantêm conexões aéreas com o resto do país, algumas delas em função das zonas de livre comércio localizadas nos países limítrofes (Machado, 2000, p. 9)

Filho (2012) e Roseira (2006) convergem ao destacar que a presença do crime organizado e do mercado ilícito é um elemento central nessa região, mas abordam o tema sob perspectivas diferentes. Filho (2012) enfatiza o papel dos contrabandistas e traficantes como atores territoriais que desafiam as estruturas formais de controle, enquanto Roseira (2006) foca na necessidade de uma presença robusta das instituições de fiscalização, como a Polícia Federal e a Receita Federal, para combater as redes ilegais. Essas visões complementam-se ao mostrar tanto a força dessas atividades ilícitas quanto os esforços para desmantelá-las.

Por outro lado, Mavrellis (2017) expande a análise ao situar a fronteira em um contexto global, evidenciando que o mercado de drogas ilícitas movimentava cifras impressionantes, com o Paraguai desempenhando um papel-chave como fornecedor de maconha na América do Sul. Essa perspectiva globalizada dialoga com Machado (2000), que aborda a economia paralela na fronteira sob um viés mais local e histórico. Machado explora como Ciudad del Este tornou-se um polo estratégico para pequenos comerciantes brasileiros e como os fluxos comerciais, legais ou ilegais, alimentam economias em ambas as margens da fronteira.

Machado (2000) também traz uma dimensão geopolítica relevante ao destacar a dependência histórica do Paraguai em relação ao Brasil para acessar o mercado internacional, especialmente através do porto de Paranaguá. Essa análise ecoa a ideia de Filho (2012) sobre o Paraguai como "prisioneiro geopolítico", reforçando que a relação entre os dois países é mais ampla do que questões de legalidade ou contrabando. Há um componente histórico e diplomático que molda as interações transfronteiriças e influencia tanto os fluxos comerciais formais quanto os informais.

E é nesta toada que, apesar de ser de conhecimento geral que Foz do Iguaçu e Ciudad del Este convivem em harmonia no que tange às questões linguísticas, étnicas, politicamente e até mesmo por padrões monetários e religião, a forma que os autores consideram como a “mais poderosa” materialização de fronteira são justamente os órgãos de controle aduaneiro, é o que o geógrafo Roberto Lobato Corrêa afirma:

Em determinados pontos da fronteira são implantados postos de controle daquilo que atravessa o limite internacional. Nesses postos são estabelecidas atividades em torno das quais as cidades fronteiriças são desenvolvidas (Corrêa, 2004).

Giovanni Maures e Luiza Lock desenvolveram, através do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF) uma pesquisa em 2023 que tratava do videomonitoramento como uma estratégia de combate ao crime organizado na Tríplice Fronteira no Paraná, neste artigo, foi analisado o videomonitoramento do ano de 2018 a 2020 e como o sistema auxiliou nas prisões e nas apreensões de drogas, armas, munições e cigarros.

Segundo os autores, o videomonitoramento é um dos recursos utilizados pela Polícia Rodoviária Federal como uma ferramenta tecnológica que auxilia as ações policiais, trouxeram os seguintes dados:

Tabela 1- Apreensões realizadas pela Polícia Rodoviária Federal- 2018

Ilícito ano 2018	DELo4	DELo5	DELo6	Total delegacias de fronteira com Paraguai	Total do Estado do Paraná	%
Cigarros (pct)	312.945	33.268	809.827	1.156.040	1.916.497	60%
Maconha (kg)	6.974	9.584	22.246	38.804	45.016	86%
Cocaína (kg)	2.434	494	12	2.940	45.55	65%
Crack (kg)	62	241	212	515	629	82%
Armas (un)	22	46	12	80	149	54%
Munições (un)	10.816	4.237	4.714	19.767	20.697	95%

Fonte: Meurer; Lock (2023, p. 275)

Tabela 2- Apreensões realizadas pela Polícia Rodoviária Federal- 2019

Ílícito ano 2019	DELO4	DELO5	DELO6	Total delegacias de fronteira com Paraguai	Total do Estado do Paraná	%
Cigarros (pct)	241.765	181.274	2.364.091	2.787.130	3.982.631	70%
Maconha (kg)	6.388	24.662	15.892	46.942	58.259	80%
Cocaína (kg)	14	423	136	573	1.087	14%
Crack (kg)	45	150	17	212	648	32%
Armas (un)	33	118	6	157	202	78%
Munições (un)	13.599	10.516	1.920	26.035	26.737	97%

Fonte: Meurer; Lock (2023, p. 276)

Tabela 3- Apreensões realizadas pela Polícia Rodoviária Federal- 2020

Ílícito ano 2020	DELO4	DELO5	DELO6	Total delegacias de fronteira com Paraguai	Total do Estado do Paraná	%
Cigarros (pct)	210.484	116.319	3.131.339	3.458.142	3.458.142	83%
Maconha (kg)	21.746	21.298	52.000	95.044	95.044	65%
Cocaína (kg)	58	172	168	398	398	20%
Crack (kg)	198	172	0	370	370	84%
Armas (un)	9	8	39	56	56	57%
Munições (un)	1.333	145	7.774	9.252	9.970	93%

Fonte: Meurer; Lock (2023, p. 277)

A análise dos números relativos à Delegacia 05, correspondente à delegacia de Foz do Iguaçu, ao longo dos anos de 2018, 2019 e 2020, revela flutuações importantes nas apreensões de itens ilícitos, destacando-se como um ponto estratégico de fiscalização na região de fronteira com o Paraguai.

Em 2018, a Delegacia de Foz do Iguaçu apreendeu 33.268 pacotes de cigarros, o que representou uma pequena fração do total das delegacias de fronteira (1.156.040 pacotes). No entanto, em 2019, houve um aumento importante, com 181.274 pacotes apreendidos, mostrando um salto expressivo nas operações de fiscalização. Em 2020, esse número sofreu uma queda considerável, chegando a 116.319 pacotes.

No que diz respeito à maconha, os dados mostram uma variação ao longo dos anos. Em 2018, a delegacia de Foz do Iguaçu registrou a apreensão de 9.584 kg da droga. Em 2019, esse número mais que dobrou, atingindo 24.662 kg, demonstrando um aumento na circulação da droga pela região. Em 2020, entretanto, houve uma leve redução, com a apreensão de 21.298 kg, o que ainda demonstra um volume significativo do tráfico de maconha pela fronteira de Foz do Iguaçu.

Quanto às apreensões de cocaína, em 2018, foram registrados 494 kg, enquanto em 2019 esse número caiu para 423 kg. Em 2020, o volume permaneceu baixo, com 172 kg apreendidos, indicando uma redução contínua nesse tipo específico de tráfico pela região. Para o crack, os números também apresentam variações. Em 2018, foram apreendidos 241 kg, e em 2019 houve uma redução para 150 kg. Em 2020, os números permaneceram estáveis em relação ao ano anterior, com 172 kg confiscados.

Por fim, no que tange às armas e munições, a delegacia de Foz do Iguaçu registrou 46 armas apreendidas em 2018, número que subiu para 118 em 2019, indicando um aumento nas apreensões. Em 2020, esse número caiu para apenas 8 armas confiscadas. Para as munições, os dados mostram uma trajetória de crescimento: 4.237 unidades apreendidas em 2018, subindo para 10.516 em 2019, mas reduzindo significativamente para apenas 145 unidades em 2020.

Esses números demonstram a importância da Delegacia de Foz do Iguaçu como ponto de atuação contra o crime organizado na fronteira. As flutuações observadas sugerem que tanto os padrões de contrabando quanto as operações de fiscalização variaram ao longo dos anos, mas que o crime de todas as formas continua ativo. Alguns fatores como a localização e, talvez, uma fiscalização ineficiente podem contribuir para que os números de apreensões de produtos ilícitos se mantenha alto nessa fronteira.

Em uma face, existe um controle rígido nas barreiras fronteiriças internacionais e, por outro lado, subsiste uma gama de entrelaçamento comercial, político e cultural que acabam adquirindo um caráter próprio, o transfronteiriço (Souza E. B., 2009).

Este controle rígido pode ser visualizado, por exemplo, através de uma matéria publicada em 2022 pelo canal de notícias na internet “H2FOZ”, cujo título é: “Operação

na Ponte da Amizade combate entrada irregular de produtos”. A ação fazia parte de uma atuação conjunta entre instituições estaduais e federais, neste sentido, segundo a matéria, policiais e auditores fiscais foram atores da operação, cujo objetivo era impedir a entrada irregular de contrabando e descaminho. Cita-se uma parte da matéria:

Controle Brasil é uma ação coordenada pelo Ministério da Justiça e reúne auditores fiscais e policiais.

O último dia da Operação Controle Brasil se concentra na Ponte Internacional da Amizade, nesta quinta-feira, 1.º, com a intensificação da fiscalização na fronteira do Brasil com o Paraguai. O foco é impedir a entrada irregular no país de cigarros, bebidas e insumos agrícolas.

A iniciativa conjunta das forças de segurança reuniu 3,5 mil profissionais pelo país, desde 1.º de junho, e focou em ações ostensivas. Isso abrange fiscalizações, bloqueios de estradas, abordagens e trabalhos de inteligência para identificar e enfraquecer a estrutura material da cadeia criminosa (Blogler, 2022).

Assim, é possível observar que existem duas vertentes ao analisar o conjunto territorial de Foz do Iguaçu e de Ciudad del Este e todas as especificidades que carregam. De um lado, é nítido o esforço de ambos os países em fazer com que a cooperação ocorra para além da proximidade territorial, elaborando acordos e tratados que regulam e criam conexões que favorecem a economia e o trânsito social. Por outro lado, o fluxo exacerbado de pessoas e mercadoria que a fronteira possui, associado ao fato de localizar-se em um ponto estratégico se comparado à outras fronteiras sul-americanas, propicia o mercado ilegal e demanda instituição de combate às práticas ilegais.

Para concluir sobre o tipo de fronteira que se observa, a primeira visão é que de fato, Ciudad del Este e Foz do Iguaçu são ligadas e cooperam em várias frentes, sejam elas econômicas, sociais e políticas e os fazem através de acordos e tratados internacionais que formalizam e regulam esta relação, outrossim, possuem órgãos reguladores e instituições físicas de controle em ambas as extremidades da Ponte da Amizade. Neste aspecto, a formalidade descrita por Tito Oliveira pode ser demonstrada, considerando que o autor conceitua a integração formal como a presença de instrumentos formais de regulação e aparato institucional.

Entretanto, a formalidade observada não exclui a alta funcionalidade que a fronteira possui. Com base nos números apresentados, é visto que a fronteira referida é dinâmica e movimentada, tanto por pessoas quanto por mercadorias, através de importação, exportação e, também, pelo comércio ilegal.

Das quatro tipologias trazidas por Tito Oliveira sobre as relações fronteiriças, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, seguramente, não se encaixam na definição de fronteira

morta, pois possui uma alta integração formal e também funcional, tampouco fronteira burocrática, pois apesar de possuir demasiada regulamentação, não há ação de controle suficiente que interfira na dinâmica de pessoas, bens e serviços no território e também este não é, nem de longe, o intuito da política norteadora.

O ponto em questão é, seria a fronteira entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu um território perigoso ou vivo?

Tito Oliveira define território perigoso como sendo a relação fronteira onde há uma alta integração funcional, mas uma baixa integração formal, em que não haja um mínimo de controle. Com base na pesquisa, é observável que a fronteira entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu possui tratados e acordos bilaterais de integração e de regulamentação. Ainda, existem instituições em ambos os lados que, apesar de não “vencerem” toda a demanda ilegal, atuam no controle de forma incisiva.

Os dados indicam uma notável sinergia funcional, ilustrada pelos autores através do intenso fluxo de indivíduos na fronteira, juntamente com uma sólida harmonia formal, resultado das medidas regulatórias que promovem a integração e regulamentação, bem como dos órgãos de controle fronteiriços.

Assim, a fronteira formada por Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, à luz do presente estudo, qualifica-se inicialmente com predomínio de características de uma Fronteira Viva. Todavia, há que se ponderar sobre essa assertiva, pois não há como colocar o objeto de estudo categoricamente como fronteira viva.

Existe uma movimentação de mercadorias intensa, mas seria viva somente se todas as mercadorias que passam a Ponte da Amizade fossem declaradas e fiscalizadas nos órgãos responsáveis. Então, existe formalidade e funcionalidade, mas o limite estrutural das instituições fiscalizadoras faz com que, parcialmente, a fronteira seja menos burocrática nesse aspecto, não podendo ser totalmente viva. Esse mesmo limite institucional estrutural não consegue impedir que armas e drogas, por exemplo, passem pela fronteira, fazendo-a colocar-se também na categoria de fronteira perigosa. Outro exemplo que evidencia isso é fluxo ilegal diário de produtos alimentícios da Central de Abastecimento (CEASA) de Foz do Iguaçu para Ciudad del Este.

Outro exemplo evidente é a relação entre Brasil e Paraguai por meio da Itaipu Binacional. Embora exista uma parceria formal entre os dois países em torno da usina, essa relação é predominantemente burocrática, estruturada por acordos internos, regulamentos, limites e normas institucionais, cujo acesso é extremamente restrito. Outrossim, como exemplo, é possível citar o Comando Tripartite da Tríplice Fronteira

(Brasil, Paraguai e Argentina) que é uma iniciativa de cooperação internacional entre a força de segurança dos três países que atuam na região onde se encontram as cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina), cujo objetivo é combater o crime organizado, o contrabando, lavagem de dinheiro, facções criminosas, terrorismo e financiamentos ilícitos (Burgath, 2024).

No capítulo que abordou as conexões entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, foi mencionada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada no Congresso do Paraguai para investigar denúncias de lavagem de dinheiro e crimes tributários nas fronteiras do país. Em 27 de setembro, a CPI divulgou um relatório parcial apontando um esquema de corrupção na cabeceira paraguaia da Ponte da Amizade. Na ocasião, o Ministério Público do Paraguai deflagrou a Operação Tartufo, que resultou no indiciamento de cinco servidores da Direção Nacional das Aduanas (DNA), dois militares da Marinha paraguaia e dois contrabandistas atuantes em Ciudad del Este (Wojciechowski, 2022).

Outro indicativo da periculosidade presente na região de fronteira, citado no capítulo que analisou a formalidade da fronteira, é a necessidade de criação e fortalecimento de órgãos especializados no enfrentamento ao crime. Iniciativas como a Cooperação Bilateral para o Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Crime Organizado; os programas de Capacitação em Análise e Investigação Financeira; o Intercâmbio de Conhecimentos sobre Técnicas de Investigação e Legislação; e a Gestão e Destinação de Bens Apreendidos refletem a tentativa de resposta institucional diante da complexidade criminal que caracteriza a área.

Essas ações situam a fronteira em três dimensões analíticas: na escala da formalidade, pela existência de mecanismos institucionais voltados à repressão e prevenção de ilícitos; na escala da funcionalidade, considerando o intenso fluxo de pessoas, mercadorias e capitais que contribuem para o ambiente propício à atuação do crime organizado; e, por fim, na escala da periculosidade, dado o grau de vulnerabilidade e os riscos associados à presença constante de atividades ilegais.

Isto evidencia que, apesar da presença de estruturas formais de controle e segurança na região fronteira, práticas ilegais continuam a ocorrer — agravadas, inclusive, quando agentes do próprio aparato estatal estão envolvidos. Assim, embora não se possa reduzir a fronteira a uma zona exclusivamente perigosa, uma vez que ela também abriga relações econômicas, sociais e culturais legítimas e dinâmicas, é inegável que a

dimensão da ilegalidade e da vulnerabilidade institucional compõe parte significativa de sua realidade.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como indagação central: dentro dos critérios de formalidade e funcionalidade, como pode ser caracterizada a fronteira Brasil Paraguai na região das cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este? A partir da análise realizada, foi possível observar que a fronteira em questão apresenta características que a aproximam fortemente da definição de fronteira viva, dado o intenso fluxo de pessoas, mercadorias, práticas comerciais e relações cotidianas que atravessam os limites territoriais. No entanto, não se pode ignorar os aspectos que a enquadram também como uma fronteira perigosa, marcada por atividades ilícitas como tráfico de drogas, contrabando, descaminho e circulação irregular de produtos e animais. Assim, a complexidade do cenário fronteiriço estudado impede uma classificação única, revelando uma zona diversificada que combina elementos de funcionalidade, periculosidade, formalidade e informalidade.

A hipótese inicialmente proposta – de que as relações entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este são predominantemente moldadas por interações econômicas informais e que a região se caracteriza por alta funcionalidade e alta periculosidade – foi em grande parte confirmada. Verificou-se, no entanto, que essa fronteira não se restringe a uma tipificação exclusiva. Ao contrário, ela apresenta um conjunto de interações que a colocam simultaneamente em diferentes categorias, funcionando como uma zona de intenso intercâmbio, mas também de elevados riscos. Do ponto de vista teórico, a tipologia adotada se mostrou útil para iluminar aspectos gerais das relações fronteiriças, especialmente nos fluxos de trabalho, estudo e comércio. Entretanto, sua aplicação revelou limitações quanto à profundidade da análise, uma vez que os dados disponíveis – como os utilizados em estudos da UDC e outros relatórios – são pontuais, episódicos e carecem de robustez para sustentar avaliações mais específicas. Assim, o estudo conseguiu trazer algumas “caixinhas” de análise, todavia o limite enseja justamente na variável temática, que pode ser mais específica e, futuros estudos podem trazer essa perspectiva teórica mais aprimorada para analisar estudos de fronteira.

Além disso, embora haja fartura de material teórico sobre fronteiras e relações transfronteiriças, há uma clara escassez de dados quantitativos sobre elementos fundamentais para a compreensão do cotidiano da fronteira Foz–CDE. Faltam registros sistematizados sobre a média de travessias diárias, quantidade de residentes que estudam ou trabalham no país vizinho, bem como dados sobre apreensões, prisões e operações de

segurança. Essa lacuna evidencia a necessidade de investigações mais aprofundadas e sistematizadas sobre o funcionamento real da fronteira. A partir dos achados desta pesquisa, abrem-se caminhos promissores para estudos futuros, como análises sobre o trabalho transfronteiriço formal e informal, levantamentos sobre migração pendular, e uma abordagem crítica dos acordos diplomáticos entre os dois países à luz de sua aplicação prática. Outrossim, e mais importante, é possível aprimorar a metodologia, no sentido de analisar outras fronteiras e encontrar respostas mais precisas.

Desse modo, esta dissertação não apenas oferece uma leitura possível da tipologia fronteiriça na região estudada, mas também aponta para a urgência de um aprofundamento empírico e teórico sobre os múltiplos significados e realidades das fronteiras latino-americanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, O. A. Hanna Arendt e o Direito (Parte II): O Outlaw e o direito a ter direitos. Kriterion: **Revista de Filosofia**, p. 143, 28 ago. 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/0100-512X2019n14309oaa>.

ALBUQUERQUE, J. L. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. 2005. Disponível em: <http://www.teses.ufc.br>.

ALMEIDA, G. M.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: **XXVIII Congresso Internacional da Alas**, Recife-PE, 2011.

ALMEIDA, G.; TOLEDO, S. **Os embates no Congresso Brasileiro a respeito da ratificação dos ajustes ao Anexo C do Tratado de Itaipu**. In: Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais, ABRI, Belo Horizonte, 2015.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia de Letras, 2008.

ARAÚJO, B. G. Arranjo populacional de fronteira entre Foz do Iguaçu/Brasil e Ciudad del Este/Paraguai. **Revista de Geopolítica**, v. 9, n. 1, p. 52-67, 2018.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Schwarcz S.A., 2012.

BARRETO, M. C.; SIMÕES, M. C.; SERAFIM, M. P. **Migrações e Direitos Humanos no Mercosul: Breve análise**. Espaço Aberto, pp. 111-129, 22 dez. 2018. doi:10.36403/espacoaberto.2018.19068. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/19068>. Acesso em: 22 maio. 2024.

BECKER, B. K. A geografia e resgate da geopolítica. Rio de Janeiro: **Revista Espaço Aberto**, 2012.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BLOGLER, P. **Operação na Ponte da Amizade combate entrada irregular de produtos nesta quinta**. h2foz.com.br, 2 set. 2022. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/fronteira/operacao-na-ponte-da-amizade-combate-entrada-irregular-de-produtos-nesta-quinta/>.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 7.967, de 18 de setembro de 1945. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, Brasil, 18 set. 1945.

BRASIL. Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o conselho nacional de migração, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, Brasil, 21 ago. 1980.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. **Diário Oficial da União**: Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Imigração. **Diário Oficial da União**: Brasília, 24 maio 2017.

BRASIL; PARAGUAI. Tratado de limites (Tratado Cotegipe-Loizaga). Assunção, 9 jan. 1872.

BRASIL; PARAGUAI. Protocolo adicional ao tratado de limites de 21 de maio de 1927. Assunção, 4 dez. 1975.

BREZZO, R. S. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: FUNAG, 2013.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CÉSAR, G. R.; NETO, T. E.; MACEDO, G.; BOULOS, R. **Brasil e Paraguai**: questões das relações bilaterais. Observatório Brasil e o Sul, 2015.

CHAMBERS, I. **Migrancy, culture, identity**. London/New York: Routledge, 1994.

CIOTTI, M. C. A pandemia de COVID-19. **Revisões Críticas em Ciências Laboratoriais Clínicas**, v. 57, n. 6, p. 365-388, 9 jul. 2020. doi:10.1080/10408363.2020.1783198.

CONTE, C. H. **Comércio e deslocamento pendular**: posicionamentos sobre a rede urbana de Foz do Iguaçu. 2023.

CORRÊA, R. L. **Posição geográfica de cidades**. 2004.

COUTO E SILVA, G. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

DEPUTADOS, C. d. **Acordos internacionais ratificados pelo Brasil**. Brasil, jun. 2011.

ESPOSITO NETO, T.; PAULA, O. F. **Um balanço das relações Brasileiro-Paraguaias nos Governos Lula/Dilma (2003-2012)**. In: FORTI, L. T.; MATHIAS, S. K.; M. F. (Org.). **Diálogos Sul-Americanos: 10 anos de política externa**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2015. p. 211-246.

FERRARI, M. Zona de fronteira, cidades gêmeas e interações transfronteiriças no contexto do MERCOSUL. **Revista Transporte Y Territorio**, n. 9, p. 87-104, 2013. doi:<https://doi.org/10.34096/rtt.i9.305>.

FILHO, C. P. **Tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai: transfronteirização através do crime**. 2012.

FILHO, C. P. **Processo de transformação na Bacia do Prata: A tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai**. Porto Alegre: UFRGS-Posgea, 2013.

FILHO, C. P.; RÜCKERT, A. A. **Estratégias de cooperação e desenvolvimento nas fronteiras do MERCOSUL: a Região Transfronteiriça do Iguaçu**. Anais Encontros Nacionais da Anpur, v. 15, 2013.

FIORI, J. L. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FOGEL, R. **La región de la triple frontera: territorios de integración y desintegración**. Revista Sociologias, p. 270-290, 2008.

FRANÇA, R. As Três Dimensões Da Fronteira Entre Brasil, Paraguai e Argentina: Proposta de Análise Para A Pensar A Integração. In: ALBUQUERQUE, J. L.; BOGADO, M. M.; DIAS, L. d.; LIMA, M. C.; BRAGATTI, M. C.; FRANÇA, R.; COLARES, V. (Org.). **Somos todos hermanos? Reflexões sobre a Percepção da Integração Regional na Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai**. Foz do Iguaçu: Gedai, 2016. p. 117-152.

GEMELLI, V. **As redes do tráfico: drogas ilícitas na fronteira Brasil e Paraguai**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

GIMENEZ, H. M.; LISBOA, M. T.; SILVA, M. A.; DIALLO, M. A. **A tríplice fronteira como região: dimensões internacionais**. Cadernos Prolam/USP, v. 148-167, jul./dez. 2018. doi:[10.11606/issn.1676-6288.prolam.2018.157693](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2018.157693).

GOLIN, T. A fronteira. **Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GUERRA, S. **A nova lei de migração no Brasil: avanços e melhorias no campo dos direitos humanos.** Revista de Direito da Cidade, 2017.

GUILBERT, M.; LIGRONE, P. **Transfronterización.** In: BIAGINI, H.; ROIG, A. A. (Org.). Diccionario del pensamiento alternativo. Buenos Aires, 2006.

HADDAD, E. **The Refugee in International Society: Between Sovereigns.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HADDAD, E. **The Refugee in International Society.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HILDEBRANDO ACCIOLY, G. E. **Manual do Direito Internacional Público.** São Paulo: Saraiva, 2009.

JACKSON, J. A. **Migrações.** Lisboa: Escher, 1991.

LAFER, C. **Relações Internacionais, política externa e diplomacia brasileira.** Brasília: FUNAG, 2018.

LEE, E. S. **A Theory of Migration.** *Demography*, p. 47-57, 1966.

MACHADO, A. A. **Percepção de Segurança no Brasil e a Fronteira com o Paraguai: Sincronias e Assincronias.** 2010.

MACHADO, L. O. **Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade.** *Revista Território*, v. 8, p. 9-29, 2000.

MACHADO, L. O. **Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade.** *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p. 7-23, jan./jul. 2000.

MARQUEZINI, A. C. **Circuitos espaciais de fronteira: cidades.** *Entre-Lugar*, p. 33-55, 2010.

MARQUEZINI, A. C. **Circuitos espaciais de fronteira: cidades gêmeas de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.** *Entre-Lugar*, 1(2), p. 33-55, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/756>.

MARTINS, J. d. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, Contexto, 1997.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão.** Petrópolis: Vozes, 1986.

- MASCARENHAS, M. C.; KLAUCK, S. COVID-19 e o fechamento da Ponte Internacional da Amizade. **Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad**, v. 6, n. 3, 2020. ISSN 2525-7870.
- MATTOS, C. d. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.
- MATTOS, G. C. **Geopolítica e teoria de fronteiras**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.
- MAVRELLIS, C. **Transnational Crime and the Developing World**. Global Financial Integrity, 27 mar. 2017. Disponível em: <https://gfintegrity.org/report/transnational-crime-and-the-developing-world>.
- MENEZES, M. A. **Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- MOODIE, A. E. **Geografia e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MOURA, G. **Relações exteriores do Brasil: 1939-1950**. Mudanças na natureza da relação Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012.
- NATIONS, U. **Recommendations on statistics of international migration**. Department of Economic and Social Affairs - Statistics Division, Series M, No. 58, Rev. 1, 1998. Acesso em abril de 2024.
- OLIVEIRA, T. C. **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande (MS): UFMS, 2005.
- OLIVEIRA, T. C. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas - reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da Ampege**, v. 11, n. 15, p. 233-256, 2017.
- PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, set. 2005.
- PETERSEN, W. **A General Typology of Migration**. American Sociological Review, v. 23, n. 3, p. 256-266, 1958.
- PINHEIRO, L. **Traídos pelo Desejo: Um ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política externa brasileira Contemporânea**. Contexto Internacional, 2000.
- PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PÚBLICA, M. d. **Brasil e Paraguai reforçam acordos de cooperação internacional de combate ao crime organizado**. Brasil, 7 jun. 2024.

RABOSSI, F. Nas ruas de Ciudad del Este. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – **Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática S.A., 1993 [1980].

REITEL, B. **Les logiques de projet dans l'agglomération transfrontalière de Strasbourg-Kehl et de l'agglomération trinationale de Bâle: vers l'émergence de nouvelles territorialités**. In: *Après les frontières, avec la frontière. Nouvelles dynamiques transfrontalières en Europe*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'aube, 2006. p. 151-167.

RHI-SAUSI, J. L.; ODDONE, N. **Fronteiras y cooperación transfronteriza en América Latina: introducción al Proyecto Fronteras Abiertas**. Roma, 2009.

RIBEIRO, A. C. **Cartografia da Ação Social: Região Latino-americana e novo desenvolvimento urbano**. Buenos Aires: Biblioteca Clacso, s/d. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/campus/poggiese/14torres.pdf>.

RICHARD, Y. **Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas**. *Confins* [En ligne], n. 20, 15 mar. 2014.
doi:<https://doi.org/10.4000/confins.8939>.

RICHARD, Y. **Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas**. *Confins - Revista Franco-brasileira de geografia*, 2014.

ROSEIRA, A. M. **Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. doi:10.11606/D.8.2006.tde-18062007-152226.

SALLA, F.; ALVAREZ, M. C.; HILDEBRAND, A.; ROCHA, T. T. **Violência e a gestão das fronteiras brasileiras**. SENASP, 2014.

SANTOS, B. R.; BARROS, P. S. **A Política Externa Brasileira e as Fronteiras no Processo de Integração da América do Sul**. *Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)*, 2016.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, A. **O retorno:** Elemento constitutivo da condição do imigrante. Travessia - Revista do Migrante, 2000.

SENADO, A. **Aprovado acordo Brasil-Paraguai de integração de fronteiras.** Brasília, Brasil, 5 out. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/05/aprovado-acordo-brasil-paraguai-de-integracao-de-fronteiras>.

SENNES, R. **Brasil, Paraguai e as questões regionais.** Interesse Nacional, n. 19, p. 60-70, out.-dez. 2012.

SEYFERTH, G. **Construindo a Nação:** Hierarquias Raciais e o papel do racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 252.

SILVA, M. A. **Breve história da Tríplice Fronteira.** Foz do Iguaçu, PR: Instituto 100 Fronteiras, 2022.

SILVA, M. A. **Breve história da Tríplice Fronteira:** Como a maior hidrelétrica binacional e a segunda maior cidade do Paraguai foram decisivas para a formação da fronteira mais importante da América do Sul. Foz do Iguaçu, PR: Instituto 100 Fronteiras, 2022.

SOUZA, E. B. **Tríplice Fronteira:** fluxos da região Oeste do Paraná. Revista Terra Plural, v. 3, n. 1, 2009.

TEIXEIRA, P. E. **Migrações:** implicações passadas, presentes e futuras. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

VARGAS, F. A. **Formação das Fronteiras Latino-Americanas.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

VARGAS, F. A. **Formação das fronteiras Latino-Americanas.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

VENTURA, D.; ROCHA, R. **Criação de lei de migrações é dívida histórica do Brasil.** Carta Capital, 21 ago. 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/divida-historica-uma-lei-de-migracoes-para-o-brasil-9419/>.

WERMUTH, M. Â. As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI. **Revista Direito e Praxis**, v. 11, n. 3, p. 2330-2358, 2020.

WOJCIECHOWSKI, G. **CPI denuncia esquema de corrupção na cabeceira da Ponte da Amizade**. h2foz.com.br, 28 set. 2022. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/fronteira/cpi-denuncia-esquema-de-corrupcao-na-cabeceira-da-ponte-da-amizade/>.